

ESTUDOS ARTURIANOS

desafios e perspectivas para o estudo da Idade Média Insular



MAURICIO DA CUNHA ALBUQUERQUE

ROBERTA BENTES SURKAMP

org.



casaletras



ESTUDOS
ARTURIANOS

desafios e perspectivas para o
estudo da Idade Média Insular



Organizadores

MAURICIO DA CUNHA ALBUQUERQUE
ROBERTA BENTES SURKAMP



casalettras

Porto Alegre

2024

ESTUDOS ARTURIANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA IDADE MÉ- DIA INSULAR

Organização

Maurício da Cunha Albuquerque

(Doutor em História pela Universidade Federal de Pelotas)

Roberta Bentes Surkamp

(Mestra e Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná)

Esta coletânea foi realizada pelo *Arturus Insularum*, Grupo de Trabalho dedicado a promover estudos sobre a Matéria de Bretanha em nosso cenário acadêmico nacional. Fazem parte desta equipe:

Isadora Martins Fontoura de Carvalho

Matheus de Paula Campos

Ana Carolina Pedroso Alteparmakian

Beatriz Breviglieri de Oliveira

Maurício da Cunha Albuquerque

Roberta Bentes Surkamp

Luan Lucas Araújo Moraes

Copyright ©2024 dos organizadores.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Editora Casalettras

Figura da capa:

Rei Arthur e o cavaleiro da Távola Redonda. Iluminura de Maitre Jacques de Besanon, do livro *Lancelot du Lac* de Antoine Verard (1494). Fol.3 oA2. Le-de-France. Paris, Biblioteca Nacional.

Editor:

Marcelo França de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Airton Pollini

Université Haute-Alsace, Mulhouse, França

Dr. Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Dr. Aristeu Lopes

Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Dr. Elio Flores

Universidade Federal da Paraíba/UEPB

Dr. Francisco das Neves Alves

Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Fábio Augusto Steyer

Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG

Dr. Giorgio Ferri

Università degli Studi "La Sapienza", Roma, Itália

Dr^a Isabel Lousada

Universidade Nova de Lisboa

Dr. Jonas Moreira Vargas

Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Dr. Luiz Henrique Torres

Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Manuel Albaladejo Vivero

Universitat de València, Espanha

Dr^a Maria Eunice Moreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

Dr. Moacyr Flores

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/IHGRGS

Dr^a Yarong Chen

Beijing Foreign Studies University, China

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Es889 Estudos arturianos: desafios e perspectivas para o estudo da Idade Média Insular / Mauricio da Cunha Albuquerque e Roberta Bentes Surkamp (Org.). Porto Alegre: Casalettras, 2024.

140 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-5220-005-1

1. História - 2. Literatura - 3. Estudos medievais - 4. Rei Arthur - I. Albuquerque, Mauricio da Cunha - II. Surkamp, Roberta Bentes - III. Título

CDU: 94(100)

CDD: 940.1


casalettras

EDITORA CASALETTRAS
R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
contato@casalettras.com
www.casalettras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
PROSAS LATINAS NO SÉCULO XII: INVENÇÕES DE ARTHUR NO IMAGINÁRIO POLÍTICO ANGLO-NORMANDO.....	11
<i>Isadora Martins Fontoura de Carvalho</i>	
RAMIFICAÇÕES DA <i>MATIÈRE DE BRETAGNE</i> : O CICLO DE TRISTÃO E ISOLDA NO CONTEXTO ANGEVINO	32
<i>Ana Carolina Pedroso Alteparmakian</i>	
MARAVILHAS MÁGICAS NO CICLO ARTURIANO GALÊS: <i>CULHWCH E OLWEN E O SONHO DE RHONABWY</i>	60
<i>Matheus de Paula Campos</i>	
O CICLO TRISTANIANO ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA DA LENDA ARTURIANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS NOS ESPAÇOS CONTINENTAIS E INSULARES	82
<i>Luan Lucas A. Morais</i>	
SIR THOMAS MALORY E O LONGO SÉCULO XV INGLÊS	114
<i>Beatriz Breviglieri Oliveira</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	136

APRESENTAÇÃO

In the last Battle of King Arthur only Three Britons escaped; these were the Strongest Man, the Beautifullest Man, and the Ugliest Man: these three marched through the field unsubdued, as Gods, and the Sun of Britain set, but shall arise again with tenfold splendour when Arthur shall awake from sleep, and resume his dominion over earth and ocean.

(William Blake, **Jerusalem or The Emanation of the Giant Albion**, Plate 19, 1808-1820, Yale Center for British Art, New Haven).

É com grande honra que apresentamos o volume: “*Estudos Arturianos: Desafios e Perspectivas para o Estudo da Idade Média Insular*”, a primeira publicação do grupo *Arturus Insularum*, organizado por Mauricio Albuquerque e Roberta Bentes. Temos diante de nossos olhos um conjunto de textos que fazem História (com ‘H’ maiúsculo) duplamente. Em primeiro lugar, fazem História porque tratam-se de textos exemplares de pesquisa Histórica. Em segundo lugar, fazem História, devido ao ineditismo dos objetos e das análises e metodologias aqui apresentadas. Não há dúvida de que os artigos deste volume tornar-se-ão referência bibliográfica tanto para outros estudos sobre Idade Média, estudos insulares quanto textos para o ensino em cursos de nível superior.

Em meio a tempos de expansão da medievalística brasileira sobre terras ainda não-exploradas é um alento e um privilégio ser testemunha de como jovens medievalistas como as autoras e autores deste volume conseguem chegar a terras incógnitas no campo dos estudos insulares. As autoras e autores apresentam textos que trazem erudição, novos olhares e imaginação aliadas ao rigor metodológico. Ainda que dialogando com a historiografia europeia e norte-americana, as questões aqui apresentadas não se colocam em uma posição subalterna a estes centros tradicionais de pesquisas

sobre as Ilhas Britânicas. Pelo contrário, assumem o protagonismo e a ousadia de lançar novas análises sobre seus objetos de pesquisa.

Tivemos o prazer de acompanhar o surgimento deste grupo e acompanhar em eventos acadêmicos o progresso das pesquisas de muitos participantes. O destaque fica por conta do INSULAE (Grupo de Estudos das ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medievo), nas pessoas de suas coordenadoras e criadoras, Professora Dra. Isabela Albuquerque e Professora Dra. Elaine Farrell, em 2020. Outros eventos organizados por outros grupos como o POIEMA (Café Arturiano), LABORA USP, TRANSLATIO STUDII da UFF, pelo LETAMIS da UFEs e diversos outros que contribuíram para fortalecer os laços e através do intercâmbio e críticas, ampliar os atributos de estudos que já estavam em um patamar de qualidade alto.

Os estudos sobre as ilhas Britânicas na Antiguidade e Medievo cresceram muito nos últimos anos no Brasil. Havia uma anedota sobre o número de pesquisadores desta área nos corredores da USP em meados dos anos 2000, creditada ao Professor Nachman Falbel, na qual dizia-se que os pesquisadores sobre temas insulares à época caberiam em um veículo tipo “kombi”. Tanto o *Insulae* quanto o *Arturus Insularum* demonstram que agora seriam necessárias várias ‘kombis’ para transportar-nos. Esta anedota serve como lembrança de pioneiros de pesquisa sobre Ilhas Britânicas, fundamentais para pavimentar este caminho, como a revista *Brathair* e a Professora Dra. Adriana Zierer, o Professor Dr. Marcus Baccega, Professor Dr. Elton Medeiros (UFPR), Professora Dra. Isabela Albuquerque e muitas outras e outros aos quais infelizmente não conseguirei citar aqui. Ainda que não estejam totalmente consolidados como outras áreas de pesquisa, podemos dizer que os estudos insulares estão em vias de consolidação. Este fato se comprova pelo fato de que muitos dos pesquisadores acima adentraram às fileiras das universidades públicas brasileiras como Professores Doutores e além de suas aulas, cursos e publicações, contribuem para a oficialização de grupos de pesquisas e laboratórios sobre a temática das Ilhas Britânicas. Contudo, há muito que ser feito e este volume contribuirá certamente para este processo de consolidação.

Além dos muros da academia e ao mesmo tempo dentre dos mesmos, o interesse sobre o medievo e mais especificamente pelos os mitos arturianos são compartilhados pelo brasileiro

contemporâneo. Desde os filmes clássicos sobre os Rei Arthur como *Excalibur* de 1981, passando pelas paródias do Monthly Python, como *Monty Python em Busca do Cálice Sagrado*, de 1975, do Rei Arthur em desenho da Disney, *A espada era a lei*, de 1963 até os filmes recentes mais recentes como os “tecnomedievais”, *Rei Arthur* de 2004, e *Rei Arthur: A Lenda da Espada*, de 2017, a temática insular sempre volta com uma diferente embalagem na cultura pop de cada nova geração. Na literatura, temos, por exemplo, desde *As Brumas de Avalon*, de 1979, da escritora Norte Americana Marion Zimmer Bradley, até os romances mais recentes de Bernard Cornwell, *As Crônicas de Artur*, lançadas entre 1995-97.

Fora da cultura de massa, o crescimento dos estudos sobre medievalismos, neomedievalismos ou recepção do medievo, de diversos grupos como o Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade (POIEMA) demonstram a demanda crescente de estudos de apropriações do medievo, e no caso aqui em moldura, do medievo insular. Além disso, demonstram o quanto é importante usar o interesse que a cultura pop exerce no público para se criar pontes entre o mundo acadêmico e o ensino em diversos níveis, do fundamental, médio ao superior, por exemplo.

Nos próximos parágrafos apresentaremos os textos do presente volume e suas contribuições para a historiografia insular e medieval em geral.

Isadora Cristine Martins enriquece o livro com seu texto “Prosas latinas no século XII: Invenções de Arthur no imaginário político anglo-normando”. Isadora demonstra como a demanda por narrativas acerca dos reis britânicos, especialmente de Arthur, foi agenciado neste complexo jogo de relações entre Inglaterra e França no período anglo-normando. Para tanto, a autora alia sua análise das narrativas de ficção com outros tipos de fontes, como as arqueológicas e o papel de Geoffrey de Monmouth e Geraldo de Gales na construção de mais camadas do mito arturiano.

Ana Carolina Pedroso Alteparmakian, contribui com seu artigo cujo título é: “Ramificações da Matière de Bretagne: O Ciclo de Tristão e Isolda no Contexto Angevino”. O texto da pesquisadora faz novas ligações entre o texto de Tristão e Isolda e a política, a religião e o substrato folclórico céltico na cultura do Império Angevino, das Ilhas Britânicas aos domínios continentais deste império. O artigo demonstra habilmente como a lenda de Tristão e Isolda

é (re)agenciada na formação do tema do *amor cortês* no espaço da Inglaterra centro-medieval, sobretudo na conjuntura do reinado de Henrique II da Inglaterra, Plantageneta.

Matheus de Paula Campos, apresenta-nos seu capítulo intitulado: “Maravilhas Mágicas no Ciclo Arturiano Galês: Culhwch e Olwen e o Sonho de Rhonabwy”. O autor analisa a representação do mio arturiano nos dois textos galeses e como os mesmos instrumentalizam o maravilhoso medieval em suas agendas políticas e sociais, muitas vezes opondo a valoração da figura do Rei Arthur. Segundo Matheus, o maravilhoso é central para o entendimento destas narrativas e seu contexto histórico, e não apenas elementos acessórios e decorativos e desafiando noções anteriores sobre um suposto dom místico natural dos galeses medievais.

Luan Lucas A. Morais apresenta-nos neste volume seu texto “O Ciclo Tristaniano entre o Centro e a Periferia da Lenda Arturiana: Continuidades e Rupturas nos Espaços Continentais e Insulares”. O texto do autor, além de lançar novas luzes interpretativas sobre o Ciclo tristaniano, busca uma chave inédita de análise para o mesmo, ao pensar estes textos como produtores de significados sobre a própria Irlanda, tanto como “ilha das maravilhas” e seu papel periférico no Império Anglo-normando. Para tanto, Luan conecta o interesse e a profusão de versões destes textos ao contexto de colonização da Irlanda neste período, ao qual ele chama de “duplo movimento e (re)descoberta da região”.

A pesquisadora Beatriz Breviglieri Oliveira finaliza o rol de contribuições com seu artigo intitulado “Sir Thomas Malory e o longo século XV inglês”. Seu artigo foca-se principalmente no texto de Malory composto no século XV, *Le Morte d'Arthur*, demonstrando como elementos contemporâneos da Inglaterra do período são incorporados nesta versão do *legendarium* do rei Artur e sua corte. A decadência da cultura cavaleiresca, os papéis de gêneros e os conflitos dinásticos que acabaram por precipitar a Inglaterra em fins da Idade Média à Guerra das Duas Rosas estão neste rol de questões incorporadas nesta versão do mito de Arthur, muito bem apontadas e analisadas pela autora.

O trabalho dos organizadores Mauricio Albuquerque e Roberta Bentes prova-se pela riqueza dos textos do volume, seja em objetos e erudição sobre os mesmos, quanto em ineditismo de análise e métodos sobre os mesmos. Não há dúvidas que a historiografia

brasileira, medieval e especializada nas Ilhas Britânicas se enriquece com este volume. Além disso, professores dos cursos de História e áreas afins como Letras, terão aqui acesso a temas antes distantes dos cursos de graduação devido a barreiras linguísticas, pois tais temas não eram fáceis de acessar em nosso idioma, o português.

Excetuando-se quaisquer referências nacionalistas ou ufanistas, parafraseio e altero respeitosamente aqui o poema de William Blake usado como epígrafe desta apresentação: Arthur, e os mitos arturianos a ele associados, sempre renascerão a cada geração e retomarão seus domínios, não sobre terras e oceanos, mas sobre nossas mentes curiosas. Que assim seja! Boa leitura!

GESNER LAS CASAS BRITO FILHO
UNEMAT, Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres, 21 de junho de 2023



PROSAS LATINAS NO SÉCULO XII: INVENÇÕES DE ARTHUR NO IMAGINÁRIO POLÍTICO ANGLO- NORMANDO

Isadora Martins Fontoura de Carvalho

Doutoranda na Universidade de Santiago de Compostela
Laureada com uma bolsa das ações Marie Sklodowska Curie,
financiada pela Comissão Europeia.
Mestra em História Social (FFLCH-USP)
isadoramartinsfontoura@gmail.com
isadoracristine.fontouradecarvalho@usc.es

Introdução: Arthur entre a França, a Inglaterra e além

Durante o século XII, a figura de Arthur emerge em fontes dotadas de natureza peculiar. Tradicionalmente tido como um personagem do romance, Arthur é primeiro concebido e elaborado na palavra escrita em fontes que se propõem a tratar de História, e não têm, necessariamente, a intenção de funcionarem como obras de ficção como classificamos na contemporaneidade.

Os *auctoritas* que ocupam-se do gênero da prosa latina, compreendido por crônicas e correspondências epistolares, frequentemente interessam-se por Arthur durante o século XII,

especialmente nos espaços de interação do mundo anglo-normando. Trata-se de homens integrados às estruturas eclesiásticas, membros importantes do clero que sustentam relevantes relações políticas com os monarcas, e que dedicam-se à palavra escrita à pedido da corte. Não raro, entretanto, estes cronistas atuam como sujeitos fronteiriços que movem-se por toda a extensão do Império Anglo-Normando, equilibrando em suas obras as expectativas e anseios dos habitantes que estão fora do escopo cortês, com quem travam encontros e relações, e os comandatários das crônicas. São, portanto, atores híbridos que atuam como reguladores entre a tradição e as novas formas de organização que se impõem no rico período de imbricações e inovações que é o século XII.

Este processo só pode ser compreendido à luz da conquista normanda da Inglaterra de 1066, que interfere nas estruturas e na maneira como o clero e a nobreza estão organizados no território. A Batalha de Hastings, um embate entre Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia (atualmente parte do noroeste francês) e o rei anglo-saxão Harold Godwinson, marca o triunfo dos normandos nas Ilhas Britânicas e o início de um processo que viria a substituir a ordem anglo-saxã estabelecida durante a Alta Idade Média. Para dar conta da administração pós-conquista, Guilherme encomenda um grande levantamento, conhecido como *Domesday Book*, uma das fontes mais importantes para se estudar a conquista normanda e que permite entrever uma dimensão do que seria afetado pela incursão de Guilherme nas Ilhas Britânicas (HARVEY, 1975)

Desta forma, o *Domesday Book* revela também as medidas tomadas por Guilherme e seus companheiros para melhor aproveitar os espólios da conquista, como a substituição de eclesiásticos anglo-saxões de alto escalão em sítios antigos de cristandade e o confisco de terras para que a nobreza normanda fosse favorecida (HARVEY, 1975).

Nas últimas décadas, os historiadores têm discutido sobre a natureza da conquista normanda e suas consequências nos séculos posteriores. Alguns autores, como aponta Cassandra Potts em sua revisão bibliográfica, tendem a ver o movimento de conquista em direção à Inglaterra como uma ação coordenada para a formação de um Império, que é complementada pela ação normanda em outros territórios. Estes movimentos, intensificados a partir do estabelecimento da dinastia Plantageneta, progredem para a

formação de um Império que equilibra-se entre diferentes tradições e impulsiona a circulação de narrativas de um lugar para o outro. (POTTS, 2003)

Arthur é um personagem chave para compreender este contexto. É um herói que vem da tradição oral britânica pré-saxônica, cujo papel é lutar contra os invasores das ilhas e devolver a Grã-Bretanha a um estado de glória, posicionado em um passado mítico e idealizado, por natureza melhor que o presente. É lembrado como o monarca que lutou contra o estabelecimento dos saxões nas ilhas, e nos séculos subsequentes foi reclamado por insurgentes galeses e cónicos para justificar suas revoltas contra o domínio anglo-normando que estabelecia-se nos territórios insulares. No entanto, no cenário pós-conquista normanda, Arthur é reimaginado e reapropriado segundo questões que integram o presente e as preocupações dos cronistas que produzem registros escritos nas cortes dos Plantagenetas, que também reivindicam sua figura e passam a tentar associar-se com ele.

Passamos a observar uma demanda crescente por histórias sobre os reis britânicos, e especialmente Arthur, como parte de um constructo social e histórico que passará a definir de forma latente as relações entre os territórios da Inglaterra e da França.

Transitando entre Ficção e Realidade: Possibilidades de análise das Fontes Escritas na Idade Média Central

Quando se discute Rei Arthur, frequentemente a historiografia tentou responder se ele de fato foi um personagem histórico real. Embora esta seja uma questão válida, explorada em diferentes momentos por arqueólogos e historiadores, focar na averiguação histórica diminui substancialmente as possibilidades de interpretação do rico material que pode ser utilizado como fonte para a análise histórica, especialmente fontes que foram relegadas pela historiografia oitocentista a outros campos de estudo, como a filologia e os estudos literários. Como sabemos, as reminiscências do passado que os historiadores utilizam para compreendê-lo nem sempre foram produzidas para funcionarem como documentos históricos, com raras exceções. Podemos nos beneficiar de fontes

escritas e cultura material instrumentalizando-os para propósitos analíticos, ainda que estes resíduos do passado sejam frequentemente dotados de características específicas dos modos de pensamento e formas de ver o mundo de uma determinada sociedade no tempo.

Durante os séculos XIX e XX, muito por conta de valores positivistas atrelados ao estudo de História enquanto disciplina, algumas crônicas da Idade Média Central foram preteridas por historiadores por serem por demais inventivas ou por conterem tonalidades míticas incompatíveis com o estudo da História. De acordo com Jaume Aurell, alguns paradigmas historiográficos do pós-guerra, como o estruturalismo e o marxismo, não puderam valorizar propriamente a produção historiográfica medieval. Estes paradigmas teriam descreditado fontes como as crônicas medievais por suas narrativas incoerentes, falta de coerência cronológica e, mais importante para nós neste estudo, a falta de comprometimento com a verdade histórica. (AURELL, 2015.) Como consequência destes movimentos, historiadores teriam perdido o interesse na análise de fontes escritas medievais, relegando-as aos estudos de literatura ou limitando a tecer observações formais em uma época em que estudos orientados para análise socio-econômica prosperavam. Este panorama começa a mudar com a École des Annales e sua proposta de abordagens interdisciplinares direcionadas a novos objetos, como as mentalidades, principalmente a partir da terceira geração.

Para Aurell, os Annales representam uma transição entre os velhos paradigmas e as tendências associadas ao giro linguístico, não tanto por conta de suas perspectivas teóricas, mas por conta de seus objetos de interesse. (AURELL, 2015, p. 201-202).

Neste estudo, partiremos de uma perspectiva poliédrica da realidade para analisar as nossas fontes, como proposto por Aurell em seu artigo sobre o novo medievalismo e suas contribuições para a historiografia medieval. Esta abordagem metodológica é baseada em um conceito mais amplo de cultura, considerando o valor histórico das narrativas de ficção e a historicidade de imagens e símbolos (AURELL, 2015, p. 191) Esta proposição pluridisciplinar também nos permite cruzar fontes escritas com vestígios arqueológicos, e assim comparar o espelho da sociedade apresentado pelas fontes escritas com a cultura material. De acordo com Aurell, historiadores dedicados aos estudos medievais necessitam superar a fase de

desmistificação dos textos, de maneira que a busca não esteja mais focada apenas em distinguir o verdadeiro do falso.

A Tradição de Escrita Histórica Medieval

As noções descritas acima serão importantes para o nosso estudo, porque as fontes escolhidas para a análise derivam de uma tradição de escrita histórica no século XII cuja tendência é incorporar interpolações fictícias com fatos e personagens históricos. Entre 1123 e 1139, Geoffrey de Monmouth compõe a *Historia Regum Britanniae*, uma crônica dedicada a contar a história dos reis de Grã-Bretanha, começando por aqueles que viveram “antes da encarnação de Cristo”, (MONMOUTH, 2007. p. 04). De acordo com Geoffrey, ele não encontrou nada nos relatos ortodoxos de Gildas e Beda e, igualmente, nada sobre o Rei Arthur, o que abriria uma vacância e apontaria para uma necessidade de contar estas histórias.

Ele é suportado por uma fonte própria, um velho livro escrito em língua britânica, dado a ele por, Walter, arqui-diácono de Oxford:

Eu frequentemente pensei sobre estas questões [a tradição britânica]. até que Walter, arqui-diácono de Oxford, um homem versado nas artes retóricas e em histórias estrangeiras, trouxe-me um livro na antiga língua britânica, que apresentava uma narrativa contínua em excelente estilo todos os feitos desde o primeiro rei dos britânicos, Brutus, até Cadualadrus, filho de Caduallo. Embora eu nunca tenha reunido palavras vistosas dos jardins dos outros, eu fui persuadido, a seu pedido, a traduzir o livro para o latim em um estilo rústico, apoiando-me na minha própria pena falha; se eu preenchesse minhas páginas com termos bombásticos, eu de pronto cansaria meus leitores com a necessidade de entendê-las em vez de seguir a minha narrativa¹

1 “I frequently thought the matter over in this way until Walter archdeacon of Oxford, a man skilled in the rhetorical arts and in foreign histories, brought me a very old book in the British tongue, which set out in excellent style a continuous narrative of all their deeds from the first king of the Britons, Brutus, down to Cadualadrus, son of Caduallo. Though I have never gathered showy words from the gardens of others, I was persuaded by his request to translate the book into Latin in a rustic style, reliant on my own reed pipe; had I larded my pages with bombastic terms, I would tire my readers with the need to linger over understanding my words rather than following my narrative” (MONMOUTH, Geoffrey de. 2007. p. 04).

A ausência reportada por Geoffrey nas crônicas do passado confere a ele a permissão para agir e escrever uma narrativa histórica que supre uma demanda, e o ato de escrever é, por sua vez, assegurado pela existência do livro. Geoffrey, versado na arte da retórica, desculpa-se por seu estilo precário e destaca o papel que a tradução ocupa em sua obra, afirmando que seu material deriva do velho livro que apenas ele possui:

Os monarcas galeses, sucederam-se daí, eu deixo como matéria para o meu contemporâneo, Caradoc de Llancarfan, e os reis saxões para William de Malmesbury e Henry de Huntingdon; no entanto, eu os proibo de escrever sobre os reis britânicos, já que eles não possuem o livro em língua britânica com o qual Walter, arqui-diácono de Oxford, trouxe da Bretanha, e de quem o verdadeiro relato eu tenho tentado a duras penas honrar, ao traduzir para o latim²

O livro mencionado por Geoffrey é considerado como uma ferramenta retórica, utilizada para forjar autoridade e que permita que o cronista seja considerado como historiador pela audiência medieval (ECHARD, Siân. 1998, p. 33). Posteriormente, a *Historia Regum Britanniae* – a partir daqui, *HRB* – será incorporada como um registro oficial do passado. Como destacado por Fiona Tolhurst, no fim do século XII, a autoridade da *HRB* como fonte histórica não era questionada pelos historiadores medievais e tradutores da obra, ainda que a sua narrativa colida explicitamente com aquela que era anteriormente aceita, a de Beda em *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*.

A demanda por histórias sobre os reis britânicos e especialmente Arthur, argumentamos aqui, é parte de uma construção social que interage diretamente com o contexto histórico no qual Geoffrey está escrevendo sua obra. Durante o século XII, os monarcas da dinastia Plantageneta enfrentaram diversas revoltas na fronteira com o País de Gales, à medida que Owain Gwynedd e Cadwaladr

2 “The Welsh kings who succeeded one another from then on I leave as subject-matter to my contemporary, Caradoc of Llancarfan, and the Saxon kings to William of Malmesbury and Henry of Huntingdon; however, I forbid them to write about the kings of the Britons since they do not possess the book in British which Walter, archdeacon of Oxford, brought from Brittany, and whose truthful account of their history I have here been at pains in honour of those British rulers to translate into Latin” (GREENE, Virginie, 2002).

ap Gruffyd ap Cynan organizavam-se contra o poder normando. (STEPHENSON, 2016.)

Inseridos neste clima político, os cronistas do mundo anglo-normando reportam de maneira consistente uma crença no retorno de Arthur, que supostamente não teria sido morto na Batalha de Camlann e um dia voltaria para restaurar a Grã-Bretanha ao seu estado ideal de glória. Henrique de Huntingdon, por exemplo, um cronista que viveu entre 1123 e 1154 e que se encarrega de escrever uma história dos ingleses, escreve, em uma carta de 1139 ao seu par Warin, um britânico, que a morte de Arthur era negada pelos britânicos, parentes de Warin, que esperavam, de acordo com o costume, seu retorno (GREENE, 2002).

A crença mencionada por cronistas Anglo-Normandos (ou mesmo a possibilidade da existência de uma crença, à medida em que esta noção foi problematizada por Virginie Greene em seu artigo de 2002), representa um problema que deve ser resolvido pela dinastia Plantageneta. Como observado por Michael Faletra, o texto da *Historia Regum Britanniae* é construído por meio de ambiguidades e concentra uma posição ambivalente sustentada por Geoffrey (FALETRA, 2020.), e o Arthur heroico construído na crônica poderia ser facilmente apropriado por insurgentes e revoltosos autóctones. Isto ameaça a estabilidade do território no Império Plantageneta e coloca os monarcas que tentam estabelecer-se nas Ilhas Britânicas em posições conturbadas.

Talvez, ao dar um tom histórico para a figura de Arthur, os Plantagenetas pudessem torná-lo uma figura menos ameaçadora, retirando-o do escopo mítico e trazendo-o para dentro de uma realidade concreta e sem possibilidade de retorno. A exumação coordenada pelos monges de Glastonbury no final do século XII aponta para esta direção: ao supostamente agir sob as ordens de Henrique II, os monges atribuem um corpo a Arthur, uma prova material de sua morte forjada de uma necessidade que acaba colateralmente sendo incorporada nos relatos históricos britânicos como prova da existência de Arthur, mesclando, desta forma, os campos da memória e da imaginação, como previsto por Paul Ricoeur em seu *A Memória, a História, O Esquecimento* (RICOEUR, 2002.) Discutiremos esta possibilidade abaixo, quando tecermos considerações sobre construções de memória para a morte de Arthur.

O que nos importa neste momento é conceber um panorama de inserção de Arthur na tradição de escrita histórica nas Ilhas Britânicas da Idade Média Central como um passo para consolidá-lo na memória histórica do Ocidente Medieval. A memória, como apontado por Paul Ricoeur, não corresponde, necessariamente, à realidade, mas constitui uma presença que está ausente, um quebra-cabeça investigado pela filosofia antiga. (RICOEUR, 2002, p. 7). Quando lembramos de algo, evoca-se um simulacro da realidade, algo que já foi deformado pelo próprio ato de estocar informações. O enigma da presença do ausente é comum às dimensões da imaginação e da memória e, partindo da perspectiva de memória como representação da realidade, Arthur, um monarca mítico, pode ser incorporado na memória social, embaralhando ainda mais os campos da memória e da imaginação.

A *HRB* não é a primeira fonte escrita que menciona Arthur, mas a crônica é considerada o primeiro relato completo de sua vida, desde o momento de seu nascimento até o momento de sua morte. Geoffrey de Monmouth narra os eventos na trajetória de Arthur, construindo-o como um herói cristão virtuoso até o seu momento derradeiro, quando ele é vítima de uma traição fatal que o leva a ser gravemente ferido na Batalha de Camlann. Seu corpo é supostamente carregado por Morgana até a Ilha de Avalon, onde ele poderia curar suas feridas. Este aparato literário empresta uma forma coesa ao que antes tratava-se de uma tradição fragmentária, mencionada ocasionalmente nas crônicas latinas escritas no mundo Anglo-Normando, nas profecias e produções poéticas do País de Gales e, presumidamente, na tradição oral das ilhas. Como veremos, a morte de Arthur como narrada por Geoffrey de Monmouth constitui um ponto nodal para a consolidação de sua memória, e será também apropriada com propósitos políticos na corte dos Plantagenetas.

Dentro da crônica de Geoffrey, Arthur aparece em algumas crônicas do mundo Anglo-Normando como objeto de fábulas e crenças sustentadas pelos britânicos. Estas menções sempre retornam a um ponto em comum: a morte de Arthur e sua misteriosa vida no além, um *topos* literário que persistirá durante os séculos XII e XIII, sintetizado por Geoffrey de Monmouth, dando autoridade a algo que antes era matéria de especulação. É importante notar que os britânicos aparecem nestas fontes como demasiado crédulos,

e que suas crenças são tratadas como tolices, como encontramos na crônica de William de Malmesbury, que afirma que a tumba de Arthur não é em nenhum lugar conhecido, mas as fábulas antigas ainda clamam que ele um dia retornará (GREENE, 2002, p. 329.)

Mais tarde, observamos em Geraldo de Gales a construção de uma comparação entre os britânicos e os judeus, destacando a posição de marginalidade e inferioridade atrelada aos britânicos. Esta marginalidade é tão latente que quase retira os britânicos do escopo da comunidade dos cristãos, aproximando-os dos judeus e questionando, no subtexto, sua identidade como membros da comunidade dos cristãos:

Além disso, contos são regularmente reportados e fabricados acerca de Rei Arthur e seu fim incerto, com os povos britânicos ainda agora contestando, de maneira tola, que ele ainda vive. A verdade e informações acuradas foram buscadas, de maneira que as lendas finalmente foram extintas; a verdade sobre este assunto deve ser revelada de maneira direta; dessa forma, eu me esforcei para adicionar fatos indiscutíveis que foram revelados.

Após a Batalha de Camlan... [numerosas palavras estão ilegíveis]. E assim, após Arthur ter sido mortalmente ferido lá, seu corpo foi levado para a Ilha de Avalon, que agora é chamada de Glastonbury, por uma nobre matrona e sua parente, chamada Morgana; depois, seus restos mortais foram enterrados, de acordo com suas instruções, no cemitério sagrado. Como resultado disso, os britânicos e seus poetas têm produzido lendas acerca de uma certa deusa fantástica, também chamada Morgan, carregou o corpo de Arthur para a Ilha de Avalon para curar suas feridas. Quando estas feridas estiverem curadas, o poderoso e forte rei retornará para governar os britões (ou assim os britões supõem). Eles ainda o esperam, como os judeus, enganados por uma ainda mais estupidez, infortúnio e falta de fé, esperam por seu messias³.

3 “Furthermore, tales are regularly reported and fabricated about King Arthur and his uncertain end, with the British peoples even now contending foolishly that he is still alive. True and accurate information has been sought out, so the legends have finally been extinguished; the truth about this matter should be revealed plainly, so here I have endeavored to add something to the indisputable facts that have been disclosed. After the Battle of Camlann . . . [A number of words are missing.] And so, after Arthur had been mortally wounded there, his body was taken to the Isle of Avalon, which is now called Glastonbury, by a noble matron and kinswoman named Morgan; afterwards the remains were buried, according to her direction, in the holy burial-ground. As a result of this, the Britons and their poets have been concocting legends that a certain fantastic

Segundo a visão de Virginie Greene, o messianismo, como descrito por Geraldo de Gales acima, constituiria heresia para a cristandade medieval. Para a autora, o único messianismo ortodoxo consiste em afirmar que o único messias, Jesus Cristo, já veio ao mundo e retornará no fim dos tempos. Todos os outros tipos de messianismo seriam heréticos e, dessa forma, constituiriam impossibilidades. Embora acreditemos que heresias não necessariamente constituem impossibilidades na Cristandade Medieval, a crença no retorno de Arthur, dentro do contexto da crônica de Geraldo, contribui para que os britânicos sejam afastados da ortodoxia e do que é lógico dentro do pensamento eclesiástico, isto é, lógico dentro da natureza intrínseca do texto.

O Arthur de Geoffrey de Monmouth, no entanto, figura como um herói virtuoso, um rei entre reis destinado a levar a Grã-Bretanha ao seu estado ideal, um estado de glória e imperialismo. J.P.S Tatlock e outros historiadores discutiram as motivações de Geoffrey para escrever essa crônica, e as posições na historiografia variaram entre atribuir uma perspectiva nacionalista ao conteúdo da *HRB*, na qual Geoffrey estaria defendendo uma união dos povos celtas contra os Normandos (TATLOCK, 1938), até a atribuição de uma posição privilegiada por parte de Geoffrey na corte Normanda e em um movimento literário destinado a adaptar o folclore britânico ao gosto normando (PATON, 1944.). Aqui, advogamos por uma posição que considera Geoffrey como um sujeito colonial, o que implicaria uma identidade híbrida. De acordo com Michelle Warren, “uma política de diferenças e semelhanças estratégicas constitui uma etnicidade estratégica”, na qual a identidade nunca é total e é aumentada pela presença destes sujeitos em espaços de fronteiras. Isto constituiria um sujeito fronteiro, dividido entre si e o outro. (WARREN, 1998, p. 117)

A posição de Arthur na história política da Grã-Bretanha é garantida por sua inserção em uma narrativa que reclama para si o status de obra histórica escrita em latim, a língua da autoridade, como destacado por Siân Echard ao utilizar a proposição de

goddess, also called Morgan, carried off the body of Arthur to the Isle of Avalon for the healing of his wounds. When his wounds have healed, the strong and powerful king will return to rule the Britons (or so the Britons suppose), as he did before. Thus they still await him, just as the Jews, deceived by even greater stupidity, misfortune, and faithlessness, likewise await their Messiah” (GALES, Geraldo de, 2001)

Bakhtin, que a chama de “a língua dos pais” (ECHARD, 1998, p. 76.). Esta interação entre Arthur e a tradição histórica só pode ser observada se admitimos a fluidez e as intersecções entre ficção e história na tradição da escrita histórica medieval e deixarmos para trás a pretensão de distinguir nestes textos as verdades e as mentiras. Só assim podemos reconhecer a importância das construções ficcionais para a sociedade medieval, e como elas podem fornecer pistas e fragmentos importantes sobre valores, conceitos e ideias daquela sociedade.

Para estudar estas fontes, portanto, devemos ter em mente que a função da história na Idade Média não é a mesma função que atribuímos a esta disciplina atualmente: de acordo com Rebecca Thomas, a função da escrita histórica medieval é prover exemplos morais *digna memoria* (THOMAS, 2020), através de sua pertinência para a conduta de uma vida cristã. Dividir academicamente estas fontes relegando as partes ficcionais para os estudos literários fragmenta a interpretação de obras que foram, de acordo com as concepções medievais de verdade e história, concebidas como obras integrais e, portanto, devem ser analisadas como tais. Destacamos a necessidade de um estudo interdisciplinar que abrange a história e outras ciências sociais, como a antropologia, a linguística e as letras para que possamos melhor abordar estes documentos.

Uma memória para a morte do rei

Agora que apresentamos a peculiaridade das nossas fontes e definimos como elas serão abordadas no nosso estudo, podemos discutir nossos documentos centrais e suas representações de Arthur no século XII. Em 1191, um evento singular aconteceu na Abadia de Glastonbury: os monges escavaram um corpo que eles reclamaram como do Rei Arthur, supostamente seguindo orientações de Henrique II. Este evento cristaliza a memória de uma morte única, transmitida pela literatura medieval até o fim da Idade Média. Os monges adaptaram a versão da história escrita por Geoffrey de Monmouth conforme seus propósitos, oferecendo prova material para uma história frequentemente considerada muito inventiva e extravagante pelos contemporâneos de Geoffrey. Argumentamos que a tradição construída em torno do Rei Arthur, como vemos desenvolvida em romances medievais posteriores,

nasce da interseção composta pelo relato galfridiano de sua morte e a exumação em Glastonbury.

A sua memória é reforçada através dos mecanismos litúrgicos e calendários religiosos oficiais. Lembrado como o “outrora e futuro rei”, Arthur personifica a perspectiva platônica de memória: ele é uma presença que também está ausente. Sua força vem de sua ausência no presente e a esperança que ele inspira para o futuro.

Desde a exumação, um culto ao redor de Arthur foi formado, estabelecendo Glastonbury como um ponto de peregrinação. Isso serve para embaralhar os campos da memória e da imaginação, lembrando a tumba de Arthur como prova de sua existência. A exumação, no entanto, foi frequentemente considerada pela historiografia como uma falsificação e, portanto, sem valor de análise histórica. Antonia Gransden classifica o evento como uma fraude e o define como um espetáculo organizado para os crédulos (GRANSDEN, 1998.). A abadia é considerada pelos historiadores como um centro de forjas, e muito do que foi produzido por Glastonbury é descreditado pela historiografia. Como vimos com as fontes de escrita histórica, os conceitos de “verdadeiro” e “falso” são insuficientes para analisar a situação em Glastonbury. Um fato medieval é definido por seu potencial de demonstrar e liderar boas condutas cristãs e, apesar de ser importante que a historiografia frise e reconheça estas forjas, é também dever do historiador retroceder e analisar o impacto cultural que estes eventos causam nas sociedades que os produzem. Se paramos na constatação de que a exumação em Glastonbury foi simplesmente um ato falsário organizado como espetáculo, perdemos a oportunidade de analisar como estes elementos fictícios interagem com a realidade e, em algum nível, mesmo a moldam, assumindo que são produzidos de acordo com uma lógica interna no pensamento medieval.

Portanto, reproduzimos aqui os eventos da exumação, recapitulados por Antonia Gransden em seu artigo sobre as tradições de Glastonbury:

Brevemente, em 1191 o abade Henry de Sully ordenou aos monges que cavasse entre as duas pirâmides do cemitério. Cercados por uma multidão, mas protegidos da visão direta por cortinas, cavaram mais de dezesseis pés [algo em torno de 5 metros]. Afinal, eles encontraram um caixão de carvalho contendo os ossos gigantescos de um homem, com um enorme crânio com marcas de dez ferimentos, e o esqueleto de

uma mulher com uma mecha de lindos cabelos loiros: um monge pulou impetuosamente na cova para arrebatá-la, que virou pó ao seu toque. Na tumba havia uma cruz de chumbo, invertida sob uma pedra, e sobre havia uma inscrição latina: “aqui jaz enterrado o renomado rei Arthur na Ilha de Avalon.” Os monges então enterraram novamente os ossos em um mausoléu na igreja. A presença de testemunhas e a inscrição identificando os ossos lembra a “redescoberta” dos ossos de St. Dunstan⁴.

Como destacado por Gransden, a exumação deve ser reconstruída por múltiplas fontes. Os relatos mais antigos, no entanto, são aqueles escritos por Geraldo de Gales, um cronista eclesiástico de origem cambro-normanda que, de acordo com Gransden, deve ter visitado a abadia em algum momento para produzir seus relatos. O que nos interessa aqui encontra-se em “A Instrução do Príncipe”, uma crônica construída para dar exemplos a monarcas de um ponto de vista moral.

A obra dispensa um tratamento particularmente severo a Henrique II, que havia acabado de morrer quando Geraldo começa a escrever a crônica. O julgamento que o *auctoritas* estende-se à toda dinastia Plantageneta, de maneira que Geraldo dedica um capítulo inteiro para elucidar a origem demoníaca da dinastia⁵. Como observado com Geoffrey de Monmouth, a posição ocupada por Geraldo de Gales também é uma construção ambivalente. Ele viajou até Glastonbury com o objetivo de narrar a exumação, em conluio com os monges e a corte Plantageneta e, no entanto,

4 “Briefly, in 1191 the abbot Henry de Sully ordered the monks to dig between the two pyramids in the cemetery. They, surrounded by a crowd but screened from direct view by curtains, dug down over sixteen feet. Eventually they found an oak coffin containing the gigantic bones of a man, with a huge skull bearing the marks of ten wounds, and the skeleton of a woman with a lock of beautiful golden hair: one monk, jumped impetuously into the hole to seize the hair which turned to dust at his touch. In the grave was a lead cross, inverted under a stone, and on it was a Latin inscription: ‘Here lies buried the renowned king Arthur on the Isle of Avalon’. The monks then reburied the bones in a mausoleum in their church. (The presence of witnesses and the inscription identifying the bones recalled the ‘rediscovery’ of St. Dunstan’s bones.) (GRANSDEN, 1999, p. 350.)

5 Esta passagem encontra-se no Livro Três da Instrução do Príncipe. *DE ORIGINE TAM REGIS HENRICI QVAM ALIENORE REGINE ET RADICE FILIORVM OMNI EX PARTE VICIOSA*. In: WALES, Gerald of. (2018). *On the Instruction of the Prince*, edited by Robert Bartlett. Oxford: Oxford Medieval Texts .

ele ocupa-se de inserir a narrativa de Glastonbury dentro de um trabalho que pode ser considerado abertamente anti-Plantageneta.

O que é interessante acerca desta ambiguidade presente nas obras destes cronistas é que eles não raro compartilham trajetórias similares. Como Geoffrey de Monmouth, que carrega um epíteto ligado a Gales, Geraldo também é produto das interações anglo-normandas que permeavam as fronteiras do império. Esta conjuntura aponta para uma identidade que não era total, mas responsiva, como apontado por Michelle Warren (WARREN, 1998). Geraldo era descendente, através de sua mãe, de Rhys ap Tewdwr, um dos últimos monarcas galeses que foram enfraquecidos por Guilherme, o Conquistador, no século XII (COOMES JR, 1960, p. 4). Rhys pereceu na batalha de Mynydd Carn, que notoriamente abriu uma vacância política em Gales, dando a Guilherme a chance de conquistar o território. Geraldo era, no entanto, o filho de um cavaleiro normando, e ele nasceu no Castelo de Manorbier, uma fortificação normanda em território galês, situada em Pembrokeshire. Geraldo era, portanto, um herdeiro do conflito anglo-normando: apesar de escrever sobre os britânicos e sua crença em Arthur de uma perspectiva marginalizante, e tendo passado um longo período trabalhando para a corte Plantageneta, ele também expressou, em algumas ocasiões, seu descontentamento com a vida cortês e a percepção de seus pares em relação a ele:

Como nossa educação e contatos diários (*morum institutio and conuersatio*) se fez entre os ingleses, mas nosso local de nascimento e família (*natio and cognatio*) são galeses, foi acordado e deduzido disso que me julgassem como um estranho, não como um dos seus, olhando para mim com os olhos de um padrasto⁶.

Esta identidade híbrida, caracterizada pela não conformidade com papéis étnicos tradicionalmente designados a estes cronistas por uma historiografia nacionalista do século XIX vai influenciar diretamente a maneira que o Rei Arthur é construído, tanto por Geoffrey e, algumas décadas mais tarde, por Geraldo. Esta

6 “Since our education and daily contacts (*morum institutio and conuersatio*) were amongst the English, but our birthplace and our family (*natio and cognatio*) are to be found in Wales, it was agreed and deduced from this that each people judged me to be a stranger, not one of their own, regarding me with the eye of a step-parent” (WALES, Gerald of. 2019, p. XX).

ambiguidade, como visto em Geoffrey de Monmouth, poderia ser apropriada tanto pela corte Plantageneta, que deseja “pacificar” o mito de Arthur e ganhar estabilidade, quanto pelos povos insulares nativos que buscavam suporte que apoiasse seu direito de existência nas ilhas.

Como construído por Geoffrey de Monmouth, Arthur é um monarca valoroso que carrega um ímpeto imperialista. Através dele, em maior grau que em outros monarcas descritos na *Historia Regum Britanniae*, a Grã-Bretanha é a sede de um poderoso império que não se submete ao papel do conquistado, talvez refletindo uma preocupação do presente em que Geoffrey atua, aquele de uma Grã-Bretanha subjugada pelos normandos.

Este caminho narrativo é desenvolvido por Geoffrey ao longo de toda a obra, atingindo o ápice durante o reinado de Arthur. Observamos esta construção delineada através das interações entre os reis britânicos e Roma, por exemplo: de acordo com o relato de Geoffrey, Roma é incapaz de conquistar a Grã-Bretanha apenas usando seu poderio militar. É preciso que um britânico, Androgeus, desencadeie um conflito com o seu próprio povo e procure Julio César para que, com a sua ajuda, Roma seja capaz de conquistar a Grã-Bretanha.

Esta abertura para a conquista criada a partir de uma fissura interna destacava aquilo que Michael Faletra aponta: para Geoffrey, a identidade política e étnica na Grã-Bretanha está submetida a um todo (FALETRA, 2020, p. 318.), uma unidade imaginada através do olhar voltado para um passado mítico. O momento arturiano na *Historia Regum Britanniae* retrata a Grã-Bretanha em seu inteiro potencial imperialista, e revela, de acordo com Faletra, as preocupações de Geoffrey com a colonização e suas dinâmicas (FALETRA, 2020, p. 318.)

Mais tarde, Geraldo de Gales, que compartilha sua identidade híbrida com Geoffrey (embora não possam ser considerados contemporâneos, (cf. CRICK, Julia. 1999, p. 64), incorpora a versão galfridiana do passado britânico, especialmente a porção que trata da morte de Arthur, para construir seu próprio relato da exumação em Glastonbury.

Aqui, é importante que destaquemos a posição da abadia de Glastonbury e a sua necessidade de fabricar a história do túmulo de Arthur. Em 1184, um incêndio danificou a maior parte da abadia,

agravando sua situação financeira; a abadia já enfrentava problemas desde a conquista normanda. O custo para a reconstrução da abadia, de acordo com Gransden, era imenso e os reparos poderiam ser feitos apenas com a ajuda da comunidade de fora da abadia (GRANSDEN, 1999, p. 339). Para isto, os monges teriam que contar com a notoriedade da abadia como um antigo sítio de Cristandade e apoiar-se em tradições mais prestigiosas do que aqueles que eles já cultivavam.

Henrique II foi um notório benfeitor da abadia, chegando até mesmo a contribuir com a reconstrução e provendo aos monges suas necessidades (GRANSDEN, 1999, p. 339). O monarca demonstrou preocupação com a situação da abadia e, portanto, não é surpreendente que Geraldo de Gales mencione que os monges agiram seguindo seu conselho ao escavar em busca do túmulo de Arthur. O culto à figura de Arthur estava florescendo na corte de Henrique II e Eleanor de Aquitânia, o que poderia ter contribuído significativamente para a adoção por parte dos monges de Arthur como um dos símbolos da abadia e seu esforço para ligar Glastonbury à mítica Ilha de Avalon e, desta forma, estabelecer um culto que poderia atrair peregrinos para a abadia e ajudar a levantar fundos para a sua reconstrução.

Como vimos, estabelecer uma tumba para Arthur era também uma necessidade para a corte Plantageneta, que tentava silenciar os rumores acerca da possibilidade de seu retorno. A ausência de uma tumba já havia sido apontada por William de Malmesbury, o que representa uma preocupação na Idade Média: a tumba representa o mundano (BRAET; VERBEKE, 1987), e a descoberta de uma tumba para Arthur poderia significar sua retirada do escopo do mito. Isto ajudaria a dinastia Plantageneta a pacificar o mito de Arthur, aceitando sua morte para que ele pudesse, então, tornar-se um herói universal da Cristandade. É importante notar que no ano anterior à exumação, 1190, foi o ano em que Ricardo Coração de Leão apontou seu sobrinho Arthur como seu herdeiro (BERARD, 2019), e isto poderia significar que a corte Plantageneta estava tentando criar uma relação de ligação com a tradição arturiana, dado o fato de que Arthur não era um nome tradicional dentro da dinastia Angevina. Para que esta ligação fosse bem-sucedida, tanto para Glastonbury quanto para a dinastia Plantageneta, o relato de Geoffrey desempenharia papel chave.

A *Historia Regum Britanniae* estava já circulando de maneira consistente durante a década de 1190 e, de acordo com Fiona Tolhurst, seu relato do passado era já interpretado como autoridade (TOLHURST, 2013), destacando o que argumentamos aqui: o esforço de construir uma memória para Arthur é corroborado por sua inserção na História. Sua morte, então, será a chave para fazer com que sua memória perdure e seja incorporada no tecido social através da peregrinação em volta de seu corpo. A deixa utilizada por Glastonbury para conectar a abadia a Arthur é precisamente o elemento ligado ao momento narrativo de sua morte:

O ilustre Rei Arthur também foi mortalmente ferido; ele foi levado para a Ilha de Avalon para ter seus ferimentos cuidados e, no ano do nosso Senhor 542, entregou a coroa da Grã-Bretanha a seu parente Constantinus, filho de Cador, duque da Cornualha.⁷

Como observa-se, Geoffrey utiliza este *topos* de atribuir dúvida à morte de Arthur, como encontramos na obra de William de Malmesbury e outros cronistas. O fato de que o relato de Geoffrey seria incorporado como autoridade em matéria de Rei Arthur, até mesmo contradizendo o relato ortodoxo de Beda em seu *Historia Regum Anglorum* (TOLHURST, 2013), reforça esta versão do passado. Isto abre um precedente para que os monges pudessem afirmar que a Ilha de Avalon é, de fato, Glastonbury, fornecendo, inclusive, uma justificativa etimológica para a mudança de nomes. (cf.. GRANSDEN, 1999. p. 357).

A navegação de Arthur para a ilha de Avalon é a chave para o relato de Geraldo de Gales. Mais cedo, Geraldo havia negado a versão do passado de Geoffrey, tendo escrito uma anedota de possessão demoníaca ligada à *Historia Regum Britanniae* (CRICK, Julia. 2019, p. 64). Depois, escrevendo em favor de Glastonbury, ele incorpora a versão galfridiana, prestando atenção particular aos momentos narrativos que cercam o evento da morte de Arthur: a Batalha de Camlann, a remoção de seu corpo por Morgana, para que tivesse suas feridas curadas e, enfim, seu desaparecimento para

7 “The illustrious king Arthur too was mortally wounded; he was taken away to the island of Avallon to have his wounds tended and, in the year of Our Lord 542, handed over Britain’s crown to his relative Constantinus, son of Cador duke of Cornwall” (MONMOUTH, Geoffrey of., 2007, p. 252)

outro mundo. O relato da exumação, no entanto, é fabricado com uma clara intenção: diferenciar o mito da realidade e colocar um fim à dúvida acerca da morte de Arthur, atendendo as expectativas dos Plantagenetas. Arthur, no entanto, não é tratado como um monarca fictício: sua existência é endossada e aceita, porque o mito arturiano é, em última

Nos nossos dias seu corpo, que as fábulas levaram a acreditar que era de alguma forma ilusório, e havia sido levado para longe por algum espírito, sem sucumbir à morte, foi descoberto em Glastonbury entre duas pirâmides de pedra, que haviam sido erguidas há muito tempo no cemitério sagrado, enterrado profundamente na terra, em um caixão de carvalho oco, indicado por maravilhosos, quase miraculosos, sinais. [O corpo] **foi trazido com honras para dentro da igreja e depositado cuidadosamente em uma tumba de mármore.** [...] Assim dizem que Morgana, uma nobre dama e senhora e proprietária dessas partes, e também uma parente de Arthur pelo sangue, carregou-o para a ilha que agora é chamada de Glastonbury após a batalha de Camblan para curar suas feridas **(GRIFOS NOSSOS)**⁸.

Alinhado ao relato de Geoffrey, este excerto de *A Instrução do Príncipe* é escrito para ser lembrado. A precisão com a qual Geraldo narra o momento da exumação configura um padrão ritual. Além de descrever o contexto da importância de Arthur para a abadia de Glastonbury, Geraldo descreve a remoção do corpo, o caixão no qual ele foi encontrado e os objetos encontrados dentro da tumba. Mais tarde, ele informa o leitor que o corpo foi transferido para a igreja com honras, o que indica a continuidade de Arthur na tradição e na memória. A exumação o retira do escopo dos mitos insulares para que Arthur possa ser incorporado dentro da lógica de heróis cristãos, muito semelhante, em alguns momentos, às dinâmicas de histórias de santos.

8 “In our own days his body, which fables had feigned was in some sense illusory and carried far away by the spirit and not subject to death, was discovered at Glastonbury between two stone pyramids, which had been raised long ago in the holy cemetery, buried deep in the earth in a hollow oak and indicated by wonderful, almost miraculous, signs, and it was brought *into the church with honour and deposited becomingly in a marble tomb.* [...] Hence Morgana, a noble lady and the mistress and proprietor of those parts, and also a relative of Arthur by blood, *is said to have carried him to the island now called Glastonbury after the battle of Camblan to heal his wounds*.” (WALES, Gerald of., 2019., pp. 686-687)

Considerações Finais

As intersecções entre Geoffrey de Monmouth e Geraldo de Gales, apesar de não pertencerem à mesma geração e escrevendo de contextos políticos diferentes, podem ser observadas como um esforço contínuo para inserir Arthur na tradição histórica e consolidar uma memória, especificamente a memória de sua morte. Observamos este constructo na campanha que os monges de Glastonbury montam para atrair peregrinos para sua abadia, comissionado um cronista que retirou seu estofo da *HRB* de Geoffrey de Monmouth, estabelecido como *auctoritas* no século XII. Isto ajudou a consolidar uma memória da morte de Arthur reproduzida até hoje na literatura e na cultura pop, estabelecendo Glastonbury como um centro de peregrinação lucrativo na contemporaneidade.

Fontes

Monmouth, Geoffrey of. *Historia Regum Britanniae*. Editado por Michael D. Reeve e traduzido por Neil Wright. Woodbridge: Boydell Press, 2007.

Wales, Gerald of. *On the Instruction of the Prince*. Editado por Robert Bartlett. Oxford: Oxford Medieval Texts, 2018.

Wales, Gerald of. *The Tomb of King Arthur* [online], traduzido por John William Sutton para o Camelot Project. Disponível em: <https://d.lib.rochester.edu/camelot/text/gerald-of-wales-arthurs-tomb>. Acesso em: maio de 2021.

Referências Bibliográficas

ALCOCK, Leslie. *Arthur's Britain — History and Archeology AD 367 - 634*. London: Penguin Books, 2002.

ARNOLD, John. Religion and Popular Rebellion from the Capuciati To Niklashausen. *The Journal of Social History Society*, v. 6, 2009.

AURELL, Jaume. O novo medievalismo e a interpretação dos textos históricos. *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 4, n. 2, p. 184-208, 2015.

BERARD, Michael. Arthurianism during the reign of Edward I, 1272-1207. In: BERARD, M. Arthurianism during early Plantagenet England, from Henry II to Edward I. Woodbridge: Boydell Press, 2019.

BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. Death in the Middle Ages. Leuven: Leuven University Press, 1987.

COOMES JR., Edward John. Gerald of Wales: De Principis Instructione, a contemporary view of Henry II, Angevin king of the English (1154-1189). Kansas: Rockhurst College, 1960. p. 4.

CRICK, Julia. The British past and the Welsh future: Gerald of Wales, Geoffrey of Monmouth and Arthur of Britain. *Revista Celtica*, v. 23, 1999.

DOBLE, G. H. The Reliques of St. Petroc. *Antiquity*, v. 13, n. 52, p. 403-415, 1939.

ECHARD, Siân. Arthurian Narrative in Latin Tradition. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FALETRA, Michael. Colonial Preoccupations in Geoffrey of Monmouth's *De gestis Britonum*. In: HENLEY, G.; SMITH, J. B. (orgs.). *A companion to Geoffrey of Monmouth*. Leida: Brill, 2020.

FEUCHWANG, Stephen. Ritual and Memory. In: RADSTONE, S.; SCHWARTZ, B. (orgs.). *Memory*. New York: Fordham University Press, 2010.

GILCHRIST, Roberta.; GREEN, Cheryl. Glastonbury Abbey – Archaeological Investigations 1904-79. London: The Society of Antiquaries of London, 2015. p. 63.

GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England: 550 - 1307 and 1307 to the Early Sixteenth Century*. New York: Routledge, 1998.

GREENE, Virginie. Qui croit au retour d'Arthur? *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Poitiers: n. 180, 2002.

HARVEY, Sally P. J. Domesday Book and Anglo-Norman Governance. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 25, p. 175-193, 1975.

PATON, Lucy Allen. Preface. In: MONMOUTH, G. *History of the kings of Britain*. London: Everyman's Library, 1944. Editado por Ernest Rhys.

POTTS, Cassandra. Normandy, 911–1144. In: HARPER-BILL, Christopher; VAN HOUTS, Elizabeth (orgs.). *A Companion to the Anglo-Norman World*. Boydell Press, 2003.

RICOEUR, Paul. *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

STEPHENSON, David. *Medieval Powys: Kingdom, Principality and Lordships, 1132-1293*. Woodbridge: Boydell Press, 2016.

STOUT, Adam. Savaric, Glastonbury and the making of myths: A Reappraisal. *The Antiquaries Journal*, v. 96, p. 101-115, 2016.

TATLOCK, J. S. P. Geoffrey of Monmouth's Motives for writing his 'Historia'. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 79, n. 4, p. 695-703, 1938.

THOMAS, Rebecca. Geoffrey of Monmouth and the English Past. In: HENLEY, G.; SMITH, J. B. (orgs.). *A companion to Geoffrey of Monmouth*. Leida: Brill, 2020.

TOLHURST, Fiona. *Geoffrey of Monmouth and the Translation of Female Kingship*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

WARREN, Michelle. Making Contact: Postcolonial Perspectives through Geoffrey of Monmouth's *Historia Regum Britanniae*. *Arthuriana*, v. 8, n. 4, 1998.

WEISS-KREJCI, Estella. Excarnation, evisceration, and exhumation in medieval and post-medieval Europe. In: RAKITA, G. F. M. et al. (eds.). *Interacting with the Dead: Perspectives on Mortuary Archaeology for the New Millennium*. Florida: University Press of Florida, 2005.



RAMIFICAÇÕES DA *MATIÈRE DE BRETAGNE*: O CICLO DE TRISTÃO E ISOLDA NO CONTEXTO ANGEVINO

Ana Carolina Pedroso Alteparmakian

Bacharela e Licenciada em História pela FFLCH/USP
Mestra em História Social pela FFLCH/USP
Pós-graduada em Processos Pedagógicos para a Educação a Distância pela UNIVESP
Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medieval (INSULÆ)
Laboratório de Estudos e de Reprodução de Textos relacionados ao Pensamento e à Cultura na Idade Média (LABORA/USP)
E-mail: ana.pedroso04@gmail.com

Introdução: o *amour* em pauta

Há um certo consenso historiográfico em afirmar que o século XII ocidental constituiu-se como um momento afeito a *cantar o amor*. Para além das diversas manifestações que, atualmente, caracterizamos como culturais e/ou artísticas, que existiram na conjuntura centro-medieval, o tardiamente chamado *amour cortês* ocupa, junto com os *romans* de cavalaria, um lugar bastante significativo no contexto sociocultural do ocidente. É, talvez não gratuitamente, nesse bojo que a lenda – para alguns, o

*mito*¹ – de Tristão e Isolda (re)nasce no espaço da Inglaterra centro-medieval. Juntamos, ainda, ao *fin'amor* e aos *romans* de cavalaria, algumas características propriamente burocráticas que o registro escrito manifestou, particularmente, na conjuntura do reinado de Henrique II da Inglaterra, Plantageneta (1154-1189).

O debatido e extensamente investigado fenômeno do *fin'amor* aponta para uma origem que hoje poderíamos chamar de francesa. O ato de compor poesias com vieses eróticos, cujos emblemas sempre são sustentados por um sentimento adúltero e socialmente desigual – um homem, vassalo, sempre apaixonado por uma *domina* inacessível – remeteu os historiadores à região sul da atual França onde, durante o século XI, o dialeto falado era a *langue d'oc*. O termo advém do fato daquela porção meridional ser denominada, à época, Occitânia; daí o nome. As fontes, e todos os especialistas que sobre elas se debruçaram, apontam que o primeiro *troubadour*, isto é, o primeiro poeta a compor os versos corteses, foi o duque Guilherme IX da Aquitânia e da Gasconha, também conde de Poitiers (1071-1126); avô de Eleanor da Aquitânia, duquesa que viria, na década de 1150, a se casar com o futuro rei da Inglaterra, Henrique II.

Há, nesta lírica – cuja forma poética foi denominada *canso* ou *chanson* –, uma tendência reiterada em, além de cantar um amor proibido, ensejar certas formas de comportamento que se restringiam ao mundo de corte. Ser cortês implicava em conhecer os costumes, comportar-se de maneira distinta, deter habilidades de caça e guerra, portar-se com refinamento e possuir conhecimentos para conversação e ser bem-educado (ZINK, 1990, p. 46). Tais preceitos foram inculcados, de certa forma, àquele eu-lírico disposto a cortejar, ainda que platonicamente, a dama (ou *domina*) de seu senhor. Permitimo-nos afirmar, assim, que a *cortesia* se delineia, aparentemente, enquanto uma metáfora própria do sistema socioeconômico que vigorava à época: aquilo que os historiadores depois chamaram de *feudalismo*.

O fenômeno, no entanto, não se limita, com o tempo, apenas à parcela sul da França: irradia-se ao norte de forma gradual. Ao norte, onde o dialeto falado era a *langue d'oïl*, aquilo que podemos

1 Existe uma gama de estudiosos que creem na função modelar do mito, isto é, o mito seria uma narrativa criada e direcionada à produção de modelos sociais de comportamento. Para mais sobre esta problematização, ver: MELETINSKY, Eleazar. **The Poetics of Myth**. Routledge: New York and London, 2000.

hoje chamar de *ideologia do amor cortês* ganha novos contornos durante meados do século XII (FRAPPIER, 1958): novos cenários são propostos, delinea-se a figura de um herói envolto em conflitos morais que estão, quase sempre, atrelados à cavalaria. “Um amante cortês possui, em princípio, os méritos gerais da cortesia”, afirma Jean Frappier, “mas um herói do *roman* pode possuir uma alta reputação da cortesia sem que ele se comporte ou seja adepto ao modelo do amor cortês” (FRAPPIER, 1958, p. 136).

Diferentemente da lírica cortês, o *roman* – assim chamado por conta do ato de compô-lo, *mettre en roman*, isto é, “colocar em românico” (BACCEGA, 2015, p. 374) – surge, neste contexto, como um gênero reflexivo, nos alerta Michel Zink (1990, p. 63). Um tipo de narração que se caracteriza enquanto “psicológica”, acrescenta Frappier (1958, p. 144), porque expõe, de forma profunda, os pensamentos e os conflitos internos das personagens inseridas na história que refletem – e fazem o ouvinte pensar! – sobre o amor que transborda dentro deles. Enquanto os *troubadours* não deixam transparecer, tão enfaticamente, as características de seu eu-lírico, os *trouvères* – compositores dos *romans* – contextualizam as histórias narradas.

Um exemplo bastante claro é que, num primeiro momento, os *romans* abordam o que foi chamado de Matéria Antiga. Há uma clara adoção das narrativas épicas advindas da Antiguidade greco-romana para se gestar o pano de fundo de seus heróis. Em um movimento que estava em consonância à chamada *latinitas* (ou *latinidade*), próprio do medievo ocidental (CURTIUS, 1996), os arcos narrativos latinos são colocados, agora, em um contexto eminentemente “feudal”². Dentre estes, destacamos, por exemplo, o *Roman de Brut* (1155), produzido pelo poeta normando Wace, que estabelece uma notória interligação entre a tradição épica latina e um provável “mito de origem” da Bretanha³: a narrativa conta a história de Brutus que, sendo neto de Enéas – o fundador de Roma

2 Isto é, personagens próprias dos épicos greco-romanos são alocadas à temporalidade contemporânea dos poetas do medievo. Atribui-se a estes personagens costumes, modos de agir, se portar e conflitos morais que são próprios da Idade Média.

3 Wace, por sua vez, teria adaptado a já em voga *Historia Regum Britanniae*, crônica latina dos reis da Bretanha produzida pelo galês Geoffrey de Monmouth durante a década de 1130.

segundo a *Eneida*, do poeta romano Virgílio (70 a. C. – 19 a. C.) – teria fundado o que compreendemos hoje como Grã-Bretanha.

A pretensão particularmente histórica⁴ surge, neste cenário, como um dos pilares da formulação do *roman*. Como parte de uma mesma expressão sociocultural⁵, o território inglês simula muitos dos desenvolvimentos históricos que coexistem na França daquele período. E, não somente os contornos culturais, mas o próprio delinear político da ilha configura-se enquanto dependente da Normandia, dada a conquista ocorrida em 1066. Embora os significados deste fato ainda seja uma discussão historiográfica saliente⁶, o estímulo ao ato contínuo de elaboração de narrativas com viés histórico faz parte, de forma significativa, do reinado angevino inaugurado por Henrique II, Plantageneta.

Para o historiador Michael Clanchy, o reinado do primeiro Plantageneta é, fundamentalmente, um momento em que desdobramentos importantes da conquista normanda tornam-se eminentes: há um crescimento expressivo de documentações próprias de chancelaria e judiciais (CLANCHY, 2013, p. 93). Existiu, segundo Clanchy, um significativo processo de letramento entre as camadas sociais anglo-normandas que possibilitou, para além da elaboração de registros vinculados ao cotidiano, a elaboração de escritos de outras naturezas⁷. A burocracia anglo-normanda

4 Juntamente às crônicas e aos *romans*, outra natureza “literária” que se faz presente neste contexto e que se pretende verdadeiramente histórica são as canções de gesta (*chansons de geste*). Marcus Baccega afirma, por exemplo, que a Antiguidade clássica legou ao período medieval uma concepção moral do discurso sobre a História, com fins estilizados e de persuasão, destinado, sobretudo, à instrução e conversão dos hábitos. Ver em: BACCEGA, 2015, p. 380.

5 A historiografia europeia, principalmente aquela de tendências oitocentistas, tendeu a tratar a Inglaterra enquanto um “apêndice” da cultura francesa durante a Idade Média. Apesar deste “afrancesamento”, a historiografia contemporânea contesta este lugar passivo que foi relegado à ilha, afirmando que características próprias da cultura local teriam sido particularmente importantes ao desenvolvimento intelectual da época. Para mais, ver: CLANCHY, 2014, p. 143-144.

6 Para mais sobre esta discussão, ver: GILLINGHAM, 2006, p. 25-53.

7 Clanchy chama atenção, para além de documentos burocráticos, ao desenvolvimento das crônicas. Durante o período anglo-saxão, a crônica segue a necessidade de controle do tempo, sendo produzida majoritariamente pelos monges dentro dos monastérios. Já durante o período anglo-normando, este caráter se transforma de maneira importante; Clanchy afirma que os clérigos que passam a compor as crônicas comportam-se muito mais como historiadores no sentido que nós,

enseja, dessa forma, um movimento cada vez mais estimulante da produção de registros escritos. Assim, ainda que os *romans* tenham uma origem e difusão propriamente orais – porque declamados – já poderiam ser um traço expressivo deste movimento, uma vez que alguns manuscritos sobreviventes (como veremos) datam do século XII.

Tristão e Isolda: uma legenda, várias versões

A legenda tristaniana surge, portanto, neste contexto em que manifestações, culturais e intelectuais, tornam-se recorrentes e sobrevivem à posteridade. Interligados, como vimos, à Matéria Antiga, os *romans* passaram a ser adaptados, também, a partir de um conteúdo que ficou conhecido como *Matière de Bretagne* (isto é, Matéria da Bretanha). Tal substrato refere-se às tradições dos povos que a historiografia denominou, nos oitocentos, de “celtas”; as memórias supostamente advindas e originárias de um formato oral dos “celtas”, que ocuparam as ilhas britânicas antes da cristianização, seriam, nestes moldes, os elementos integrantes da Matéria da Bretanha.

Assim, uma vez que o famoso rei Artur – subsistente na tradição galesa⁸ – faz sua aparição nesse conjunto de narrativas de cunho mitológico (no século XII, ainda majoritariamente oral), os *romans* o encaram como um típico herói⁹, que encarna os aspectos mais singelos da realeza e da cavalaria. O uso que se faz de seu nome, e de todos a ele associados, inclusive Tristão, é tamanho que a espinha dorsal da *Matière de Bretagne* convencionou considerar o ciclo arturiano. Existe uma certa aproximação, é claro, entre as histórias do rei Artur e do cavaleiro Tristão da Cornualha. Ainda que paralelas, as narrativas se cruzam em alguns momentos; nas primeiras versões de que se tem notícia e mais acentuadamente nas versões posteriores que foram elaboradas de ambos os ciclos.

contemporâneos do século XXI, compreendemos. Ver em: CLANCHY, 2013, p. 102.

8 Na tradição galesa o rei Artur surge, principalmente, no conjunto de narrativas intituladas *Mabinogion*. Estas, embora tardiamente compiladas, referem-se às histórias que circularam oralmente, possivelmente antes do advento da cristianização.

9 Um herói que é, gradualmente, cristianizado e estreitamente associado às polêmicas cristãs do período, como a busca pelo Santo Graal.

A legenda tristaniana trata, fundamentalmente, de uma paixão adúltera e, para alguns, incestuosa. O cavaleiro Tristão, o mais célebre da Cornualha, apaixonou-se pela futura esposa de seu tio, a então princesa Isolda da Irlanda. Embora a paixão fosse reciprocamente construída, a jovem princesa cumpre o dever de se casar com o rei da Cornualha, Marc, tio de Tristão. Isolda é, a partir daí, uma mulher casada e poderia, para muitos ser considerada “tia” do cavaleiro; fatos que não impedem que a relação amorosa entre eles se perpetue ao longo da narrativa. Conquanto as versões tenham divergências em alguns pontos importantes, todas encaminham o casal a um final trágico: as circunstâncias daquele amor proibido levam ambos à morte, quase simultaneamente.

Thomas é apenas o nome referenciado no verso 870 do manuscrito Douce¹⁰: o poeta, do qual quase nada se sabe, inaugura uma tradição que estabelece, a partir do século XII, a forma como outras versões seriam formuladas. Thomas funciona, por exemplo, como inspiração para outras duas importantes narrativas tristanianas elaboradas no século XIII: o *roman*, escrito em alto alemão médio, de Gottfried de Estrasburgo (1215) e a saga islandesa que também compreende a narrativa do casal trágico, produzida por irmão Robert durante a década de 1220.

Uma segunda tradição, motivo de dissenso entre os especialistas com relação às datas, é aquela inaugurada por Béroul, também em meados do século XII. O desacordo advém acerca de quem teria sido a versão mais antiga produzida no medievo: se a de Thomas, cujos especialistas localizam a produção na década de 1170; ou se a de Béroul, que teria produzido seu *roman* entre os anos de 1150 e 1190, possivelmente território normando (BRANDÃO, 2020, p. 7). Da tradição inaugurada por Bérox¹¹, cuja crueza dos aspectos organizacionais da sociedade feudal é um traço marcante, advém, possivelmente, a outra versão em alto alemão médio, escrita por Eilhart de Oberg, conhecida como *Tristant*, no final do século XII.

10 *Thomas iço granter ne volt* (Thomas não pode se submeter a esta versão). O poeta assim se referencia como forma de introduzir um recurso metalinguístico na história: quando explica a razão de não adotar determinado acontecimento e sim outro, dizendo que este último seria muito mais passível de ter ocorrido, e que faz parte da verdadeira versão do conto.

11 Béroul se nomeia como *Berox* nos vs. 1268 e 1790.

Apesar de este ainda ser um impasse historiográfico¹², é certo dizer que ambos os poetas delineiam características distintas para suas narrativas: enquanto Thomas dirige um enfoque psicológico às angústias de suas personagens – cuja análise moral, transparecida em recorrentes monólogos, é uma tônica – Bérout preocupa-se em desenhar as consequências sociais, dentro do panorama dito feudal, que o amor adúltero (e incestuoso) de Tristão e Isolda gerou àqueles envolvidos. Por estas duas caracterizações distintas, boa parte da historiografia do século XX, talvez inspirada pela interpretação feita por Joseph Bédier, tendeu a considerar que Thomas foi o elaborador da “versão cortês” da história, e Bérout aquele que teria escrito a “versão comum” (FRAPPIER, 1963; WIND, 1960). Embora o enfoque psicológico desenvolvido por Thomas seja um dado eminente e inegável, veremos, que o poeta não era exatamente um partidário do amor dito cortês.

O amor transgressor de Tristão e Isolda é a tônica presente nos 3300 versos do *Roman de Tristan*, distribuídos ao longo dos seis manuscritos conhecidos atualmente: Carlisle, Cambridge, Sneyd, Turin, Estrasburgo e Douce. Todos apresentam aspectos filológicos e paleográficos que permitem datá-los como originários do século XIII, com uma curiosa exceção do rico manuscrito de Sneyd, produzido por volta do final do século XII. Ao longo do século XIX – mais precisamente a partir da década de 1830 –, a maioria destes manuscritos foram encontrados, transcritos e editados pelo filólogo francês Francisque Michel (editor dos manuscritos de Sneyd, Estrasburgo e do Douce). Os outros três advêm de localidades distintas, com editores distintos, apesar de terem – com exceção do manuscrito de Carlisle – também sido editados e publicados durante os oitocentos.

O último manuscrito encontrado, o de Carlisle, contém cerca de 150 versos que abordam a travessia de Tristão e Isolda entre a Irlanda e a Cornualha, antes do casamento entre ela e o rei Marc. Cronologicamente, é o manuscrito que aborda trechos iniciais da história. Foi descoberto durante os anos 1990 pelo historiador Michael Benskin que, juntamente com os especialistas Ian

12 Em partes, porque há estudiosos convencidos de que o pioneirismo advém de Bérout. Brandão (2020), por exemplo, afirma que, com certeza, a primeira parte do *roman* de Bérout (que compreende os vs. 2 a 2754) foi formulado entre as décadas de 1150 e 1170; enquanto a segunda parte teria sido escrita na década de 1190.

Short e Anthony Hunt, pode realizar a restauração e a edição do manuscrito (1992, p. 289-319). Os fragmentos que o compõem foram encontrados em um cartulário (espécie de registro de títulos de uma instituição) latino da abadia cisterciense de Holm Cultram, localizada em Carlisle, norte da Inglaterra. É possível que, originalmente, o manuscrito compusesse os cânones da catedral local, mas atualmente ele localiza-se no arquivo permanente em Cumbria Record Office, em Carlisle.

O manuscrito de Cambridge, encontrado no século XIX na biblioteca da Universidade de Cambridge¹³, é o que dá andamento à narrativa a partir do episódio conhecido como *Le Verger*, isto é, “O Jardim”. Nele, os breves 52 versos narram que o casal apaixonado é surpreendido no jardim secreto em que se encontrava, adormecido, por um anão seguido do rei Marc; é o momento em que o casal se separa para não sofrer as consequências de uma possível incriminação por adultério.

O manuscrito que dá sequência à narrativa é o de Sneyd, assim nomeado por conta de seu proprietário, o reverendo M. W. Sneyd, de Hertfordshire, embora tenha sido editado por Francisque Michel. Na verdade, os fragmentos que compreendem este manuscrito foram divididos em dois: o *Sneyd 1* (Sn 1) e o *Sneyd 2* (Sn 2) que contemplam, respectivamente 888 e 826 versos. Apesar de se encontrarem no mesmo manuscrito, ambos os fragmentos dizem respeito a episódios distintos da história; o primeiro é conhecido pela alcunha *Le Mariage*, por abordar principalmente o casamento de Tristão com Isolda das Mãos Brancas, e o segundo está inserido no manuscrito Douce, integrando os 826 versos que contam os acontecimentos finais da narrativa.

O *Sneyd 1*, que comporta 888 versos, nos apresenta as perspectivas das personagens principais, Tristão e Isolda, que se encontram separadas. Notamos que os fragmentos são marcados por extensas reflexões, transparecidas através dos monólogos protagonizados por Tristão. Mais do que acontecimentos propriamente ditos, os fragmentos de Sneyd, construídos através de recursos retórico-dialéticos, trazem ao leitor/ouvinte um mergulho nas angústias

13 Sabe-se que o manuscrito esteve em posse, durante os séculos XVII e XVIII, do bispo de Elly, John Moore (1646-1714), que deixou uma enorme coleção de obras raras à biblioteca da Universidade de Cambridge. O manuscrito foi encontrado e editado, em 1856, pelo filólogo e folclorista bretão Théodore Hersart de La Villemarqué.

mais profundas de Tristão – sua (in)decisão de casar-se com Isolda das Mãos Brancas – e algumas “lições”, que se amparam na situação exemplar do cavaleiro, evocadas pelo narrador (que acreditamos se tratar de Thomas).

Neste fragmento, a partir dos versos 600, há um relato interessante evocado por Thomas para falar sobre as andanças de Tristão: a luta entre o rei Artur e o gigante Orgulhoso. O poeta assim o evoca, ao que parece, para localizar temporalmente seu público-ouvinte: Thomas descreve este possível fato para dizer que, agora, quem lutava com o sobrinho de Orgulhoso era Tristão; há, ao que parece, uma certa distância entre as temporalidades dos reinados de Artur e de Marc. O episódio apresentado em que se insere Arthur pode ter sua inspiração, no entanto, na *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth (c. 1130)¹⁴, e em sua adaptação vernacular, o *Roman de Brut*, de Wace (1155). Os estudiosos tendem a apontar este fato como um duplo recurso explorado por Thomas, que lhe proporcionou uma temporalidade conveniente à história e ainda lhe deu autoridade:

[...] Thomas resolveu seu problema colocando o reinado de Artur antes dos eventos de seu próprio romance. Para este fim, ele inventou um episódio menor em que se refere a um gigante que havia sido adversário do próprio Arthur, e da mesma forma o salão de estátuas é descrito como estando em uma caverna que data da época do rei Arthur. Ao inventar tais detalhes (mesmo que tenham como objetivo resolver um problema de cronologia narrativa) e ao mudar a cronologia relativa a Artur e Tristan, Thomas mostra-se encarregado de seu material, em vez de sujeito a sua fonte ou a fatos históricos. (GREEN, 2002, p. 143-144, tradução nossa)

A angústia da separação dos amantes continua a ser o principal componente dos manuscritos seguintes: no manuscrito de Turin, que contempla 256 versos, sabemos que Tristão construiu, na Bretanha, uma “sala das imagens” dedicada à sua amada rainha

14 Na HRB, Geoffrey relata um episódio sobre um gigante que teria invadido suas terras, raptado a sobrinha de um duque e amedrontado a todos os habitantes de suas terras. Curiosamente, este gigante, que fazia um casaco com as barbas de seus inimigos, desafiou Artur para um duelo. Ver em: MONMOUTH, Geoffrey de. **History of the Kings of Britain**. Edição de Michael D. Reeve. Tradução de Neil Wright. Woodbridge: The Boydell Press, 2007, p. 224-226.

Isolda. Em uma caverna afastada no reino onde é, agora, casado com a filha do duque, o cavaleiro manda construir estátuas de Isolda para suprir-lhe, de alguma forma, a falta da amada. Além disso, entrevemos um singular episódio que nos evidencia a vida infeliz dos casados, Tristão e Isolda das Mãos Brancas; a chamada “água ousada” deixa transparecer a frustração da princesa bretã em jamais ter sido tocada pelo seu marido¹⁵.

Até sua segunda transcrição no final dos anos 1980, este excerto da narrativa era conhecido somente através da primeira transcrição realizada pelo historiador e filólogo italiano Francesco Novati durante a década de 1880. Ele foi mantido por quase cem anos na *Accademia delle Scienze de Turin*, localizada no norte da Itália, até ser encontrado e editado pela historiadora Lucia Fontanella Vitale-Brovarone durante os anos 1980, que além da transcrição, elaborou também um completo comentário sobre o manuscrito (VITALE-BROVARONE, 1988).

Os 68 breves versos do manuscrito de Estrasburgo relatam a experiência de Tristão e seu cunhado e amigo Kaherdin que, em suas andanças pela Cornualha, avistam o séquito real de Marc e Isolda. Há, portanto, a descrição dos comportamentos dos membros da corte de Marc: seus modos de se vestir, portar e cantar. Embora não saibamos com exatidão sobre o caminho deste manuscrito, sabemos que este permanecia na Biblioteca do Seminário Protestante de Estrasburgo que, em 1870, sofreu um incêndio, de modo que possuímos, somente, as transcrições do manuscrito realizadas por Francisque Michel.

O último e mais longo dos manuscritos, o Douce, conta com 1888 versos. Como parte da coleção pessoal do antiquário britânico Francis Douce (1757-1834), amigo de Michel, o manuscrito era somente um dos muitos documentos e relíquias que Douce mantinha em seu acervo. Atualmente, encontra-se em posse da Biblioteca Bodleiana, pertencente à Universidade de Oxford. Referente ao *Tristan* de Thomas, encontramos o que seriam os versos 1269-3086 de todo o *roman*. Intrínseco a este mesmo manuscrito, pode ser encontrado também a única cópia restante do chamado *Folie*

15 A princesa Isolda da Bretanha sofre um pequeno acidente com o cavalo em que montara, fazendo com que, ao afundar em uma poça d'água, a água respingue para dentro de suas coxas. A situação causa uma crise de risos em Isolda, que diz que a água da poça chegou aonde jamais nenhum homem havia chegado.

Tristan d'Oxford, um pequeno poema também pertencente ao ciclo tristaniano que narra um pequeno episódio de quase mil versos¹⁶.

O mais extenso dos manuscritos traz ao leitor/ouvinte os acontecimentos que encaminham ao desfecho da narrativa. Nele vislumbramos, de forma recorrente, as andanças de Tristão e Kaherdin entre a Bretanha (porção norte da atual França) e a Inglaterra: há, inclusive, a ilustrativa passagem em que Tristão, ansioso por contatar a rainha Isolda, veste-se de leproso e finge ser um pedinte, com intuito de enganar o séquito real e falar com a amada. É nesta porção da história que o fatídico acontecimento tem seu lugar: um cavaleiro – cujo nome era, não gratuitamente, Tristão (com o epíteto *O Anão*) – procura o herói para que este o ajudasse a salvar sua amada de um castelão que a havia raptado; nesta perigosa empreitada, Tristão, *O Amoroso*, é gravemente ferido por uma espada embebida em veneno.

Enfermo, Tristão permanece em constante agonia em seu castelo na Bretanha. Muitos médicos da região tentam salvá-lo, em vão. O cavaleiro sabe que a única que poderia salvar-lhe a vida era a rainha Isolda, conhecedora assídua de curas medicinais. Com isto em mente, pede para que seu cunhado e fiel amigo Kaherdin vá, em segredo, buscar Isolda na Inglaterra. A ordem era clara: caso Isolda estivesse a bordo do navio, as velas içadas deveriam ser brancas; caso não estivesse, deveriam ser negras. O pedido, entretanto, passa a ser de conhecimento da então esposa de Tristão, a princesa bretã, Isolda das Mãos Brancas; esta, furiosa, prepara uma vingança contra o marido. Quando, após um atraso, o navio com Isolda atraca na costa bretã, Isolda das Mãos Brancas mente a Tristão, fingindo não saber do combinado e afirma-lhe, com convicção, que as velas trazidas pelo navio eram negras. A notícia aterradora atinge o já muito enfraquecido cavaleiro, que acredita que seu grande amor se recusou a salvá-lo e, assim, dá seu último suspiro.

16 O *Tristan Folie* é um pequeno conto, com cerca de mil versos, que narra um pequeno episódio da história: o momento em que Tristão, sob o pseudônimo de *Tantris*, visita a corte de Marc à procura de Isolda, e disfarça-se de louco. A narrativa possui duas versões: a versão de Oxford, vinculada ao manuscrito Douce do *roman* de Thomas; e a de Berne, que narra o mesmo episódio, mas com algumas modificações.

Thomas: um homem de seu tempo

O poeta, conhecido sob o vago nome de Thomas da Inglaterra¹⁷, continua a ser uma incógnita para a historiografia. Ao longo do tempo, estudiosos buscaram captar indícios que nos levassem a compreender, um pouco, sobre quem foi Thomas. Existem dois aspectos fundamentais que ajudaram a traçar um provável perfil do poeta: primeiramente, a forma como seu *roman* foi estruturado – seus comentários, opiniões e ressalvas ao andamento da história – podem indicar uma formação clássica baseada no *trivium*¹⁸, bastante comum nas escolas do norte francês da época. Em segundo lugar, as referências presentes no *roman* – que aludem às atividades urbanas de Londres do período¹⁹, e a Gales, com alusão à autoridade de um contador de histórias chamado *Bréri* – podem indicar seu ambiente de convivência ou, ao menos, uma pista de que Thomas tenha estado na Londres do reinado de Henrique II, Plantageneta.

Caso nos atentemos, por exemplo, aos aspectos técnicos da construção linguística do *roman*, notamos traços bastante explícitos da retórica e da dialética. Esta é a principal tese do historiador Tony Hunt (1979, p. 95-129). Existem indícios bem consistentes de que a formação intelectual de Thomas tenha se dado a partir das artes do *Trivium*, o principal quadro pedagógico vigente no centro-medieval. Em todos os manuscritos, mas mais notadamente em Carlisle e Sneyd, construções retórico-dialéticas são evidenciadas nos versos octossílabos que compõem o poema; Thomas se vale do que hoje chamamos de *figuras de linguagem* para realizar certas composições

17 Assim nomeado por Gottfried de Estrasburgo, quando atribui a Thomas a validade de sua história.

18 O Trivium foi um quadro pedagógico advindo da Antiguidade clássica (greco-romana). Contemplava as disciplinas, chamadas na época de “artes” (*ars*), de gramática, retórica e dialética. Apesar da origem antiga, este tipo de conjunto pedagógico sobreviveu também durante a Idade Média.

19 Há um claro elogio à cidade de Londres entre os vs. 1388 e 1400 do manuscrito Douce. Vejamos: Londres é uma cidade muito próspera, / Que não tem igual em terras cristãs / Por sua atividade, seu prestígio / E a boa vida que a leva a isso. / Somos pródigos e generosos, / Nós amamos rir. / Toda a fortuna da Inglaterra está lá : / É inútil procurar em outro lugar. / O Tâmsa banha as muralhas. / É aqui que as mercadorias chegam / De todas as terras / Onde os mercadores cristãos vão. / As pessoas são de grande inteligência.

que soam características àquilo encontrado nos manuais retóricos da Antiguidade clássica.

No então perdido manuscrito de Carlisle, encontramos o engenhoso jogo de palavras – tecnicamente denominado *annominatio*, ou paranomásia²⁰ – que confundem o ouvinte quando se escuta sobre a travessia de Tristão e Isolda rumo à Cornualha (vs. 63-75): *la mer*, *l'amer* e *amer*. Os amantes, após beberem por engano do filtro mágico, passam a sentir, no mar, uma amargura por estarem amando. É a partir destes sentidos que a *annominatio* se constrói e causa o efeito retórico esperado²¹.

A separação dos amantes, narrada principalmente no manuscrito de Sneyd, desperta em Tristão sentimentos de profunda confusão e angústia, que podem ser evidenciados em seus extensivos e contraditórios monólogos. Além de Hunt, a historiadora italiana Valeria Bertolucci Pizzorusso (2017) também se dedicou a encontrar os mecanismos dialéticos intrínsecos a Sneyd. Ambos os estudiosos argumentam, com fortes evidências, que em todos os seus monólogos, compreendidos entre os vs. 1 e 648, Tristão propõe uma ideia a ser considerada (*propositio*) e, no decorrer de suas divagações, ataca esta ideia a partir de refutações (lógicas, em seu ponto de vista).

Essas ideias colocam-se em pólos opostos: a primeira considera, na visão de Tristão, que Isolda não mais o ama e que vive muito feliz com seu marido, o rei Marc. Por esta razão, Tristão deve imitá-la e arranjar uma outra mulher para também ser feliz. A segunda refuta totalmente esta premissa, e considera um grande erro casar-se com

20 Consiste em um jogo de palavras com relação às significações empregadas. Este recurso surge devido à alteração de uma parte do corpo da palavra, muitas vezes quase imperceptível, e que provoca estranhamento. Segundo Lausberg, há uma ligação (pseudo)etimológica que se manifesta entre os corpos das palavras utilizadas e suas significações, evidenciando um parentesco, mas também diferenças entre elas. Ver em: LAUSBERG, 2004, p. 179.

21 As diferenças seriam as seguintes: *amer*, correspondendo à ideia de *amargor/amargura* deve ser classificada como um adjetivo; *l'amer* corresponde ao ato de amar, portanto, um verbo e *la mer* é um substantivo que faz referência ao oceano. Embora cada palavra pertença a uma classe gramatical própria, além das semelhanças morfológica e fonética, poderíamos notar algumas associações semânticas entre elas: há uma interação entre estas palavras com os atos de “sentir” e “estar”. Isto é, os sentimentos/sensações que elas evocam são, necessariamente, ligados aos estados suscitados.

alguém apenas para fingir a felicidade; nesta linha argumentativa, Tristão passa a acreditar que, na verdade, Isolda vive contra sua vontade com Marc, mas que não consegue meios de fugir de sua situação. Tal como um debate consigo mesmo – mecanismo, aliás, muito recorrente entre os intelectuais do medievo – Tristão sustenta, a partir de fortes argumentações, estas duas teses. A estrutura é muitíssimo semelhante às assertivas lógico-dialéticas encontradas nos manuais antigos – como a *Rhetorica ad Herennium* por exemplo – que, possivelmente, fizeram parte da formação de Thomas.

Não somente estas constatações técnicas, mas o próprio teor moralista ratificado em seus extensos comentários, faria de Thomas um homem cuja crença nas dogmáticas cristãs seria inquestionável. Em suas interferências, o poeta deixa claro suas opiniões, ora sobre os costumes cortesês – e o aspecto fútil que os aristocratas insistem em sustentar²² – ora sobre o comportamento das mulheres²³, ora sobre a impulsividade e lascívia²⁴. Para Hunt, Thomas seria claramente partidário de uma filosofia de *contemptus mundi*, isto é, uma rejeição a tudo considerado puramente mundano (HUNT, 1981, p. 46).

Em seus numerosos comentários ao longo do *roman*, Thomas atribui a validade da sua versão da história a um tal *Bréri*, conhecedor da história de todos os reis da Bretanha (Douce, vs. 856-859). Conquanto a grafia não seja exatamente a mesma, outras possíveis menções a *Bréri* são encontradas em outras produções da época, também do meio cortês: em *Perceval ou le Conte du Graal* (c. 1190), de Chrétien de Troyes, surge um nome de um contador de histórias

22 No manuscrito de Sneyd, quando Thomas emite uma opinião sobre a impulsividade de Tristão em casar-se apenas para não permanecer sozinho, compara esta atitude às frivolidades da corte e seu constante desejo por satisfações momentâneas (Sneyd, vs. 255-304).

23 Quando Isolda das Mãos Brancas arquiteta sua vingança contra Tristão (ao descobrir que ele amava outra mulher), Thomas inicia este trecho alertando sobre a inconstância feminina e como o amor das mulheres se transforma em ódio rapidamente (Douce, vs. 1332-1344).

24 Brangien, a ama de companhia de Isolda, apaixonou-se e entregou-se ao cunhado de Tristão, Kaherdin. Quando boatos sobre a má reputação de Kaherdin circulam no reino da Inglaterra, Brangien fica furiosa por ter se entregado a um homem possivelmente sem honra. Neste momento, faz uma comparação entre Isolda – que ajudou neste caso – e uma personagem presente no imaginário ocidental, Richeult, bastante maliciosa (Douce, vs. 58-72).

conhecido como *Bliobleheris*; em *Erec et Énide* (c. 1170), também de Chrétien, o mesmo nome surge como um cavaleiro da corte de Artur; em *Tristan* (c. 1185), de Eilhart de Oberg, um cavaleiro é nomeado como *Pleherin* e, ademais, um *Bledhericus* é citado, como contador de histórias, na *Descriptio Cambriae* (1194), de Gerald de Gales.

A semelhança entre as grafias tornou-se um argumento bastante próspero para que os historiadores considerassem que *Bliobleheris/Bréri/Bledhericus* eram, na verdade, a mesma pessoa: a fonte cuja notoriedade era tamanha que teria sido utilizada pelos poetas de uma geração posterior para atribuir legitimidade às histórias narradas. Sem demora, a historiografia do início do século XX (WESTON, 2010; LOOMIS, 1924; LOT, 1925; WILLIAMS, 1937) buscou identificar de quem se tratava o tal Bréri: após alguns levantamentos, constituiu-se uma tendência, ainda atual, identificá-lo a um aristocrata galês da região de Dyfed, em Carmarthenshire, sudeste de Gales, chamado de Bledri ap Cadifor, que teria vivido entre o final do século XI e início do XII.

Existe um conjunto de documentações que concerne, entre outros aspectos, à vida de Bledri. Algumas menções classificam-no como uma figura histórica importante aos delinear dos acontecimentos em Dyfed: além de descender de um ramo ilustre de senhores da região²⁵, Bledri é mencionado na famosa crônica galesa *Brut y Tywysogion*²⁶ (uma espécie de “Crônica de Príncipes”), com o

25 O pai de Bledri teria sido Cadifor (conhecido como Cadifor, *O Grande*), um respeitado senhor de terras da região de Dyved, em Carmarthen (País de Gales) que, por sua vez, descenderia de um ramo ilustre de famílias da região, sendo apontado como descendente de Morien Glês. Segundo Thomas Rees, as informações constariam no manuscrito Harley 4181 da *British Library*, compilado, no século XVII, a partir de um original de William de Salesbury; Morien Glês como descendente do famoso guerreiro celta Caractacus, teria sido um histórico senhor de Dyved que gerara muitos descendentes; o vigésimo primeiro teria sido Cadifor, pai de Bledri. Ver em: OWEN, WESTON, 1911, p. 9.

26 Bledri fora apontado, no ano de 1113, como um aliado dos normandos – invasores, por essa época – que buscava manter seu poder em e ao redor de Carmarthen, fato que, aparentemente, se concretizara já que, durante a revolta galesa frustrada de 1116, a Bledri foi dado o controle do castelo de Robert de Courtemayn, próximo a Carmarthen. Edward Owen delinea, inclusive, a hipótese de que Bledri tenha sido o redator de um intervalo de anos importante que constitui a narrativa de *Brut y Tywysogion*. Ver em: OWEN, WESTON, 1911, p. 13-14. E também: BLEDRI ap CADIFOR (fl. 1116-30), chieftain | Dictionary of Welsh Biography (Acesso em 27/06/2022).

epíteto *Latinarius* (algo como “o intérprete”). Outras evidências apontam uma acentuada proximidade entre Bledri e os normandos, cujo reinado ainda no início do século XII era de Henrique I: seu nome consta em um *pipe-roll* de 1131 em duas ocasiões, ora como devedor de uma indenização, ora como recebedor²⁷ e, ademais, o aristocrata galês teria concedido, pouco tempo antes, as terras onde seriam fundadas as paróquias de São João Evangelista e São Teuloc, de Carmarthen²⁸, ao rei Henrique I.

A historicidade de Bledri e sua relação com as narrativas da *Matière de Bretagne* se ratificam com as menções encontradas no *roman* de *Perceval*, iniciado por Chrétien de Troyes, mas terminado por Wauchier de Denain durante o final do século XII. Na *Elucidação* do famoso *roman*, um Bleheris é citado como um contador de histórias, conhecedor das narrativas galesas que são a fonte de inspiração à de *Perceval*; assim como um Blihos-Bleheris é colocado no enredo como um cavaleiro que é, também, um contador de histórias muito reconhecido (WESTON, 2010, p. 110). A narrativa do Graal é apontada, ademais, como uma das histórias preferidas de um dos condes de Poitiers²⁹, tendo sido contada, em pessoa, pelo próprio Bleheris, um galês, que estivera na região sul da França em algum momento do início do século XII³⁰. Para Loomis, o aparecimento da história de Tristão em alguns poemas continentais

27 No único documento financeiro restante do reinado de Henrique I, o nome de Bledri consta como devedor de uma multa por seus homens terem assassinado um holandês; e, em outro momento, como recebedor de uma indenização por um de seus conterrâneos, Bleddyn de Mabedrud, por este ter ultrajado a filha de Bledri. Ver em: WESTON, 2010, p. 112-113.

28 Além dos registros oficiais do reinado de Henrique I referentes a estas doações, os estudiosos do início do século XX encontraram uma carta de um dos filhos de Bledri, Griffith, ratificando o presente de seu pai ao soberano. Ver em: WESTON, 2010, p. 112-113.

29 Os estudiosos não estão de acordo com a identidade do conde de Poitiers que teria estado com Bledri. Mary Rhiannon Williams, por exemplo, afirma se tratar de William VII, conde de Poitiers entre 1071 e 1126. Ver em: WILLIAMS, 1937, p. 224. Já Roger Sherman Loomis se tratava de William VIII, filho de William VII, e pai de Eleanor da Aquitânia. Ver: LOOMIS, 1924, p. 324.

30 Ferdinand Lot, apesar de concordar que Wauchier possa estar fazendo alusão ao mais famoso dos condes de Poitiers, William VII, o *Trovador*, nega que Bledri tenha estado pessoalmente na região, sendo conhecido por Wauchier através da obra de Gerald de Gales. Ver em: LOT, 1925, p. 402-405.

em *langue d'oc*, elaborados por Cercamon³¹ e Marcabru, já durante a década de 1130, seria um forte indício da presença do galês Bledri nas terras do conde de Poitiers (LOOMIS, 1924, p. 324).

Tais delineamentos, no entanto, permitem-nos balizar certas conjecturas sobre a historicidade da história de Tristão e Isolda. Sim, *conjecturas*; porque as circunstâncias específicas da (re)emergência da narrativa tristaniana no contexto angevino, sob o a voz de Thomas, nos é diretamente inalcançável. Mas, como toda fonte, o *Roman de Tristan* permite-nos captar estes indícios valiosos aos reflexos que desenhamos aqui: a historicidade do *roman* traz, para além destas percepções sobre as formações filosófica e intelectual de Thomas, da autoridade atribuída a um (possível) histórico Bréri, outros elementos que inscrevem o poema diretamente no século XII ocidental. A *chevalerie*, os comportamentos e regramentos morais e sexuais refletidos no *roman* – relativos, é certo, à primazia das relações de gênero naquele contexto – levam-nos, diretamente, às questões sobre as motivações desta (re)emergência no contexto angevino de Henrique II, Plantageneta.

(Re)emergência no ambiente angevino: Tristão, Isolda e o centro-medieval

Os elementos apresentados na seção passada permitem-nos compreender certas circunstâncias que são, ainda que relativas ao *roman*, propriamente externas. Apesar de extrínsecas, revelam uma coerência importante com os desdobramentos históricos através dos quais se localiza o *roman*: a formação de Thomas revela-nos um movimento concernente às relações entre eclesiásticos e laicato no ambiente centro-medieval – coração da formação da literatura canônica –, questão de ampla repercussão histórica e historiográfica. De forma semelhante, a origem da versão de que fala Thomas estar, ao que parece, localizada em uma porção regional colonizada – isto é, Gales – mostra-nos um sutil simbolismo político que estas narrativas podem ter carregado em sua gênese. Vejamos um pouco destes dois entrelaçamentos para compreendermos os possíveis significados do *Roman de Tristan* nesta conjuntura histórica.

31 Para mais sobre esta discussão ver: CLUZEL, 1959, p. 275-282; LEJEUNE, 1962, p. 183-209.

Como apontado, Thomas parece ter feito parte, enquanto um possível clérigo, de uma tradição filosófico-intelectual cristã que, no século XIII, culminaria no aparecimento da chamada *Escolástica*³². A intelectualidade cristã – com o aparecimento das mais profundas discussões morais, filosóficas e, até mesmo, políticas – já era uma realidade pelo menos desde o século XI. Desenvolveu-se, concomitantemente aos movimentos sociopolíticos que passavam a delinear certas tensões morais entre clero e laicato, uma necessidade de renovação das dogmáticas da Igreja. O que ficou conhecido como Reforma Eclesiástica do século XI – também chamada pela historiografia oitocentista de Reforma Gregoriana – gestou-se no esteio de novas relações que se delineavam, graças às novas formações político-sociais, nesta porção ocidental da Europa.

O movimento reformador surgiu, assim, de necessidades bilaterais dos novos desenvolvimentos sociopolíticos e socioculturais que surgiram com aquilo que Robert Fossier chamou de *encelulamento*³³. O papado e os centros monásticos não seriam, unicamente, centros irradiadores da reforma a uma sociedade laica completamente avessa aos ideais reformadores: o processo de transformação era “coextensivo a todo tecido social” (RUST, SILVA, 2009, p. 145). Com as concentrações geradas a partir dos domínios senhoriais desta Idade Média central, houve uma demanda por novas formas de relações entre as várias camadas sociais. Isto é, “novos repertórios de regras comportamentais que incluíam da gestão de riqueza material à moral sexual” (RUST, SILVA, 2009, p. 154).

Neste amplo processo, entrevemos a produção de escritos – majoritariamente baseados em assertivas dogmáticas próprias do cristianismo primitivo – que tentavam unificar os vários comportamentos até então inscritos na sociedade cristã; estes escritos

32 Uma espécie de “cultura intelectual” que emergiu na época das fundações das universidades pela Igreja, por volta do século XIII. A Escolástica foi desenvolvida através de métodos para interpretar textos e documentos principalmente advindos da Antiguidade; daí a importância do *Trivium*, como havíamos destacado. Para mais sobre o conceito, ver: ALESSIO, 2006, p. 367-382.

33 Uma grande concentração populacional em terras senhoriais que interferiram nas práticas de comando social. Jérôme Baschet, ao explicar o conceito definido por Fossier, salienta que o *encelulamento* dizia respeito um reagrupamento dos homens no interior de entidades sociais localizadas, definidas por um centro – a aldeia, o castelo; associando vários processos: o nascimento da aldeia, a generalização do senhorio, mas também o enquadramento paroquial. Ver em: BASCHET, 2006, p. 130-131.

buscavam definir o que, séculos depois, comporia a Lei Canônica. Claramente, a definição dos comportamentos e regramentos era apenas uma das facetas dos escritos dos canonistas que incluíam, também, os limites jurisdicionais de atuação eclesiástica dentro dos governos temporais dos reis da cristandade. E estes limites constituíram-se em um imbróglio recorrente durante o período centro-medieval na maioria dos reinos cristãos ocidentais: aquilo que ficou conhecido como *querela das investiduras*, que tocava diretamente no âmbito da autonomia gerencial e doutrinal da Igreja.

Nos próprios domínios anglo-normandos, à época de Henrique II, um conflito gestado há tempos conflagrou-se. O soberano teve uma tensa relação com o seu, até então, amigo, e arcebispo da Cantuária, Thomas Becket³⁴, durante os anos de 1160. As dissensões iniciaram-se, grosso modo, por questões que estavam em voga na administração da Sé romana e seus vários tentáculos regionais: a atuação das cortes eclesiásticas nos julgamentos dos crimes praticados por laicos (das mais variadas esferas, mas principalmente a moral); ou ainda o debate que abrangia sob qual jurisdição estariam os julgamentos de clérigos criminosos ou, até então, a arrecadação das receitas próprias das terras paroquiais, por exemplo.

O surgimento de uma narrativa cujo tema central é um adultério incestuoso, ainda que seu caráter tenda a apresentar um teor pedagógico aos ouvintes, não é surpresa ou coincidência em uma corte cujas tensões entre laicos e eclesiástico faziam-se acentuadas. Em diversos momentos do *Roman de Tristan*, vislumbramos um diálogo (velado) entre os comportamentos descritos das personagens e o conteúdo abordado nos vários escritos dos canonistas³⁵; dentre eles, Burcardo de Worms (950-1025), Ivo de Chartres (1040-1115) e Graciano (séculos XII a XIII). Os temas abrangem, principalmente, o chamado *débito conjugal*, a necessidade da virgindade antes do casamento, as cerimônias necessárias à efetivação do matrimônio e a consumação do laço conjugal, no emblemático caso de Tristão e Isolda das Mãos Brancas. Enxergamos, claramente, que estas questões perduraram nos imaginários cultural e político do ocidente medieval, enquanto mecanismos de controle de uma Igreja

34 Para mais sobre o assunto, ver: ALEXANDER, 1970, p. 1-26; STAUNTON, 2001.

35 Para estudos completos sobre o desenvolvimento da literatura canônica, ver: BRUNDAGE, 1987 e 1995.

que queria se fazer presente através de uma renovação dogmática amparada, ironicamente, por velhas assertivas escriturísticas.

Desta forma, a delimitação dos papéis de gênero, distribuídos ao longo do *roman* entre femininos e masculinos, é outra máxima por detrás das discussões comportamentais em voga. Mais do que apenas discutir como deveriam ser as relações entre homens e mulheres – que se tornam recomendações sutis do narrador –, a presença da necessidade das condutas honrosas da cavalaria nas angústias de Tristão e Kaherdin, ou os pensamentos de Tristão sobre a relação conjugal de Isolda e Marc incidem, diretamente, nas atitudes definidoras, em tese, do que era aceito por masculinidade e feminilidade. E eram estas categorias, ainda que não efetivamente conceitualizadas, que a Igreja reformadora debatia intensa e recorrentemente no intuito de gerir um controle sobre uma sociedade que escapava, de certa forma, aos seus ditames.

Nada mais coerente do que, nestes moldes, o *Roman de Tristan* encaixar-se em uma tendência pedagógica, visto que os especialistas supõem que este tipo de produção era dirigida a um público laico, de corte. Reiteramos, assim, a afirmativa de Hunt de que Thomas era, de fato, um moralista com tendências didáticas junto ao seu público; ainda que reconheçamos, com igual honestidade, que o *roman* coloca-se ambíguo em muitas de suas passagens. Ambíguo porque, embora o epílogo de Thomas nos advirta sobre as armadilhas do amor³⁶, enxergamos nas personagens, atormentadas pela paixão avassaladora, uma intensa necessidade de conciliação e/ou aceitação com a sociedade em que estão inseridos.

Há, portanto, uma paixão que é ingênua e, ao mesmo tempo, ardilosa, mas cujos partidários se veem conscientes e atormentados por sua rechaça (social) no mundo cortês do século XII. A ambiguidade da narrativa é ratificada, ainda, pela possível origem que Thomas a atribui: galesa, com ramificações originárias particularmente não cristãs. Embora não direta e puramente inscrito

36 A todos os amantes ele saúda,/ Aos melancólicos e entusiastas,/ Aos alegres, e aos que ardem de desejo,/ Aos voluptuosos e aos perversos,/ A todos os que ouvirão estes versos./ Se minha história não foi o que eles queriam,/ Fiz o melhor que pude/E contei toda a verdade/Como prometi no início./ Eu reuni poemas e modelos/Para a história embelezar/Para que agrade aos amantes/E para que eles possam encontrar/Episódios onde se reconheçam:/ Que eles derivem dela grande conforto/Contra a inconstância, contra a injustiça,/ Contra a dor e o sofrimento,/ Contra todas as armadilhas do amor! (Douce, vs. 1864-1882).

no que os historiadores denominaram como *Matéria da Bretanha*³⁷, o *Roman de Tristan* encontra-se na gênese deste movimento, tanto em seu sentido compilador – já que é pioneiro, de certa forma, destas narrativas de fundo “pagão” –, como na escolha da história utilizada para servir à instrumentação cristã.

A provável origem galesa da história de Tristão e Isolda, seja por seu aparecimento em outras compilações de tradição mitológica galesa³⁸, seja por seu enigmático contador de histórias Bledri/Bréri/Bledhericus, é um elemento bastante explorado na academia, no que se refere à compreensão do real significado da (re)emergência da narrativa naquele contexto centro-medieval. Interpretações sobre o significado da utilização de um conteúdo pagão para fins eminentemente cristianizadores repercutiram na historiografia desde, pelo menos, meados do século XX.

Dentre estas teorias, duas destacam-se e revelam duas facetas distintas de um mesmo fato: no esteio da Reforma Eclesiástica, anteriormente abordada, o surgimento da *Matière de Bretagne* se comportaria como uma espécie de resistência simbólica de uma aristocracia laica subversiva às investidas normativas da Igreja. Já a outra diz respeito aos usos simbólicos, para fins políticos, que estas narrativas, enquanto angariadas nas cortes laicas dos principais reinos da cristandade, estavam voltadas; principalmente como emblema legitimador das dinastias em questões, como é o caso da recém instaurada dinastia angevina, por Henrique II, Plantageneta.

Uma memória coletiva “céltica” – cerne da *Matéria da Bretanha* – como nos lembra Ian Short³⁹, teria sido difundida através dos menestréis, bardos e poetas, recolhedores deste conteúdo oral e formuladores das narrativas que chegaram até nós. Uma memória

37 O que foi chamado efetivamente de *Matière de Bretagne* pela historiografia oitocentista abrangeria, principalmente, os ciclos cristianizados dos *romans* do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda, àqueles concernentes às aventuras em busca do Santo Graal, que se multiplicaram a partir do século XIII no ocidente.

38 Elementos que podem remeter à Tristão e Isolda estão presentes, possivelmente, em fragmentos poéticos provenientes da Irlanda, nas famosas tríades galesas (*Trioedd Ynys Prydein*) e o também reconhecido *Mabinogion*, que apesar de terem sido compilados nos séculos finais da Idade Média, são provenientes de uma tradição oral muito mais antiga.

39 SHORT, Ian. “Literary Culture in the Court of Henry II”. In: HARPER-BILL, Christopher. VINCENT, Nicholas. (eds.). **Henry II: new interpretations**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007, p. 348.

cujos conteúdos, em alguma medida, destoam das dogmáticas cristãs propostas pelos intuitos reformadores do clero da época; como foi possível percebermos no *roman* de metáfora adúltera de Tristão e Isolda. Assim, os indícios da infiltração da Reforma Eclesiástica mostraram-se potentes, predispostos a ocasionar uma reação às políticas ambicionadas pelos eclesiásticos⁴⁰, como afirma Baccega:

A Reforma Pontifical significou, do ponto de vista das relações de poder, um projeto de construção de uma monarquia papal universal, uma teocracia pontifícia, que elevasse o Pontífice à condição de *dominus mundi* (senhor do mundo), sobrepondo-se aos poderes laicos [...]. Todavia, no seio do fenômeno que o historiador Jacques Le Goff designou como “reação folclórica” da aristocracia laica, outro ideal de cavaleiro foi cunhado. [...]. A cavalaria passa a encarnar a própria autorrepresentação traçada pela nobreza feudal. Neste lastro, projetam-se valores próprios desta camada nobiliárquica sobre o tipo social do cavaleiro, valores que se contrapõem à investida normatizadora da Reforma Pontifical. (BACCEGA, 2015, p. 365-366)

No esteio deste sutil embate protagonizado por laicos e eclesiásticos, uma atitude se delineia e emana dos grupos sociais laicos (obviamente aristocráticos e reais):

A “reação folclórica” correspondeu à constituição de verdadeiras mitologias de origem – que exercem a função legitimadora de narrativas identitárias – para as casas nobiliárquicas. Isso se deu a partir do apelo a entes fantásticos do imaginário pagão pré-cristão, advindos da cultura oral híbrida céltica, germânica e greco-romana, que se mesclaram no interior da moldura ideológica e retórica do Cristianismo. (BACCEGA, 2015, p. 366)

Uma vez que existem os historiadores que enxergam na *Matière de Bretagne* uma “reação folclórica” às investidas políticas e

40 Para além de questões de cunho jurisdicional e/ou político, a Igreja reformadora propunha, ainda que sutilmente, mudanças significativas na estrutura do casamento laico tal como ele era praticado pelos aristocratas. Isto foi, segundo historiadores, um forte fator de conflito entre laicos e eclesiásticos; principalmente porque interferia em questões de ordem material, como as transmissões de heranças, afetada pela condenação da endogamia por parte da Igreja. Para mais sobre o assunto, ver: DUBY, 1991. Ou, ainda: SILVA, 2008.

normativas da Igreja, outros tendem a enxergar a mobilização deste conteúdo “pagão” como deliberado. Dessa forma, como outro lado deste movimento, encontramos a tese que acredita em uma utilização consciente destes conteúdos pagãos por parte da dinastia Plantageneta, instaurada no trono inglês há apenas cem anos. John Gillingham nos apresenta, com intuito demonstrativo, a ideia base da corrente historiográfica que mais esteve em voga em meados do século XX, a qual acredita que “no século XII, os Plantageneta usaram a História de forma massiva e com o propósito de estabelecer uma origem ilustre de sua linhagem, e para justificar a dominação sobre os países que eles haviam conquistado” (GUENÉE, 1980, p. 334 apud GILLINGHAM, 2006, p. 27).

Gillingham, entretanto, vai de encontro à corrente que fizera exposição no início de seu ensaio, sendo partidário da ideia de que a apreensão desses conteúdos orais de cultura gaélica seria, eminentemente, uma expressão de caráter genuíno dos povos que haviam sido conquistados pelos Plantageneta, como os galeses, escoceses e irlandeses. Oposto à ideia do uso propagandístico da Matéria da Bretanha – e, conseqüentemente, da suposta conexão entre a imagem de Artur e de Henrique II –, o historiador Martin Aurell evidencia sua proposição:

O principal impacto das lendas arturianas sobre os Plantagenetas foi negativo ou neutro. [...]. A *Matière de Bretagne* encarnava a ideologia dos principados celtas situados nas franjas do império angevino: principados que rejeitavam os ditames autocráticos do governo de Henrique II. A aura em torno de Arthur era hostil em relação a Henrique. Durante o reinado de Henrique, Arthur permaneceu um líder da resistência, vitorioso sobre os invasores anglo-saxões, vivendo em um Outro Mundo de onde um dia retornaria para dar seu apoio aos povos celtas em sua luta contra os normandos. (AURELL, 2007, p. 392, tradução nossa)

O messianismo arturiano que decorre desta hipótese parece ter se originado, nas palavras de Baccega, do “intuito de resgate de uma glória pretérita então imaginada” (2015, p. 382).

Considerações Finais

Com estes breves apontamentos teóricos, podemos perceber que os reais significados da apreensão da Matéria da Bretanha – ou, mais especificamente, do conteúdo tristaniano –, no contexto angevino, ainda são nebulosos. Embora não possamos concordar ou discordar veementemente de uma ou outra interpretação – uma vez que estas se apresentam coerentemente construídas –, os indícios aqui trazidos levam-nos a aceitar alguns fatos.

Primeiramente, podemos afirmar que Thomas se coloca como um homem moralista e conhecedor assíduo de uma cultura intelectual notadamente dirigida às altas estirpes sociais. Assim, ainda que busque uma pretensa neutralidade nas situações em que emana comentários, o poeta mostra-se condizente com as prerrogativas cristãs que eram, de alguma forma, o núcleo dos debates que inflavam a Reforma Eclesiástica. O *fin'amor* é, de fato, o epicentro das relações que se desenvolvem no *roman*, embora o conceito não esteja, obviamente, familiarizado entre os atores sociais do século XII (como o é para nós); mas sua utilização não parece, em muitos momentos, estar relacionada a uma contestação saliente da ordem vigente.

Pelo contrário, há a tentativa de negociação desta ordem: tão veementes são as angústias das personagens que sabem, a todo momento, estarem agindo contra as prerrogativas – sociais, culturais, políticas e econômicas – de seu meio social. A importância das questões levantadas mostra-se ímpar e toca, direta e indiretamente, nas definições de gênero angariadas naquela conjuntura histórica (tanto identitárias quanto relacionais). Há, para além das reflexões acerca das incipientes relações sociais, reflexões que levam o ouvinte a enxergar a primordialidade dos papéis de gênero que regem a sociedade cortês ocidental do século XII; papéis que compõem um fator primevo de significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86). Enquanto historiadores do século XXI, percebemos tal acepção que, claramente, não era vista da maneira conceitualizada com a qual vislumbramos no entranhamento da narrativa atualmente.

De forma semelhante, notamos que, por detrás da originalidade e da possível historicidade do contador de histórias *Bréri*, há o desenrolar de relações sociopolíticas (tensas!) sustentadas entre anglo-normandos e seus colonizados (galeses, no caso). A

mobilização do conteúdo posteriormente denominado “céltico-pagão”, embora não se tenha certeza de suas reais intenções, circunstâncias ou contingências, é uma característica clara do conteúdo tristaniano (dentro da apreensão arturiana mais ampla) na corte angevina de Henrique II, Plantageneta.

Apesar dos conflitos gerados entre *regnum* e *sacerdotium*, especialmente durante o período henriquino, é bastante provável que a fé cristã – com as predisposições de poder, tanto material como sociocultural, que a Igreja sustentava na cristandade – jamais cessou de atuar enquanto uma das protagonistas de uma ordem sociopolítica cujo imaginário repousava, grosso modo, em ditames bíblicos. Daí a possibilidade de mobilização de um substrato folclórico eminentemente oral para fins didáticos que se mostraram, pelas gritantes sutilezas de Thomas, a favor do discurso – ainda em gesta! – dogmático cristão reformador. A exemplaridade da morte de Tristão e Isolda leva-nos, é certo, a considerar que um amor transgressor e proibido como aquele apenas detém seu lugar fora da ordem terrena; a transcendência evoca a impossibilidade da pretensa (e impossível) negociação social dos amantes.

Fontes Primárias

MARCELLO-NIZIA, Christiane (ed.). *Tristan et Yseut: les premières versions européennes*. Paris: Éditions Gallimard, 1995.

MONMOUTH, Geoffrey de. *History of the Kings of Britain*. Edição de Michael D. Reeve. Tradução de Neil Wright. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

Referências Bibliográficas

ALESSIO, Franco. “Escolástica”. Tradução de José Carlos Estêvão. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Coordenador de tradução: Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, 2006, p. 367-382.

ALEXANDER, James W. The Becket Controversy in recent historiography. In: *The Journal of British Studies*, v. 9, n. 2, May 1970, p. 1-26.

- AURELL, Martin. "Henry II and Arthurian Legend". In: HARPER-BILL, Christopher. VINCENT, Nicholas. (eds.). *Henry II: new interpretations*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007, p. 362-394.
- BACCEGA, Marcus. "O Santo Graal, o Ciclo de Artur e o mundo moderno". In: BACCEGA, Marcus. (org. e tradução). *A Demanda do Santo Graal: o Manuscrito de Heidelberg*. São Paulo: Hedra, 2015, p. 363-411.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Tradução de Marcello Rede. São Paulo: Globo, 2006.
- BENSKIN, Michael. HUNT, Tony. SHORT, Ian. Un nouveau fragment du *Tristan* de Thomas. In: *Romania*, tome 113, n. 451-452, 1992, p. 289-319.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. Introdução. In: BÉROUL. *O romance de Tristão*. Edição bilíngue. Tradução e introdução de Jacyntho Lins Brandão. São Paulo: Editora 34, 2020, p. 7-54.
- BRUNDAGE, James A. *Law, Sex and Christian Society in Medieval Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- BRUNDAGE, James. *Medieval Canon Law*. Routledge: London and New York, 1995.
- CLANCHY, Michael. *From Memory to Written Record*. England: 1066-1307. 3rd edition. Willey Blackwell, 2013.
- CLANCHY, Michael. *England and its rulers, 1066-1307*. Wiley Blackwell, 2014, p. 143-144.
- CLUZEL, Irenée Marcel. Cercamon a connu Tristan. In : *Romania*, vol. 80, n. 318 (2), 1959, p. 275-282.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: editora Hucitec e EDUSP, 1996.
- DUBY, Georges. *Medieval Marriage. Two Models of Twelfth Century France*. London and Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- FRAPPIER, Jean. Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII siècle. In: *Cahiers de civilization médiévale*, n. 6, Avril-juin, 1958, p. 255-280.

FRAPPIER, Jean. Structure et sens du Tristan : version commune, version courtoise. In: *Cahiers de civilisation médiévale*, n. 23, Juillet-septembre 1963, p. 255-280.

GREEN, D. H. *The Beginnings of Medieval Romance. Fact and Fiction, 1150-1220*. Cambridge University Press, 2002.

GILLINGHAM, John. "The Cultivation of History, Legend and Courtesy at the Court of Henry II". In: KENNEDY, Ruth. MEECHAM-JONES, Simon. (eds.). *Writers of the Reign of Henry II: twelve essays*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, p. 25-53.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1980.

HUNT, Tony. "Aristotle, Dialectic, and Courtly Literature". In: *Viator*, n. 10, 1979, p. 95-129.

HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. In: *Reading Medieval Studies*, 1981, p. 41-61.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição 2004.

LEJEUNE, Rita. L'Allusion a Tristan chez le troubadour Cercamon. In: *Romania*, vol. 83, n. 330 (2), 1962, p. 183-209.

LOOMIS, Roger Sherman. Bleheris and the Tristram Story. In: *Modern Language Notes*, v. XXXIX, June, 1924, p. 319-329.

LOT, Ferdinand. Encore Bleheri-Breri. In: *Romania*, tome 51, n. 203, 1925, p. 397-408.

MELETINSKY, Eleazar. *The Poetics of Myth*. Routledge: New York and London, 2000.

OWEN, Edward. WESTON, Jessie L. A note on the identification of Bleheris. *Revue Célitique*, v. XXXII, 1911.

PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. *Morfologie del testo medievale II: Nuova raccolta di saggi e articoli*. Ariccia: Aracne Editrice, 2017.

RUST, Leandro Duarte. SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto: n. 3, 2009, p. 135-152.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidades*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, julho-dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Carolina Gual da. *Até que a morte os separe*: casamento reformado nos séculos XI-XII. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (FFLCH-USP), 2008.

STAUNTON, Michael. *The Lives of Thomas Becket*: select sources translated and annotated. Manchester and New York: Manchester University Press, 2001.

VITALE-BROVARONE, Lucia Fontanella. Il frammento di Torino del *Tristan* di Thomas: Resoconto di um seminário di Studio. In: *Pluteus*, 1988-89, VI-VII, p. 393-427.

WESTON, Jessie L. *From Ritual to Romance*. CreateSpace, 2010.

WESTON, Jessie L. A note on the identification of Bleheris. *Revue Celtique*, v. XXXII, 1911.

WILLIAMS, Mary Rhiannon. More about Bleddri. In: *Études Celtiques*, vol. 2, fasc. 4, 1937, p. 219-245.

WIND, Bartina. Éléments courtois dans Béroul et dans Thomas. In: *Romance Philology*, vol. XIV, n. 1, August 1960, p. 1-13.

ZINK, Michel. *Le Moyen Âge*. Littérature Française. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1990.



MARAVILHAS MÁGICAS NO CICLO ARTURIANO GALÊS: *CULHWCH E OLWEN E O SONHO DE RHONABWY*

Matheus de Paula Campos

Licenciado em História (EFPH/PUC Goiás)
Mestre em Estudos Literários (PPGLL/UFG)
Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na
Antiguidade e Medieval (INSULÆ)
Grupo de Trabalhos e Pesquisas Arturianos (Arturus Insularum)
E-mail: mathsdpc1@gmail.com

Introdução: Celtas Galeses?

Quando se fala dos textos galeses, existe uma associação quase imediata entre estas produções e o suposto passado céltico da região e de algumas outras atreladas a Arthur. Muito se especulou que esses textos, escritos em um contexto cristianizado, encobriam um mundo pagão celta e que divindades se escondiam por trás das personagens dos textos medievais. Também teve peso a crença de que esses povos eram naturalmente inclinados à magia e à natureza, ao sobrenatural, ao “irracional”, como um tipo de reservatório das antigas crenças idealizadas suplantadas pelo progresso iluminista da Modernidade. É comum a associação

desses supostos celtas a uma “magia natural”, voltada à adoração da natureza e de todos os seus componentes, vistos muitas vezes como personificações de deusas e deuses.

Contudo, quando visitamos os textos da Gales medieval, não encontramos uma celticidade consciente. Na realidade, esses galeses parecem se orgulhar de sua origem troiana e romana, já que Geoffrey de Monmouth, clérigo anglo-galês do século XII e escritor da História dos Reis da Grã-Bretanha/*Historia Regum Britanniae* (HRB), afirma que os galeses são herdeiros dos britões, primeiros senhores da Ilha, descendentes diretos de Brutus, bisneto de Eneias. O texto de Geoffrey foi copiosamente traduzido em Gales, onde sobreviveu em cerca de inúmeros manuscritos, evidenciando a importância dessa narrativa ou mito fundador. A associação dos galeses aos britões também aparece em outras obras do contexto, especialmente na poesia, como na Profecia da Grã-Bretanha/*Armes Prydein* (AP), atribuído ao antigo poeta Taliesin, que prevê a união dos britões às ilhas adjacentes contra os invasores, os ingleses neste caso.

Então, se essas fontes medievais não nos permitem verificar uma autoafirmação céltica, de onde essa noção vem? Ela nasce ao longo do século XVIII e é ampliada no XIX, num contexto marcadamente nacionalista e de alastramento do Romantismo, momento em que o passado da Antiguidade, e medieval sobretudo, é revivido e os anseios e preocupações de homens e mulheres dos setecentos e oitocentos são projetados sobre esse mesmo passado, numa espécie de idealização da história. Esse também é o momento de definição de muitas das Ciências Humanas e áreas correlatas, como História, Literatura e Arqueologia, disciplinas acadêmicas que emergem separadamente e, como Raimund Karl nota, cada uma delas desenvolverá uma concepção própria do que é celta e céltico, definições que não se comunicam necessariamente (KARL, 2020, p. 170).

Como observa o professor Erick Mello, não é possível definirmos os povos antigos das Ilhas como celtas, muito menos os medievais, já que eles não expressavam essa autoafirmação e “se seguirmos os usos históricos do termo, nós encontramos um verdadeiro hiato ao chegar da idade média até o período moderno” (MELLO, 2020, p. 56). Essa “celticidade forjada” perpassa por movimentos migratórios dos povos dessas regiões na contemporaneidade, pela globalização

acentuada no século XXI, pela mercadorização da celticidade por meio das mídias e movimentos de *Nova Era*. E Mello ainda diz

[...] que o caráter primordial desse imaginário é a resistência e uma busca por um mundo primitivo que não mais existe, e que vai se associar a todo tipo de vestígios sensíveis da paisagem e da tradição popular dessas regiões que podem encontrar algum grau comparativo seja a canção, as danças, o clima ou mesmo os vestígios megalíticos que nessa época sem uma datação arqueológica precisa foram palco de toda apropriação em favor do mito do celtismo (MELLO, 2020, p. 59).

Magia e Maravilhoso Galeses

A “busca por um mundo primitivo que não mais existe” nos chama atenção, justamente porque movimentos revivalistas buscam recuperar referências que ou são inventadas ou são distorcidas para que se atenda certo projeto cultural ou político. A noção de *magia celta* esteve muitas vezes no centro dessa procura, por se acreditar, como já dissemos, que os celtas, e seus supostos descendentes galeses e irlandeses, possuísem uma disposição natural ao mágico e ao maravilhoso. Como bem demonstra Mark Williams, “o sobrenatural por muito tempo coloriu a Gales da imaginação”. E ele ainda observa que o termo *magia celta* foi criado em meados do século XIX pelo estudioso Matthew Arnold, que acreditava num “dom céltico” para representar a natureza. Essas noções levaram pesquisadores e pesquisadoras a enfatizar grandemente as situações fantásticas nos textos galeses, acentuando aquele estereótipo de “celta místico” (WILLIAMS, 2019a, p. 52).

Mais do que isso, o valor dos textos galeses medievais foi pesadamente colocado nesses aspectos maravilhosos, ou seja, naqueles eventos causadores de temor e admiração, mas considerados parte do cotidiano. Dessa forma, essas literaturas eram vistas como “fugitivas da lógica narrativa e controle autoral” (WILLIAMS, 2019a, p. 52). Críticos do Período Vitoriano percebiam o maravilhoso como característica definidora dos textos galeses, com os celtas possuindo aquela familiaridade essencial com o “irracional” (WILLIAMS, 2019b, p. 123). Nesse sentido, as obras literárias da Gales medieval estariam cristalizadas no tempo, servindo como peças apreciativas que não ofereceriam outra possibilidade senão

recorrer a elas quando se deseja vislumbrar um passado idílico. Para Patricia Ingham, os textos galeses, na visão arnoldiana, são legítimos na medida em que oferecem essa possibilidade de acesso ao mundo feérico de antes, fora de quaisquer contextos políticos ou históricos (INGHAM, 2001, p. 177).

É intrigante notar a hipótese de Williams, de que a magia no material literário do “mundo céltico” é usualmente situada no passado e não no momento contemporâneo ao da audiência, do recitador ou do escriba. A magia existiria numa visão imaginada de um contexto pré-cristão, um mundo inadequado, mas corrigido pela conversão cristã. E o ponto crucial é que, em Gales, a magia nos textos se referia ao passado do tempo de Arthur em *Culhwch e Olwen/Culhwch ac Olwen (CaO)*, o conto arturiano mais antigo registrado, e do tempo das Quatro Ramas do *Mabinogi*, todos esses textos datando de por volta dos séculos XI ao XII (WILLIAMS, 2019b, p. 131).

Helen Fulton conceitua essa magia nos textos galeses como *naturalismo mágico*. Ela diz que, no senso comum, a magia está associada à agência, ou seja, pessoas e/ou objetos que realizam e controlam a ação mágica. Essa “magia agentiva” é típica dos *romans* medievais, em que a magia é realizada por meio de atos humanos, enquanto nos textos irlandeses e galeses encontramos ocorrências mágicas que ressaltam sua naturalidade, uma “magia sem agente”, algo que Fulton nomeia de “sobrenatural maravilhoso” (FULTON, 2013, p. 1). Nas palavras da autora, “O sobrenatural, por outro lado, não tem agência; ele existe de forma imanente no mundo natural e como uma qualidade intrínseca de certos indivíduos, quer eles queiram ou não” (FULTON, 2013, p. 12, tradução própria). Além disso, “A predominância do naturalismo mágico na literatura medieval irlandesa e galesa [...] sugere que [...] ele era um meio efetivo de articular uma ‘verdade’ particular ou filosofia sobre relações entre humanos, o mundo e realidade” (FULTON, 2013, p. 25, tradução própria).

Para Fulton, o papel da magia nas narrativas arturianas galesas primitivas tem a ver com o maravilhoso, ou os *mirabilia* medievais como estudados por Jacques Le Goff, que são eventos sobrenaturais que não perturbam o cotidiano, nem são motivos de interrogação, apenas estão inseridos na realidade (LE GOFF, 2010, p. 25). Le Goff segmenta o *maravilhoso cotidiano* do Ocidente Medieval em três

tipos: os *mirabilia*, aqueles eventos insólitos inseridos no cotidiano e que podem ter origens pré-cristãs; o *magicus*, relacionado à magia em si, tendendo para o lado maléfico, satânico; e o *miraculosus*, ou o maravilhoso cristão que inclui os milagres (LE GOFF, 2010, p. 19). Ainda segundo Fulton, o sobrenatural baseado no maravilhoso sem agente não é exclusivo dos textos galeses ou irlandeses, muito menos é celta, mas “[...] é em vez disso o produto do modo narrativo do naturalismo [mágico] que, por quaisquer razões sociais e culturais, era o modo dominante das prosas galesas e irlandesas primitivas”. Esse modo de naturalismo mágico é diferente do maravilhoso em narrativas franceses ou inglesas, em que há um agente racional definido (FULTON, 2013, p. 26).

A peculiaridade desse maravilhoso na prosa galesa é evidenciada por Isabelle Valade, Luciana Cordo Russo e Lee Raye em seu estudo sobre as versões francesa e galesa da estória de *Yvain* ou *Owein*. O texto galês, também referenciado como a História da Condessa da Fonte/*Chwedyl Iarlles y Ffynnawn* (CIF), é tido como do século XIV e guarda profunda relação com o texto de Chrétien de Troyes, século XII, *Yvain*. Valade et al sintetizam essa questão, observando que alguns afirmam que *Yvain* é baseado na CIF, com motivos característicos antigos; e outros dizem o contrário, devido à datação de *Yvain* ser anterior e suas referências se situarem no mundo cortesão francês medieval, sendo que o consenso acadêmico contemporâneo tende à hipótese de *Yvain* ter sido produzido primeiro (VALADE et al, 2016, p. 171).

Na análise dos episódios sobrenaturais em ambos os textos, apenas *Yvain* contém eventos enquadrados no *miraculosus*, cerca de 38%. Já a CIF não apresenta quaisquer ocorrências desse âmbito, contando com quase 80% de eventos maravilhosos, ou seja, pertencentes aos *mirabilia* e “Essa clara tendência em relação ao maravilhoso pode ser motivada pela urgência do compilador galês localizar os episódios para trazê-los em acordo com as tradições narrativas galesas e as expectativas da audiência (VALADE et al, 2016, p. 175, tradução própria). Essas tradições, segundo Valade et al, dizem respeito a duas tendências: à incorporação do naturalismo mágico de Fulton e ao julgamento moral, uma vez que as ocorrências maravilhosas impõem situações para que as personagens ajam segundo noções de “certo” e “errado” (VALADE et al, 2016, p. 179).

Tal situação é clara nas metamorfoses animais ocorridas no *Mabinogi* e estudadas por Cordo Russo. A professora nota que as transformações ocorrem como punição por ofensa contra algum comportamento tido como desrespeitoso às condutas esperadas e as metamorfoses servem como lições de respeito à ordem social, compensação da honra e reparação do *status*. Assim, na prosa galesa, os transformados permanecem num estado limítrofe, devendo agir em contraste com suas consequências, o que evidencia a lição moral (CORDO RUSSO, 2019b, p. 177). Ou seja, percebemos aqui o maravilhoso colocado à serviço da ordem social para que a audiência identifique condutas esperadas e exigidas.

Sabemos que o maravilhoso e a magia fazem parte do imaginário literário galês medieval. E aqui entendemos o imaginário como um sistema mais ou menos coerente de imagens visuais ou textuais e que possuem carga simbólica, ou seja, apontam para um sentido mais profundo e menos evidente (Cf. FRANCO JÚNIOR, 2010). Dessa forma, tal imaginário literário diz respeito ao conjunto de produções textuais galesas medievais que comungam certas referências. Assim, vemos na Primeira Rama do *Mabinogi*, por exemplo, o maravilhoso e a magia tendo certo destaque. O rei Pwyll decide sentar-se sobre o monte Arberth e um de seus homens lhe diz que qualquer nobre postado ali testemunharia uma de duas ocorrências: ou ele receberia um golpe ou veria algo **maravilhoso**, *rywedawt/ryudawt*: “[...] assombro, maravilha, prodígio, milagre [...]” (GPC, 2020, s.p., tradução própria). E ele testemunha algo assombroso: um cavaleiro inalcançável, por mais rápido que se corresse até ele. E Pwyll enxerga ali alguma explicação **mágica**, *hut*, que, como Williams observa, é constante nos textos galeses e usualmente “[...] denota a memorável magia literária associada às personagens semi-mitológicas das Quatro Ramas e geralmente com outras figuras, especialmente nas obras dos *cywyddwyr*, os poetas da corte da nobreza galesa” (WILLIAMS, 2019a, p. 56, tradução própria).

O que pretendemos pontuar aqui é que o maravilhoso, em seus eventos maravilhosos, parece ser um elemento intrínseco, entremeado ao universo literário medieval galês. Mais do que o sobrenatural pelo sobrenatural, apontando para a tendência arnoldiana para o irracional, essas ocorrências parecem ser mobilizadas com objetivos específicos nas narrativas. Como parte

integrante da criação poética, o maravilhoso e a magia podiam ser ferramentas úteis nos textos, servindo como instrumentos de formação moral e de construção das personagens. Possuímos materiais escassos para entender o panorama social da magia na Gales medieval, o que contrasta com as ricas evidências dos textos. E isso ocorreria, pois essa “magia literária” é localizada no passada, como já observamos previamente. Podemos entender esse naturalismo mágico enquanto manifestações maravilhosas naturais a esse universo textual, como uma janela para o passado, talvez um momento outrora grandioso e que se perdeu. Arthur faz parte desse passado irrecuperável, se aceitarmos a hipóteses de que a magia nos textos galeses está situada em um contexto pretérito. E isso pode ter sentido, pois como Fulton enfatiza, esses contos são produtos da conquista e colonização normandas que tiveram lugar a partir de 1066 e “[...] olham para trás para um passado cheio de heróis a para frente para um tempo de unidade política[...]”, insistindo na importância das narrativas e memórias antigas como fontes reais num contexto em que o registro documental e o futuro galês não estão de fato nas mãos dos galeses (FULTON, 2013, p. 7). Em síntese, a magia e as maravilhas nesses textos também podem ser maneiras de reencenar um contexto inóspito e clamar por um futuro brando. Ou podem clamar por uma espécie de paraíso perdido e o retorno a esse Éden.

A Maravilhosa Magia no Ciclo Arturiano Galês

Então, sabendo que o maravilhoso, expresso pelo naturalismo mágico nos textos medievais galeses, é um elemento intrínseco àquela realidade, e que essa magia é uma forma de re-apresentar o passado e clamar por um futuro estável, como podemos observar os textos arturianos da Gales medieval? Nossa observação se dá por meio de duas narrativas, *Culhwch e Olwen* e *O Sonho de Rhonabwy/Breuddwyd Rhonabwy*, referenciadas respectivamente como *CaO* e *BRh* daqui em diante. As duas obras possuem algumas relações com a *HRB* de Geoffrey de Monmouth, do século XII. Devemos lembrar que esse é o texto que populariza e fomenta as narrativas arturianas do Ocidente Medieval, já que é a partir dela que Arthur chega ao continente por meio de traduções francesas da *HRB*. O texto galfridiano, isto é, de Geoffrey, parece permeado por

referências a nomes, locais, tradições galesas e, muito mais do que uma narrativa totalmente arturiana, é uma história dos feitos dos britões, ou seja, dos habitantes ancestrais que tem Brutus, bisneto de Eneias, como origem.

Retomemos brevemente alguns pontos da *HRB* para que possamos compreender as conexões com os textos galeses. Geoffrey nos diz que Eneias, fugindo de Tróia, chega à Itália e recebe a mão da filha do rei Latinus. Ascanius, filho de Eneias, torna-se pai de Silvius, que, por sua vez, é pai de Brutus. Este, exilado na Grécia por ter matado sem querer seu pai, liberta um grupo de troianos cativos e, após longas peregrinações, encontra uma ilha com um templo dedicado à deusa Diana, que, em sonho, conta a Brutus sobre uma ilha após o reino da Gália que o aguardava e onde nasceria uma nova Tróia. De fato, a *Britannia* é nomeada após Brutus, com sua principal cidade chamada de *Trinovantum*, ou Nova Tróia. A Ilha foi dividida entre os três filhos de Brutus, cada um governando sua respectiva parte do território.

Logo aparecem os saxões que perturbam a frágil união da *Britannia*. Vortigern, Vortegirinus ou Guorthigirinus, firma um acordo com esses saxões, mas foge para Gales ao ser perseguido por eles. Lá, para construir sua fortaleza, ele deve derramar no solo o sangue de um menino nascido sem pai, tal criança sendo Ambrosius Merlinus, ou Merlin. Este diz ao rei que, enterrados abaixo do solo da cidadela, há dois dragões, um vermelho, figura dos britões, e um branco, figura dos estrangeiros. O primeiro, apesar de ser oprimido pelo segundo, ergue-se e expulsa o outro, o que, nas palavras de Merlin, prefigura a futura eliminação dos saxões e o retorno dos britões como senhores da *Britannia*.

Após Vortigern, muitos líderes enfrentaram os saxões, ora obtendo sucesso, ora fracassando. Uther e seu filho Arthur Pendragon são dois desses chefes, o último ganhando destaque em diversos livros da *HRB*. No Livro IX, após a morte de Uther, Arthur é coroado, decidindo enfrentar os saxões que repudiam o acordo firmado de que partiriam da Ilha. Eles atacam a região de Bath, ou Badon, em Gales, fazendo com que Arthur os perseguisse. Nessa batalha, Geoffrey nos diz que Arthur vestia um elmo de ouro com a figura de um dragão, além de portar seu escudo, Pridwen, com a imagem de Maria; a espada Caliburnus forjada na Ilha de Avallon; e sua lança Ron. Apesar das perdas do lado dos britões, Arthur,

portando suas armas, venceu os saxões, matando quatrocentos e setenta deles, sendo vitorioso em tal combate.

A célebre Batalha de Badon já aparece na História dos Britões/*Historia Brittonum* (*HB*), século IX. Esse texto, provavelmente galês e de autoria incerta, estaria entre as fontes consultadas por Geoffrey, tendo a mesma premissa da *HRB*: apresentar a história dos britões. A *HB*, mais condensada que o texto galfridiano, seria a primeira obra latina a apresentar Arthur, mas concedendo um espaço muito menor a ele. Assim, no parágrafo 56, lemos que Arthur, um chefe de guerra/*dux bellorum*, enfrentou doze vezes os saxões, a última batalha sendo no Monte Badon, em que, sozinho, venceu novecentos e sessenta homens em um único dia. Ao contrário da *HRB*, Arthur não é um rei na *HB*, mas um comandante dos exércitos dos reis da *Britannia* contra os saxões. Ele até mesmo porta suas armas, com destaque para o sétimo combate em que leva a imagem de Maria.

Após essa menção, Arthur desaparece da *HB*. Mas, em Geoffrey, observamos diversos feitos e conquistas de Arthur, que quase conquista Roma. Contudo, nos Livros X e XI, Geoffrey nos conta que, após a partida de Arthur para derrotar o imperador romano Leo, seu sobrinho Modred, ou Modredus, aliou-se aos saxões, escotos, pictos e irlandeses; conspirou contra o rei; e tomou sua esposa e seu reino. Então, Arthur retorna imediatamente à *Britannia*, onde seus homens enfrentam os de Modred na Batalha de Camblan ou Camlan, com incontáveis perdas em ambos os lados. Por mais que os exércitos de Arthur tenham vencido, ele foi fatalmente golpeado e então levado à Ilha de Avallon, no ano 542, para ter suas feridas tratadas.

Nesse sentido, nos principais textos latinos insulares, Arthur é um chefe, dos exércitos ou dos reis, conquistando seu lugar de prestígio em batalhas vitoriosas, com destaque para a de Badon. No caso da *HRB*, Arthur serve até como modelo para outros reis, pois Geoffrey diz que

Todos os mais nobres estavam comovidos ao contarem a si mesmos como inferiores se não estivessem trajados ou armados à maneira dos cavaleiros de Arthur. À medida que sua reputação para generosidade e excelência se espalhava para os cantos mais longínquos do mundo, reis de reinados além-mar ficaram muito assustados que ele os atacaria e privaria de seus subordinados (GEOFFREY OF MONMOUTH, *Book Nine*, §154, tradução própria).

Arthur é um grande líder, inspirando admiração e temor, pacificador, ao mesmo tempo belicoso, trazendo estabilidade e paz ao reino da *Britannia*. Devemos lembrar que não seria na *HB* que atestamos a primeira menção a Arthur, mas no texto poético galês *O Gododdin/Y Gododdin*, encontrado no Livro de Aneirin do século XIII, mas cujas tradições e referências poderiam remontar ao contexto do século VI. *Gododdin* seria um antigo reino do norte da Grã-Bretanha, mas que emprestou seu nome ao texto poético que comemora os guerreiros que vieram de *Gododdin* (KOCH, 2012, p. 388). John Koch traduz o trecho que menciona Arthur da seguinte forma:

Ele costumava trazer corvos negros à frente do muro
da cidade fortificada – apesar de ele não ser Arthur –
entre iguais de feitos poderosos
em frente da barreira de [escudos] de madeira de amieiro – Guaurdur
(KOCH, 2012, p. 51, tradução própria).

Segundo Koch, a ideia expressa no texto é de que o guerreiro Guaurdur incitou corvos a comerem os inimigos mortos por ele e que a frase “apesar de ele não ser Arthur” significa que Arthur era um guerreiro ainda maior e provavelmente de um contexto anterior (KOCH, 2012, p. 52). Se esse poema realmente foi composto por volta dos séculos VI e VII, esta seria de fato a primeira menção a Arthur. Além disso, *CaO* seria o texto arturiano em prosa mais antigo, datado do século XI, anterior mesmo a Geoffrey de Monmouth. Não podemos deixar de notar que tais proposições adotam uma perspectiva nativista em relação a Arthur, criando discursos de apropriação dessa figura tão culturalmente disputada. Contudo, parece que Geoffrey tinha documentação à sua disposição quando da feitura da *HRB*, situação que ele mesmo relata.

Então, podemos considerar que um Arthur pertencia às tradições comuns no Centro-Medievo, uma vez que ele aparece em várias das Tríades da Ilha da Grã-Bretanha/*Tryoedd Ynys Prydein* (*TYP*), rico material de tradição galesa preservado em manuscritos do final da Idade Média. As *TYP* são consideradas um repositório de antigas referências servindo aos recitadores e escritores na composição de suas obras. Em síntese, levando em consideração

o material galês, parece haver uma tradição arturiana anterior à Geoffrey e algumas análises levam essas referências até o século VI. O clérigo anglo-galês narra eventos justamente desse contexto, narrativa que parece historicizar Arthur para sua audiência. Assim, como já mencionamos, a *HRB* é o texto que evidencia tal figura, estimulando traduções e criações a partir de sua publicação. Dessa forma, mesmo que houvesse uma tradição arturiana anterior, é com Geoffrey que Arthur ganha fama, não sendo possível analisar quaisquer produções, mesmo as “nativas”, sem passar pelo impacto da *HRB*.

Com isso em mente, passemos à análise de *CaO* e *BRh*. Começando com o primeiro, o texto está preservado em dois livros manuscritos: o Branco de Rhydderch/*Llyfr Gwyn Rhydderch* (c. 1350) e o Vermelho de Hergest/*Llyfr Coch Hergest* (c. 1380) (THOMAS, 2012, p. 544 et seq.). Existe muito debate sobre a datação do texto. Não há autoria, lugar ou momento de produção conhecidos, restando aos estudos linguísticos e referências nos próprios textos nos oferecerem possibilidades de balizamento temporal. Dessa forma, nos apropriando dos estudos de Simon Rodway e Andrew Breeze, podemos colocar *CaO* em algum momento que vai do início do século XI até cerca do século XIII (RODWAY, 2007, passim; RODWAY, 2018, passim). Ou seja, o texto apareceu, ou foi redigido, no momento de florescimento das narrativas arturianas insulares.

Mas Arthur não é protagonista em *CaO*, não durante toda a narrativa. Nesta, a madrasta de Culhwch lhe lança uma maldição: o jovem se casará apenas se sua esposa for Olwen, filha de Ysbaddaden Pencawr, o que já introduz o aspecto maravilha no texto, pois esse é literalmente Ysbaddaden “Chefe dos Gigantes”. Esse gigante impõe tarefas impossíveis, *anoethau*, a Culhwch, que deve cumpri-las para que o casamento se realize. Segundo Rachel Bromwich e Simon Evans, isso coloca *CaO* dentro do tipo de conto conhecido como “Seis Percorrem o Mundo”,

[...] ou, mais popularmente como “A Filha do Gigante”. Em estórias desse tipo o herói sucede em completar um número de tarefas aparentemente impossíveis, colocadas como impedimentos calculados em seu caminho por um gigante que sabe que ele mesmo está destinado a morrer quando sua filha se casar, e dessa forma ele estará preparado para fazer tudo o que pode para prevenir que o casamento ocorra (BROMWICH & EVANS, 1992, p. xxvi, tradução própria).

Nesse sentido, a concretização das *anoethau* só é conseguida por intermédio de Arthur e seus guerreiros. O pai de Culhwch lhe diz para procurar seu primo Arthur, pois somente este pode ajudá-lo a encontrar Olwen. Ao chegar à corte de seu primo na Cornualha, Culhwch é recebido pelo guarda da entrada, Glewlwyd Gafaelfawr, que não o deixa entrar, pois o banquete já foi servido. Segundo Cordo Russo, a chegada de Culhwch, a corte arturiana e o diálogo com o guarda transmitem características de Arthur e sua corte, “[...] regulada por uma série de costumes, ‘leis da corte de Arthur’ [...] que sustentam os valores desejáveis entre os quais se encontra a hospitalidade, fundamentalmente” (CORDO RUSSO, 2017, p. 9, tradução própria).

Cai se opõe à entrada de Culhwch, pois assim se romperiam as leis cortesãs, mas Arthur diz: “Certamente não, gentil Cai! Somos nobres enquanto [outros] nos busquem. Quantos mais presentes doamos, maior será nossa nobreza, nossa fama e nossa honra” (MABINOGION, *Culhwch y Olwen*, tradução própria). Para Cordo Russo, aí é notável o gérmen do subsequente desenvolvimento cortesão de Arthur:

[...] o enaltecimento dos personagens a partir da ajuda dos demais se constitui em um valor desejável, junto com outras virtudes além da fama. Desta maneira, durante todo o conto, esse aspecto *protocortês* coexistirá com a configuração heroica da figura de Arthur (CORDO RUSSO, 2017, p. 11, tradução própria).

Assim, após ser reconhecido como da família de Arthur, Culhwch pede auxílio para encontrar Olwen, pedido feito em nome de mais de duzentas pessoas, entre donzelas e guerreiros. Tal lista é, segundo Cordo Russo, uma demonstração de conhecimento retórico, poético, literário, histórico e dos materiais tradicionais galeses. Além disso, o catálogo evocado por Culhwch expressa “[...] a capacidade que tem a órbita artúrica de atrair personagens de muitas outras latitudes, enfatizando a importância do rei e de sua corte” (CORDO RUSSO, 2017, p. 12). Dessa forma, Bromwich e Evans reforçam que não é possível verificar com exatidão o momento em que o nome de Arthur ganhou tal prestígio, mas que, já por volta do século X, ele se torna uma matriz que atrai figuras míticas e lendárias (BROMWICH & EVANS, 1992, p. xxviii). Nesse

sentido, é interessante a tese de Doris Edel de que *CaO* consiste em diversas aventuras arturianas independentes que foram costuradas e colocadas no contexto da conquista de Olwen, contexto que é formado pelo tema dos “Seis Percorrem o Mundo” junto de outro, a “Madrasta Ciumenta” que amaldiçoa o enteado (EDEL, 1983, p. 7).

Ou seja, faz sentido que em *CaO* Arthur seja nomeado *penteyrnedd yr Ynys hon*, ou seja, “cabeça/chefe dos príncipes desta Ilha”, título que implica “[...] poder, autoridade, e magnetismo [...]” (BROMWICH & EVANS, 1992, p. xxvii, tradução própria). Arthur, chefe militar na *HB*, é elevado ao posto de grão-rei, capaz de mobilizar todos os chefes dos reinos insulares, cujos governantes temem e respeitam seu superior. Assim, Fulton diz que no texto galês, encontramos “[...] apenas um mundo com um rei legítimo, que, como os reis sacros da França pré-normanda, prova suas credenciais sobrenaturais por meio de seus sucessos em batalhas e combates do tipo mais desafiador” (FULTON, 2013, p. 15, tradução própria). Arthur não tem qualidades mágicas em si, mas agrega heróis com esses aspectos, como Cai, cujas habilidades maravilhosas são descritas:

[...] durante nove noite e nove dias podia prender a respiração de baixo d’água; durante nove noites e nove dias podia ficar sem dormir; nenhum médico podia curar uma ferida causada por Cai; era astuto; se quisesse, podia ficar tão alto como a árvore mais alta do bosque. Tinha outra peculiaridade: quando chovia muito forte, tão grande era o calor que emanava dele que tudo que tinha em sua mão permanecia seco, até o tamanho de uma palma acima e por baixo; quando seus companheiros tinham muito frio, ele seria o combustível para acender um fogo (MABINOGION, *Culhwch y Olwen*, tradução própria).

Cai é figura indissociável de Arthur na tradição galesa, possuindo atributos mágicos mesmo em outras fontes. Contar com um ser tão poderoso entre seus guerreiros é uma forma de engrandecer o próprio Arthur. Assim, Cai estava entre os escolhidos para buscar Olwen e executar as quarenta tarefas impostas por Ysbaddaden. Não é nosso objetivo arrolar, descrever e analisar cada uma delas, mas devemos pontuar que a maior parte delas incorpora elementos maravilhosos, tanto em si quanto em sua realização. Com isso em mente, nos atentemos à mais célebre das *anoethau*: a caçada ao javali *Twrch Trwyth* e à tesoura e ao pente entre suas orelhas.

Somente esses objetos podem pentear a barba de Ysbaddaden e eles não serão entregues pelo javali senão por força.

Assim, inicia-se a odisseia por Twrch Trwyth. O ser veio da Irlanda, onde devastou um terço da terra, indo então ao sul de Gales. A criatura percorre várias regiões, fugindo de Arthur e seus guerreiros. Destes, Menw decide investigar se os objetos estão mesmo entre as orelhas do javali e, para tanto, conhecemos outro guerreiro com habilidades mágicas: Menw transforma-se em ave para tomar a tesoura e o pente. A missão falhou, pois Menw não só não conseguiu retirar os objetos, como foi envenenado por Twrch Trwyth, fazendo como que Menw vivesse em perpétua aflição dali em diante.

A transformação em ave de Menw é uma das metamorfoses voluntárias estudadas por Cordo Russo. Em sua pesquisa, a professora observa dois tipos de metamorfoses na prosa secular galesa: as voluntárias e as impostas, estas por punição, vingança ou outro propósito (CORDO RUSSO, 2019b, p. 159). Entre as impostas, está a do próprio Twrch Trwyth, pois Arthur diz que ele era um rei que, por seus pecados, foi transformado em javali por Deus. Ou seja, o próprio Twrch Trwyth tem peculiaridades do naturalismo mágico, pois, além de ser metamorfoseado, ele é um ser de grande força e resistência e que chega a matar vários dos homens de Arthur.

E Arthur luta longa e bravamente com o javali, mobilizando vários reis e seus guerreiros na empreitada de recuperar os tesouros entre as orelhas de Twrch Trwyth. A eliminação deste, que foge pelo mar, pode ser vista como uma tarefa que agrega mais proezas e honra a Arthur, capaz de, como grão-rei, eliminar uma praga que destrói quase todo o reino. Como observa Fulton, *CaO* conta sobre um passado imaginado em que *Prydein*, a *Britannia*, era regida por um único rei britão, num momento em que reis quase sobre-humanos lidavam com monstros, bruxas e gigantes. Assim, temos a memória de Arthur como governante britão que enfrenta a ameaça estrangeira, figurada por Twrch Trwyth que vem da Irlanda, firmando a ideia dos galeses como chefes das ilhas que devem enfrentar e se opor a qualquer invasor que ameace a – frágil – unidade de *Prydein* (FULTON, 2013, p. 14).

Esse imaginário de pragas ameaçadoras, sobretudo à unidade da Ilha, é algo recorrente na prosa galesa. O texto galês *A Aventura de Lludd e Llefelys/Cyfranc Lludd a Llefelys* (CLL) ilustra bem esse

temor. Na narrativa, três pragas, *gormesseu/gormessoed* (sg. *gormes*) assolam a *Britannia* e cabe ao rei Lludd se livrar delas. Na Segunda Rama do *Mabinogi*, a cabeça do gigante Bendigeidfran é enterrada voltada para França, para que se evite qualquer *gormes* externa. E o termo tem esse sentido, “opressão por uma raça alienígena [estrangeira] ou conquistador” é o primeiro significado oferecido pelo Dicionário da Língua Galesa (GPC, 2020, s.p., tradução própria). A ameaça e a destruição causadas por Twrch Trwyth ecoa essa mesma ansiedade. E tudo isso parece remeter à instabilidade política galesa entre o final do século XII e meados XIII, contexto de uma série de movimentações dos reinos galeses em reunirem-se como um único reino, o que não ocorreu pacificamente e nem foi de aceite por todas as cortes. Isso logrou certo êxito até c. 1280, quando a Inglaterra pôs fim ao Principado de Gales com uma série de batalhas, instituindo uma espécie de sistema colonial que chegou até a impor leis anti-galeses. Assim, faz sentido a análise de Ingham sobre a Segunda Rama: nesta, Gales e Irlanda firmam um acordo para que ambos os reinos sejam mais poderosos. Isso implica “[...] a existência de um inimigo comum cujas ambições imperialistas podem inspirar uma aliança [...]” (INGHAM, 2000, p. 173, tradução própria).

O Arthur de *CaO* parece representar esse passado de unidade e soberania, pois ele mesmo incarna essas qualidades. Quando reúne um séquito de guerreiros tão habilidosos, como Cai e Menw, Arthur amplia e reafirma seu estatuto. E quando ele mesmo enfrenta o javali e o expulsa, seu renome e patamar são sublimemente elevados, pois se Arthur é capaz de se livrar de uma criatura sobrenatural que mata vários de seus guerreiros, é porque ele é o único a estar em pé de igualdade a Twrch Trwyth, mesmo que Arthur em si não possua atributos mágicos. É por meio de suas proezas em armas e sua capacidade de mobilizar os chefes da Ilha que Arthur consegue mesmo superar um ser de características maravilhosas.

Destarte, cabe salientar que, sobretudo do Centro ao Baixo-Medievo, desenvolveram-se em Gales diversas profecias políticas, *daroganau* (sg. *darogan*) que, segundo Alled Jones, têm objetivos alinhados à libertação dos galeses e a restituição destes como soberanos da Ilha (JONES, 2013, p. xxii). É nesse sentido que Jones chama atenção para o *mab darogan*, literalmente filho da profecia, com a referência mais antiga de c. 1625, mas sendo um conceito

anterior e prenhe de significados. Ele é o herói libertador, geralmente descrito em termos animais (JONES, 2013, p. 24 et seq.). Além disso, ele permanece escondido, mas não morto, exilado à espera do momento para exilar os inimigos, num movimento cíclico. Ou seja, no imaginário galês, a história entrou em hiato quando os invasores – saxões, anglos, ingleses etc. – roubaram a soberania da Ilha, sendo o retorno do *mab darogan* que garantirá o desenvolvimento histórico verdadeiro: Gales como senhora da *Britannia* (JONES, 2013, p. 235). E, junto de diversas figuras históricas e míticas, Arthur é um desses heróis que regressarão (KAY, 2007, p. 85).

Vemos vários imaginários desaguardarem no Arthur de *CaO*, colocando-o como uma figura singular e que se destaca quando comparado às tradições literárias posteriores, como as dos *romans* que exibem um rei ocioso e distante do combate. E esse Arthur se aproxima do que *BRh* apresenta, contrastando grandemente com o que lemos em *CaO*. O *BRh* sobreviveu apenas no Livro Vermelho de Hergest e, para Thomas Øverby, o conto pode ser datado dentre a segunda metade do século XIII e o primeiro quarto do XIV, pois a menção ao reinado de Madog em Powys, centro-norte galês, pertenceria ao passado, fazendo com que seu governo ganhasse renome e fosse reconhecido a ponto de ser mencionado na poesia (ØVERBY, 2009, p. 88). Madog, filho de Maredudd, de fato foi rei de Powys entre c. 1130 e 1160, contexto de expansão de reinos galeses e instabilidade anglo-normanda. Madog manteve o núcleo de Powys, junto da lealdade de outros governantes, mas após sua morte e divisão do território entre seus parentes, estes entraram em conflito (CORDO RUSSO, 2019a, p. 255). Ou seja, o conto pode ter sido elaborado no contexto das crises políticas galesas por sucessões reais e com a Inglaterra.

Isso é claro na abertura da estória, pois lemos que o irmão de Madog, Iorwerth, desejava um estatuto igual ao do irmão e rejeitou sua oferta, fugindo para a Inglaterra, onde pilhou a terra e tomou prisioneiros. Os conselheiros de Madog lhe disseram que colocasse homens à procura de Iorwerth e, entre estes, está Rhonabwy. Enquanto passavam a noite em uma casa decadente, Rhonabwy teve um sonho e isso já dá o tom maravilhoso ao conto, pois, segundo Le Goff, os sonhos e as visões são vias e instrumentos do maravilhoso medieval (LE GOFF, 2010, p. 29). E os eventos maravilhosos seguem: no sonho, Rhonabwy e seus companheiros encontram um

cavaleiro imponente e assustador que os põe em fuga, contudo, quando o cavalo inspirava, os homens se aproximavam e quando ele espirava, eles se distanciavam. Esse cavaleiro era Iddog Cordd Prydain, literalmente Iddog “Agitador da Grã-Bretanha” (CORDO RUSSO, 2019a, p. 257). E ele explica o porquê de seu nome:

— Te direi o porquê: eu era um dos mensageiros entre Arthur e seu sobrinho Medrawd na batalha de Camlan. Então eu era um jovem e entusiasta e por minha avidez de combater suscitava problemas entre eles. Esta é a classe de contrariedades que eu ocasionava: quando o imperador Arthur me enviava a Medrawd para recordar-lhe que era seu pai adotivo e tio, e a lhe pedir a paz para evitar a matança dos filhos dos reis da Ilha da Grã-Bretanha e de seus nobres, me dizia palavras mais belas, mas eu as repetia totalmente deformadas. E por isso me chamam Iddog “Cordd Prydain” e assim se desenrolou a batalha de Camlan. Contudo, três noites antes do final da guerra eu lhes deixei e vim a Y LLech Las na Grã-Bretanha para fazer penitência. Ali permaneci sete anos expiando minha culpa e recebi misericórdia (MABINOGION, *El Sueño de Rhonabwy*, tradução própria).

O sonho inverte a tradição arturiana aqui. Lembremos: segundo Geoffrey, a Batalha de Camlan foi a última de Arthur e contra Medrawd, quando esse foi ferido e enviado a Avallon. Adiante na narrativa, Arthur e seus homens estão prestes a entrar na Batalha de Badon, que de acordo com a *HB* e Geoffrey, foi uma das primeiras de Arthur e a que lhe concedeu prestígio e renome. Nesse sentido, Øverby argumenta que o criador ou redator do texto reescreve o passado galês por meio do sonho, representando “[...] o passado heroico como não heroico, ou pelo menos questiona os relatos ordinários dele, ao dar uma representação desfavorável de Arthur e seus homens e colocar em dúvida a vitória em Badon”. Assim, para o autor, Arthur e Badon são figuras potentes do passado de Gales, representando a identidade galesa (ØVERBY, 2009, p. 84). E isso é catapultado, pois, posteriormente, lemos que Arthur posterga o combate, situação nada honrável e, nas palavras de Øverby, “[...] outro golpe contra o as gloriosas descrições do passado galês” (ØVERBY, 2009, p. 94, tradução própria). Para o autor, tudo isso demonstra como era

[...] difícil para os galeses durante a Idade Média se identificarem com os bravos heróis de Geoffrey. Sua descrição da era dourada durante o reinado de Arthur pode ter parecido crescentemente implausível em face dos negativos desenvolvimentos político, social e cultural a ponto que ela [descrição] pode ter parecido falsa (ØVERBY, 2009, p. 98, tradução própria).

Tal imaginário é reforçado no conto quando Iddog leva Rhonabwy e companheiros ao encontro de Arthur:

— Deus te dê prosperidade — respondeu Arthur — Iddog, onde encontrou esses homenzinhos?
 — Ao norte, senhor, no caminho.
 O imperador sorriu desdenhosamente
 — Senhor — disse Iddog — de que ri?
 — Iddog — contestou Arthur — não rio, senão que me lamento porque homens tão desprezíveis como estes estejam protegendo a ilha depois que homens tão sublimes a protegeram antes (MABINOGION, *El Sueño de Rhonabwy*, tradução própria).

Nesse diálogo, Arthur reconhece que os tempos de glória da Ilha pertencem ao passado, restando apenas homens incapazes de garantir a segurança e a proteção do reino. Além disso, Arthur é publicamente humilhado quando um cavaleiro o molha, sendo que o imperador não protesta, aceita a vexação, restando a um clérigo repreender o cavaleiro. Arthur também parece não se importar com seus guerreiros sendo atacados e mortos pelos corvos de Owain, capazes de carregar os homens pelo ar. Na realidade, enquanto isso ocorre, Arthur joga *gwyddbwyll*, jogo galês de tabuleiro, com Owain. Arthur não só pospõe o combate como ignora deliberadamente o ataque a seus homens.

Podemos argumentar que, no conto, o maravilhoso é o ambiente em que a ação ocorre, pois, como apontamos, sonhos e visões são técnicas do maravilhoso medieval. Nesse sentido, esse maravilhoso, o campo de ação da narrativa, põe o rei Arthur em xeque, questionando seu lugar de soberano e protetor da Ilha. Como observamos com Øverby, os desenvolvimentos históricos negativos para Gales tornaram controversas as ideias positivas sobre Arthur, antes governante combativo em *CaO*, agora um rei ocioso e inútil,

incapaz de levar a cabo uma batalha e até mesmo defender seus próprios guerreiros. Fulton comenta que

[...] esse Arthur começou a perder sua mágica e portanto seu controle da memória nacional e do passado nacional. Esse é um conto que desafia toda a ideologia de *Culhwch e Olwen* e de fato aquela da *Historia* de Geoffrey: é uma paródia do reinado sagrado, de Arthur como rei britão que pode salvar Gales da conquista, da representação de Arthur em Geoffrey de Monmouth e do Arthur romantizado de Chrétien de Troyes. É mesmo uma paródia do sobrenatural como um elemento do romance arturiano, mas seu propósito não é totalmente humorístico. Pode também ser lido como uma sátira política do governo anglo-normando e dos poderosos príncipes galeses que tentam emulá-lo (FULTON, 2013, p. 15 et seq., tradução própria).

Considerações Finais

Quando lemos *CaO*, encontramos uma visão gloriosa de Arthur, superando mesmo seres sobrenaturais para auxiliar sua família, mas que, além disso, representa sua capacidade de libertar a Ilha de uma praga. Quando passamos ao *BRh*, isso é invertido: Arthur se despe do manto glorioso e quase mágico, impotente e incapaz de sustentar combates e proteger sua gente. Lidos na perspectiva do maravilhoso medieval e do naturalismo mágico de Fulton, percebemos que as estórias mobilizam duas visões desse maravilhoso: primeiro ele serve à reafirmação do poderio do monarca britão, depois presta ao descrédito do imperador. Associando essas leituras ao panorama histórico, vemos que constantes embates, disputas e perdas políticas tornaram incompatíveis a ideia de Arthur como herói profético hábil a defender os galeses.

Assim, o maravilhoso e até a magia parecem ser conscientemente mobilizados nesses textos, pondo abaixo aquelas noções precedentes de que essas narrativas apontam para um dom místico natural, tornando os galeses incapazes de reflexão. Como notamos, os recitadores e escritores compreendiam muito bem seu passado e seu presente, capazes de inscrever isso em *CaO* e *BRh*. Ou seja, em meio a tantos episódios fantásticos, os textos galeses revelam as capacidades políticas e sociais do maravilhoso, longe de ser apenas um elemento decorativo e desnecessário.

Fontes primárias:

CULHWCH AND OLWEN: *An Edition and Study of the Oldest Arthurian Tale*. Eds.: Rachel Bromwich; D. Simon Evans. Cardiff: University of Wales Press, 1992.

GEOFFREY OF MONMOUTH. *The History of the Kings of Britain: An Edition and Translation of De Gestis Britonum (Historia Regum Britanniae)*. Ed.: Michael Reeve; Transl.: Neil Wright. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

GPC Geiriadur Prifysgol Cymru. s.l.: University of Wales, 2020.

HISTORIA BRITTONUM. Transl. Alex Wolf. [s.l.]: [s.n], [s.d.].

KOCH, John; MINARD, Antone (Ed.). *The Celts: History, Life and Culture*. Santa Barbara: ABC-Clio, 2012.

MABINOGION: Relatos Galeses Medievales. Trad.: Luciana Cordo Russo. Santiago: LOM,

2019.

NENNII. *Historia Brittonum*. Ed.: Josephus Stevenson. London: Sumptibus Socieatis, 1838.

THE MABINOGION. Transl.: Sioned Davies. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Referências Bibliográficas

BREEZE, Andrew. The Dates of the Four Branches of the Mabinogi. *Studia Celtica*, Pamplona, v. 3, n.1, p. 47-62, 2018.

CORDO RUSSO, Luciana. Culhwch ac Olwen como Texto de Transición de la Materia Artúrica. *Medievalista*, Lisboa, n. 22, p. 4-30, 2017.

CORDO RUSSO, Luciana. Sin, Punishment, and Magic: Changing Form in Medieval Welsh Literature. In: BARREIRO, S.; CORDO RUSSO, L. (Ed.). *Shapeshifters in Medieval North Atlantic Literature*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019. p. 155-184.

EDEL, Doris. The Arthur of 'Culhwch and Olwen' as a Figure of Epic-heroic Tradition. *Reading Medieval Studies*, Berkshire, v. 9, 1983, p. 3-15.

INGHAM, Patricia. Marking Time: Branwen, Daughter of Llyr and the Colonial Refrain. In: COHEN, J. *The Postcolonial Middle Ages*. New York: Palgrave, 2001. p. 173-192.

JONES, Alled. *Darogan: Prophecy, Lament and Absent Heroes in Medieval Welsh Literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Os Três Dedos de Adão: Ensaio de Mitologia Medieval*. São

Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FULTON, Helen. Magic and the Supernatural in Early Welsh Arthurian Narrative: Culhwch ac Olwen and Breuddwyd Rhonabwy. In: ARCHIBALD, E.; JOHNSON, D. (Ed.). *Arthurian Literature XXX*. Cambridge: Boydell and Brewer, 2013. p. 1-26.

KARL, Raimund. The Celts in Antiquity: Crossing the Divide Between Ancient History and Archaeology. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 167-192, 2020.

KAY, Morgan. Prophecy in Welsh Manuscripts. In: The Harvard Celtic Colloquium, 27, 2007, Cambridge. *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium*. Cambridge: Harvard University Press, 2007. p. 73-108.

LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Trad.: António Ribeiro. Reimp. Lisboa: Edições 70, 2010.

MELLO, Erick. O Mito e a Cultura de Memória Celtas: Uma Convergência de Imaginários. *Fronteiras*, Chapecó, n. 35, p. 50-69, 2020.

ØVERBY, Thomas. *Breuddwyd Rhonabwy: A Historical Narrative?* 2009. Thesis (Master in Linguistics and Scandinavian Studies) – Faculty of Humanities, Department of Linguistics and Scandinavian Studies, University of Oslo, Oslo, 2009.

RODWAY, Simon. The Where, Who, When and Why of Medieval Welsh Prose Texts: Some Methodological Considerations. *Studia Celtica*, Cardiff, v. 41, p. 47-89, 2007.

VALADE, Isabelle et al. Uses of the Supernatural in the Middle Welsh *Chwedyl Iarllles y FFynnawn*. *Mirabilia*, s.l., n. 23, p. 168-188, 2016.

WILLIAMS, Mark. Magic and Marvels. In: EVANS, G.; FULTON, H. (Ed.). *The Cambridge History of the Literature of Wales*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 52-71.

WILLIAMS, Mark. Magic in Celtic Lands. *In*: PAGE, S.; RIDER, C. (Ed.). *The Routledge History of Medieval Magic*. Oxon: Routledge, 2019. p. 123-13.



O CICLO TRISTANIANO ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA DA LENDA ARTURIANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS NOS ESPAÇOS CONTINENTAIS E INSULARES

Luan Lucas A. Morais

Doutor em História pela UFF

Integrante do laboratório de pesquisa Núcleo Dimensões do Medievo – *Translatio Studii* (UFF), do Grupo *Insulae* e do *Arturus Insularum*, GT de Estudos Arturianos

Email: luanlucas7@hotmail.com

Introdução: conexões insulares

A história de Tristão e Isolda há muito deixou sua marca impressa no cânone literário do Ocidente como uma das narrativas mais conhecidas do período medieval. A riqueza de seu relato concentrou em suas linhas tanto os aspectos da vida “pública” da sociedade medieval quanto da vida privada de uma aristocracia ali representada por seus epígonos. Entretanto, um tema em particular é responsável por chamar a atenção de todos

que por ventura travem contato com essa história: a existência e os augúrios de um amor fatal.¹

Em suas muitas versões, a história foi e é tradicionalmente contada a partir da estrutura de um triângulo amoroso envolvendo Isolda, Tristão e o rei Marc da Cornualha, tio de Tristão. Logo, a história dos “amantes desafortunados” pode ser assim resumida: desejoso por assegurar e perpetuar sua linhagem, o rei Marc ordenou ao seu jovem sobrinho que partisse em busca de uma esposa em seu nome, para assim assegurar sua descendência. A partir disso, Tristão viaja até a Ilha da Irlanda, e lá, após uma série de percalços e aventuras, acaba por conquistar a mão da princesa Isolda em casamento, servindo como o representante de seu tio. Durante a viagem de retorno à Cornualha, Tristão e Isolda acabam por provar de um vinho adulterado por um filtro mágico (ou poção, a depender da versão), feito pela rainha da Irlanda, a mãe de Isolda. O objetivo do filtro era fazer com que a filha e seu futuro marido, o rei Marc, se apaixonassem imediatamente um pelo outro após provarem do líquido. Levados pelo calor e pela sede que fazia durante a travessia do Mar da Irlanda, Isolda e o jovem tomam a bebida adulterada magicamente por engano, apaixonando-se de imediato e dando início à trágica história de seu amor.

Essa é a narrativa base para as múltiplas versões da história de Tristão e Isolda, tão bem preservada e (re)contada não apenas nos *romans* centro-medievais, mas em diversos outros gêneros contemporâneos a estes, como fora o caso dos *lais*² e dos *fabliaux*.³ Diante da multiplicidade e do alcance da “lenda” ou do, como será

1 Para uma discussão pormenorizada acerca da temática amorosa e do potencial simbólico-cultural do *fin'amor* nas narrativas tristanianas, bem como na literatura medieval – “cortesã” – como um todo, conferir neste mesmo volume o texto de Ana Carolina Pedroso Alteparmakian, *Ramificações da Matière de Bretagne: o ciclo de Tristão e Isolda no contexto angevino*.

2 Narrativas curtas (contendo entre 100 e 1000 versos), caracterizadas pelo seu caráter musical e harmônico. Foram compostos em versos octossílabos e dísticos rimados, e têm seu nome derivado do vocábulo em irlandês antigo que indicava a palavra “canção”, i.e. *laid*.

3 Os *fabliaux* são narrativas curtas – em sua maioria anônimas – compostas majoritariamente em língua *d'oïl* (francês antigo ou anglo-normando), cuja estrutura apresentava-se na forma de versos octossilábicos e dísticos rimados. Ficaram conhecidos por suas histórias escandalosas e satíricas, criticando ferrenhamente as vicissitudes de todas as classes e grupos sociais no medievo.

aqui chamado, Ciclo Tristaniano, as valências interpretativas acerca de sua circulação, significados e possibilidades manifestam-se de maneira plural e convidativa às interessadas e interessados em conhecer melhor não somente os pormenores de um amor proibido, trágico e fatal, mas também alguns de seus principais fundamentos históricos, materiais e simbólicos.

Como bem apresentado por Ana Carolina Alteparmakian em um escrito neste mesmo volume, os contextos de produção das narrativas tristanianas, entre os séculos XII e XIII, variaram entre os espaços continentais, como o poema em anglo-normando atribuído a Bérout, a adaptação de Gottfried von Straßburg do poema de Thomas da Inglaterra e a versão de Eilhart von Oberg, ambas em alto-alemão médio; e indo até os contextos insulares, como nos textos de Thomas da Inglaterra, em um dos *lais* de Marie de France – *Chievrefueil* (lai da madressilva) –, na saga escandinava *Tristrams saga ok Ísöndar* e em demais versões presentes que abarcam os Países Baixos, Itália e Península Ibérica (GRIMBERT, 2002, p. xv-xvii). Narrativas policrônicas – contemplando os séculos XII ao XV – cujas vozes e movimento denotam o caráter dinâmico e formativo das “literaturas” medievais.

Devido ao caráter difuso de sua transmissão oral, não é possível traçar uma origem unívoca ou definitiva da narrativa, pois mesmo a historiografia especializada e o material por ela analisado suscitam muito mais perguntas do que respostas peremptórias acerca de origem unívoca da história (GRIMBERT, 2002). Entretanto, os vestígios linguísticos, culturais e literários existentes no *corpus* documental sobre a história dos jovens amantes auxiliam nos apontamentos e localizações acerca das múltiplas versões produzidas no Ocidente medieval e que se popularizaram entre os séculos XII e XV.

Caracterizada pela *mouvance* constitutiva de suas fontes empíricas,⁴ esse aspecto “misterioso” e “ancestral” que envolve as narrativas tristanianas – junto do caráter fragmentário de seus primeiros textos – é um dos responsáveis por conferir à história de Tristão e Isolda uma “inesgotável fonte de criatividade ao longo do

4 De acordo com o Paul Zumthor (1981), os aspectos intertextuais, performáticos, vocais e de “movimento” são por ele sublinhados como constitutivos da *mouvance* de uma obra medieval, embutida de uma oralidade que lhe preenche e ao mesmo tempo transborda o registro feito pela escrita.

tempo” (GRIMBERT, 2002, p. xvii) e dos espaços. Embora o Ciclo Tristaniano careça de uma narrativa matricial e conte com origens difusas, é possível encontrar referências sobre Tristão e Isolda nas literaturas de língua gaélica e galesa alto-medievais.⁵ Com uma forte atuação do testemunho oral, a obra foi gradualmente imiscuindo-se à sociedade cristã do Ocidente medieval e aglutinando em seu núcleo narrativo características ressignificadas e adaptadas para um ambiente aristocrático que colocava-se enquanto centro cultural e de patronato de uma “literatura” direcionada ao entretenimento de seus consumidores.

São essas características, aproximações e referências na documentação literária de origem insular que podem demarcar um campo fértil a ser explorado por quem se ocupa de estudar a literatura produzida na chamada Idade Média Central (séculos XI-XIII). Desse modo, objetiva-se nesse espaço uma apresentação geral acerca dos conectivos insulares presentes no Ciclo Tristaniano, privilegiando, em última instância, os substratos irlandeses que constituem o núcleo temático e histórico das narrativas tristanianas. Afinal, coaduna-se aqui com a perspectiva aventada por Keith Busby de que:

O que é surpreendente em ambos os principais e mais antigos *Tristan* em verso e suas subsequentes elaborações no *roman* em prosa, é a maneira pela qual a origem irlandesa e a etnia dos personagens e os locais dos principais eventos narrativos na Irlanda se tornam motivos recorrentes e definidores. (BUSBY, 2017, p. 339)

Desse modo, e a título de exemplificação empírica proveniente das fontes insulares, as primeiras referências nominais de Tristão e Isolda podem ser encontradas nas *Trioedd Ynys Prydein* [as “Tríades da Ilha da Britânia” ou Tríades Galesas], um conjunto de narrativas curtas escritas em galês médio e preservadas em manuscritos tardios dos séculos XIII-XV (BROMWICH, 2014). Seu conteúdo versa acerca de períodos anteriores aos registros manuscriturais, o que, verificado por análises linguísticas, arqueológicas e textuais,

5 Para algumas primeiras abordagens dessa tradição, consultar os trabalhos de Ann Trindade (1986; 1987) e Rachel Bromwich (1991). Para um material mais atualizado, consultar os textos de McCann (2002), Sabine Heinz (2008) e Jenny Rowland (2019).

acabaram por identificar narrativas, personagens e localidades que apontam a possibilidade de uma datação recuada até o século VI.

É comum que as obras do século XII e XIII – sobretudo os *romans* – descrevam Tristão como alguém corajoso, destemido e confiante de suas capacidades físicas, sempre dando destaque para alguma ação ou frase por ele proferidas que demonstrem esses valores. Por sua vez, uma das tríades galesas apresenta o jovem “Drystan, filho de Tallwch”⁶ como um dos três subjugadores de inimigos da Ilha da Britânia” (BROMWICH, 2014, p. 37),⁷ destacando-o e colocando-o como um valoroso guerreiro a ser temido por seus inimigos, evidenciando assim, um tema que seria reaproveitado nas produções continentais.

Por sua vez, as obras do século XII pontuam no retrato de Tristão características específicas das figuras masculinas nas narrativas imbuídas pelo ideal cortês: como a educação, a virtude e o amor nutrido por Isolda, traços comuns sobretudo nos poemas anglo-normandos de Béroul e Thomas e no *Tristan und Isolde* de Gottfried. Em relação ao amor professado por Tristão, uma outra tríade menciona pela primeira vez o nome de Isolda e a natureza de sua relação com o jovem. Denominada *Tri Serchawc Ynys Prydein* [Três amantes da Ilha da Britânia], o relato aponta o sentimento existente entre “Drystan (filho de Tallwch, por Essyllt, esposa de seu tio Marc” (BROMWICH, 2014, p. 199).⁸

Observa-se que Tristão [Drystan] e Isolda [Essyllt] estão relacionados um com o outro quando no próprio título da tríade o jovem é apresentado como sendo um dos “três amantes”. Muito embora tal referência seja sucinta, é possível inferir o grau de importância quando se lê “por Essyllt, esposa de seu tio Marc”, em que a natureza de sua relação é exposta: um caso de adultério familiar, envolvendo o rei e tio de Tristão. Os amantes são referenciados em outra tríade, *Teir Aniweir Wreic Ynys Prydein* [Três esposas infiéis da Ilha da Britânia], desta vez com o destaque para Isolda, cuja apresentação se dá pela associação com a infidelidade, já que esta

6 “*Drystan mab Tallwch*”.

7 “*Tri galouyd enys Prydein*”.

8 “*Drystan (mab Tallwch am Essyllt gwreig March y ewythyrr)*”.

é mencionada como “Essyllt Cabelo-Belo (amante de Trystan)” (BROMWICH, 2014, p. 210).⁹

Sabendo-se que as histórias de Tristão e Isolda têm como traço comum a narrativa central do adultério, é oportuno frisar ainda que a estrutura do triângulo amoroso que se faz presente na lenda tristaniana é passível de ser observada em outras narrativas insulares, como aquelas existentes no cânone literário irlandês alto-medieval. É o caso das histórias acerca de Deirdre e Naoise e de Gráinne e Diarmuid, casais famosos da literatura medieval irlandesa, e alguns dos representantes de um conjunto de textos classificados – há que se discutir o caráter arbitrário dessa categorização – como pertencentes ao gênero do “galanteio” (*tochmarcha*, em irlandês antigo). Outros temas ou *topoi* comuns às narrativas tristanianas envolvem a questão do exílio e das fugas, que encontram paralelos nos textos irlandeses do gênero das “fugas” e dos “raptos” (*aitheda*), são visualizados nas narrativas acerca de Étaín e Midir, e Emer e Cú Chulainn, este último o herói máximo da literatura irlandesa e uma das principais personagens de todo o cânone hibernico.

Entretanto, como aponta McCann (2002), uma mera associação de temas comuns às tradições literárias insulares e continentais não implica, necessariamente, que uma seja legatária da outra, pois os temas supracitados são *topoi* literários comuns à literatura de um modo geral, e, portanto, o estudo comparativo entre os diferentes quadros vernáculos e de suas respectivas particularidades, rupturas e continuidades, possibilita uma compreensão acerca daquilo que de irlandês sobreviveu e foi ressignificado no cenário literário continental. A partir dessas considerações, as linhas seguintes irão propor uma articulação dos conectivos insulares do Ciclo Tristaniano – especialmente aqueles vinculados ao contexto irlandês – com a relativa autonomia das narrativas tristanianas em relação à chamada **Matéria da Bretanha** antes de sua incorporação sistemática a partir da segunda metade do século XIII. As hipóteses e análises aqui propostas – longe de esgotar e ou encerrar definitivamente um debate longo e profícuo – almejavam trazer à baila estudos relacionados às Ilhas do Atlântico Norte em temporalidades e espaços sociais tão distantes, quanto particulares, como é o caso do medieval.¹⁰

9 “Essyllt Fyngwen, (*gordderch Trystan*).”

10 Em que pese o caráter convencional quase que universalmente adotado em denominar as porções geográficas aqui estudadas pelo epíteto “Ilhas Britânicas”,

A Mirabilia Hibernica: Perspectivas Historiográficas e Cenário Cultural

A Irlanda é comumente inserida no debate historiográfico tradicional devido ao seu processo de cristianização, ocorrido no século V E.C. Situada no campo das “periferias” históricas no que concerne aos estudos medievais (SANTOS; FARRELL, 2016), a ênfase no cristianismo irlandês e sua importância na construção de uma “religiosidade medieval” ocidental, caracterizou toda uma escola de pensamento e fazer historiográfico, naquilo que Elva Johnston denomina como sendo o “paradigma de Patrício”, ou seja, a história irlandesa determinada e analisada pelas lentes da conversão (JOHNSTON, 2017). O binômio **cristianismo/paganismo**, dominante na historiografia irlandesa da primeira metade do século XX, constituiu o tema principal dos estudos históricos sobre a Irlanda alto-medieval, embora, segundo Johnston, seja mais interessante uma abordagem comparativa do contexto irlandês junto aos seus vizinhos insulares e continentais, rompendo com a perspectiva isolacionista e com a narrativa da “excepcionalidade” irlandesa (JOHNSTON, 2017).

Por conta das especificidades de seu processo de desenvolvimento histórico, a Irlanda costuma deixar “perplexos” seus estudiosos, afinal, “muitas de suas evidências escritas parecem apontar para estruturas sociais que dificilmente poderiam funcionar na prática” (WICKHAM, 2005, p. 51). Os debates historiográficos do século passado pontuaram uma dicotomia entre as abordagens “nativistas” e “antinativistas”, frutos dos movimentos de emancipação nacional ocorridos na Irlanda na virada do século XIX para o XX e, em alguns casos, contando com irrestrito apoio da intelectualidade católica local (WICKHAM, 2005; WOOD, 2013). Voltando-se para o passado místico, asceta e idílico da Ilha Esmeralda, os intelectuais nativistas defenderam o reconhecimento de uma espiritualidade cristã puramente irlandesa, centrada na ação monástica e no ideal

há que se reconhecer as implicações políticas, diplomáticas e potencialmente nacionalistas de uma identificação unilateral dessas localidades como parte integrante de uma identidade puramente “britânica” – no sentido de inglesa – além de associada de forma naturalizada como pertencente aos domínios do Reino Unido. Dessa forma, essa nomenclatura não será aqui utilizada, optando-se pela denominação individual de cada localidade específica.

de *peregrinatio* materializados na construção da Igreja hibernica. De modo a preservar e justificar tal empreendimento, os nativistas concentraram seus trabalhos na preservação, crítica, tradução e análise de manuscritos medievais escritos em irlandês antigo, como no caso de Myles Dillon (1948), Daniel Binchy, (1961; 1962), Kenneth Jackson (1964) e Francis Byrne (2001 [1973]).

Os antinativistas, por sua vez, argumentaram que essa perspectiva derivava de um pensamento romântico e idealizado do passado pré-cristão da Ilha, pois, interessados em preservar a língua vernácula e suas manifestações culturais, os nativistas teriam instrumentalizado politicamente o passado pré-cristão e medieval irlandês. Com estudos publicados na segunda metade do século passado, sobretudo nos anos 1980 e 1990, essa perspectiva analisa mais sobriamente aspectos como o papel da escrita e do cristianismo na Irlanda em relação às populações pagãs que ali habitavam (DOHERTY, 1985; BREATNACH, 1987; Ó CRÓINÍN, 1995; CHARLES-EDWARD, 2000), e estudos mais recentes – incluindo contribuições brasileiras – colocam-se na direção contrária das dicotomias estabelecidas entre oral/escrito e pagão/cristão sobre a Irlanda medieval e sua produção literária, apontando caminhos e alternativas à celeuma exposta acima (DI MARTINO, 2003; MACKILLOP, 2005; SANTOS; FARRELL, 2011; JOHNSTON, 2013; TACLA; JOHNSTON, 2018; TACLA; FARRELL, 2018).

Esse sucinto panorama geral da medievalística irlandesa demonstra um pouco das considerações observadas em relação ao trato da documentação de época e a compreensão em torno da sociedade e da cultura da Ilha Esmeralda, bem como da análise breve de perceber nas narrativas literárias em irlandês antigo possibilidades de discussão da transformação material representadas na forma de verso e prosa (KELLEHER; O'LEARY, 2008). Clare Downham (2018) pontua que o *corpus* vernacular irlandês, sendo o mais antigo e extenso da Europa Ocidental, oferece múltiplas possibilidades de análise para um reconhecimento das contribuições irlandesas para literatura e para arte medieval durante o medievo:

A alfabetização chegou à Irlanda através do contato com o mundo romano, como ilustrado pelo desenvolvimento do ogam.¹¹ O

11 Desenvolvido por volta do século III E.C, o *ogham* ou *ogam* é um tipo de alfabeto utilizado nas línguas gaélicas, consistido por caracteres distintos, dispostos por

cristianismo introduziu a Bíblia e um vasto estoque de conhecimento escrito (tanto contemporâneo quanto histórico) de toda a Europa latina. Essas influências combinaram-se ao conhecimento nativo para criar uma cultura escrita vibrante na Irlanda, tanto em latim quanto no vernáculo. Muitas obras escritas por autores irlandeses circularam na Grã-Bretanha e no continente. Da mesma forma, a produção artística no início da Idade Média representou uma fusão de estilos indígenas e importados, criando objetos e edifícios que ainda inspiram admiração e atraem visitantes de todo o mundo. (DOWNHAM, 2018, p. 148)

De modo a compreender a variedade de questões levantadas por essa produção vernacular, estudos recentes têm se preocupado com a questão e construção de gênero nos textos irlandeses (SHEEHAN, 2013; OXENHAM, 2016), com os relatos de viagem e as incursões ao mundo sobrenatural (BYRNE, 2016; SANTOS, 2018), bem como a percepção da Ilha nos escritos continentais (BUSBY, 2017) e o mapeamento das divindades irlandesas na produção literária dos séculos VI até o XIX (WILLIAMS, 2016). Os esforços objetivados por esse grupo de estudiosas e estudiosos procuram elucidar as contribuições da história irlandesa, e dos estudos insulares de modo mais amplo, à historiografia e à medievalística, e, por que não, a todo um conjunto de jovens pesquisadores brasileiros interessados em incorporar outras leituras e outros espaços medievais em seus atuais e/ou futuros trabalhos.

diferentes traços ascendentes, descendentes e perpendiculares sobre uma linha vertical, grafados da esquerda para a direita em manuscritos e de baixo para cima em pedra. A escrita ogâmica pode ser considerada como um dos primeiros registros pré-cristãos de uma linguagem vernacular tipicamente insular, especialmente na região de Gales, Escócia e Irlanda. Segundo Elva Johnston (2013, p. 12), “o amplo uso do ogam no sul e no sudeste da Irlanda, bem como no sul de Gales e em partes da Escócia e da Ilha de Man, aponta tanto para a popularidade quanto para a utilidade. Essa utilidade pode ter sido um pouco circunscrita, já que as inscrições existentes parecem ser em grande parte memoráveis por natureza; elas fornecem aos seus leitores nomes e patronímicos, não textos. Além disso, as pedras inscritas podem ter atuado como marcadores de limite entre os grupos populacionais.”

Tristão, Isolda e a *De Mirabilibus Nostris Temporis*

A partir dos estudos filológicos promovidos no século XIX, a assim chamada “mitologia celta” e suas especificidades foram sendo cada vez mais investigadas sob um prisma valorativo de buscar determinadas identidades e expressões culturais em comum dos povos que habitaram as regiões insulares da Europa Ocidental, como no caso da Ilha da Irlanda, e dos atuais País de Gales, Escócia e Inglaterra. Pode-se definir “mitologia celta” como o:

[...] conjunto de crenças e lendas que podemos designar como parte do politeísmo celta próprio das antigas populações da Idade do Ferro europeia. Seu conjunto de narrativas espalhava-se por um vasto território geográfico e por diferentes temporalidades, o que ocasionou uma pluralidade de práticas religiosas e variações de nomenclatura de acordo com a região retratada. (MELLO, 2020, p. 358)

Desse modo, a aplicação desse termo “guarda-chuva” para a compreensão do *corpus* literário irlandês atendeu a uma espécie de necessidade dos estudiosos nativistas de sistematizar o conjunto de documentos medievais hibernicos a partir de algumas similaridades temáticas e de datação. Estudiosos como Kenneth H. Jackson em seu *The oldest Irish tradition: a window on the Iron Age* (1964) e Myles Dillon com a obra *Early Irish literature* (1948) aventaram a hipótese de que os textos irlandeses do medievo seriam a expressão última ou o relato “verdadeiro” acerca das estruturas socioculturais pré-cristãs e do folclore “celta” da Ilha Esmeralda, sobretudo nos aspectos mais desconhecidos de sua ancestral história, ou seja, suas tradições religiosas (MELLO, 2020).

Baseados em uma leitura que se colocava em frontal oposição contra a chamada *interpretatio romana* de suas histórias e lendas, esses e outros autores acabaram por ignorar que os documentos os quais analisaram e discutiram, por sua vez, também haviam sido manuseados e compilados por monges familiarizados com a tradição clássica, e que, ao reunirem e registrarem as narrativas irlandesas no papel, é provável que tenham feito esse movimento baseando-se na lógica formal de estruturação dos textos clássicos por eles conhecidos (MELLO, 2020). Portanto, cabe sublinhar que

essas leituras não devem basear-se na falsa compreensão de que as diversas formas de registro literário seriam, à sua maneira, uma “janela” aberta ao mundo da sociedade irlandesa pré-cristã, sob o risco de ignorar a *mouvance* da tradição manuscritural e da ação humana – subjetiva e ideológica – de seus realizadores.

De todo modo, esses estudos iniciais acabaram por corroborar e estabelecer a ideia de que as narrativas tradicionais irlandesas poderiam ser categorizadas e divididas em determinados “ciclos” narrativos, considerando os aspectos de datação e similaridade temática supracitados, afinal, os registros medievais oriundos da Irlanda e de Gales ainda sejam as principais fontes de conhecimento acerca dos mitos e das lendas ancestrais insulares. Os referidos ciclos são: Mitológico, Ulster/Heroico, Feniano e Ciclo dos Reis. É importante ressaltar que essa divisão foi realizada a partir de uma racionalidade moderna, ignorando, por exemplo, as particularidades da documentação ou mesmo o sistema de classificação que os próprios monges copistas aplicavam. Segundo Dominique Santos:

Nosso conhecimento acerca desta divisão medieval foi possível porque três listas nos chegaram daquele período: duas principais e mais antigas [listas “a” e “b”], que segundo Rudolf Thurneysen, derivam de uma mesma lista mais antiga provavelmente do século X; e uma terceira, posterior, e menos mencionada, denominada de “lista x” [...] De acordo com a “lista a” existem dezessete (17) tipos de contos, já a “lista b” apresenta quinze (15). Na “lista a”, [...] estão catalogadas doze (12) categorias de textos, que formariam um eixo de contos principais, que, em irlandês, conforme lê-se nos dois manuscritos, são as seguintes: Togla; Tána; Tochmarca; Catha; Uatha; Imrama; Oitte; Fessa; Forbassa; Echtrada; Aithid; e Airggne. Podemos traduzir estas categorias para o português como: Destruições; Roubo de Gado; Cortejo; Batalhas; Terror; Viagens; Morte; Banquetes/Festins; Sítio/Cerco; Aventuras; Fuga e Pilhagem. (SANTOS, 2018, p. 68-69, grifo meu)

De maneira sintética, o Ciclo Mitológico é aquele caracterizado por conservar algumas das narrativas mais próximas do mito fundacional da Ilha Esmeralda, com uma forte base simbólica pré-cristã, referindo-se, em boa medida, aos seres divinos que teriam povoado a Irlanda em sucessivas levadas migratórias situadas nos tempos mitológicos, “demonstrando feitos e práticas fantásticas, mágicas e oníricas” (MELLO, 2020, p. 360) não tão presentes ou

centrais quanto nos outros ciclos.¹² Já no Ciclo de Ulster, há um destaque para as pulsões bélicas e políticas do processo de construção sociocultural da Irlanda. Também chamado de Ciclo dos Heróis, suas narrativas têm como contexto a disputa intermitente entre as províncias de Connacht (parte Ocidental da Ilha) e Ulster (parte Norte), centradas nos feitos de seus personagens heroicos – homens e mulheres – bem como na intervenção ocasional de seres divinos, pois eram, muito provavelmente, direcionadas a um público aristocrático, que patrocinava e eram os principais personagens retratados nas histórias (BHROLCHÁINN, 2009).¹³

O Ciclo Feniano tem seu nome derivado da figura de seu personagem central, Finn/Fionn mac Cumhaill e do séquito de guerreiros que o seguiam, os *fianna*.¹⁴ O termo “feniano” trata-se

12 A principal fonte que atesta o processo de construção das identidades sociais irlandesas é o supracitado *LGÉ*, cuja história narra a conquista da ilha pelos *Tuatha Dé Danann* [povos da deusa Danu] e seus descendentes.

13 O *Táin Bó Cúailnge* [O roubo do gado de Cooley] é considerado o épico máximo da literatura irlandesa antiga, considerado como sendo a *Ilíada* insular (SANTOS; FARRELL, 2014). Escrito majoritariamente em prosa com algumas passagens em verso, pode ser encontrado no *Lebor na hUidre* [Livro da Vaca de Dunn], cujo registro mais antigo data de 1106, e hoje está preservado na *Royal Irish Academy*, em Dublin. A narrativa do *Táin* concentra-se na guerra travada entre as províncias de Connacht (oeste) e Ulster (norte), desencadeada pelo desejo da rainha de Connacht, Medb, em reclamar como prêmio o poderoso e belo touro Donn Cúailnge, o orgulho de Ulster. Não há tradução para o português do *Táin*. Duas traduções em língua inglesa são as mais conhecidas pelos acadêmicos: a primeira, de Thomas Kinsella, *The Táin*, data de 1969, enquanto uma mais recente, de Ciaran Carson, homônima, foi publicada em 2007. C. KINSELLA, Thomas. *The Táin*. Dublin: Dolmen Press, 2009 e c. CARSON, Ciaran. *The Táin: a new translation of The Táin Bó Cuailnge*. London: Penguin Books, 2008. Há ainda a tradução francesa realizada a partir dos textos originais em irlandês antigo, de autoria de Christian-J. Guyonvarc’h, c. GUYONVARC’H, Christian-J. *La razzia des vaches de Cooley*. Paris: Gallimard, 1996. O esforço mais recente de uma tradução para o português (de forma indireta) foi realizado por Cristiano Pinheiro de Paula Couto (UFRGS), que traduziu parte do épico e publicou-o em 2019 na *Brathair – Revista de Estudos Celtas e Germânicos*. C. COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. Tradução: *Táin Bó Cuailnge*. In: *Brathair – Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, UEMA, Dossiê: Paisagem e Memória entre Celtas e Germânicos, v. 19, nº 1, p. 246-274, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3cbcErI>>. Acesso: 12 set., 2022.

14 *Fían*, no singular. O conjunto de leis antigas da Irlanda, as *Féineachas* [“lei dos homens livres” / *Early Irish law/Brehon laws*], relatava que os *fianna* eram um grupo de indivíduos vivendo às margens das comunidades, nunca “presos” ou “ligados” à terra, seja pela ausência de vínculo pessoal com alguém ou pela falta de posses (KELLY, 1988). Embora marginalizados, cabia aos *fianna* a defesa da Ilha Esmeralda contra as

de um neologismo criado no início do século XIX, com o intuito de anglicizar a palavra irlandesa *fianna*, e as narrativas contidas no Ciclo exploram os feitos de Finn e dos *fianna*, tais como exploram os relatos escrito em verso e prosa acerca de temas como o “treinamento de guerreiros, mercenariado e o conflito religioso, o que demonstra certa base histórica desses heróis mitológicos” (MELLO, 2020, p. 361). Quanto ao último ciclo, o Ciclo dos Reis, as narrativas são mais focadas nos elementos históricos da Irlanda, daí também ser conhecido como Ciclo Histórico. Direccionam seu foco para as questões ligadas aos reis históricos da Ilha Esmeralda e suas linhagens reais. Enquanto os outros ciclos direccionaram sua atenção para a jornada de guerreiros, poetas e demais seres divinos, os governantes da Ilha Esmeralda estiveram presentes nessas narrativas apenas como coadjuvantes no desenrolar das histórias. Ademais, por conta de seu núcleo temático, o Ciclo dos Reis é retratado como sendo “menos mágico que do que o Ciclo Mitológico, menos heroico do que o Ciclo de Ulster e menos romântico do que o Ciclo Feniano” (MELLO, 2020, p. 361).

A diversidade de personagens, lugares e temas em comum dos ciclos mencionados é responsável por dinamizar a leitura dessas narrativas que, no geral, não se prendem univocamente aos motivos e cenários de seus respectivos “ciclos”. Muireann Bhrolcháinn aponta que os enredos são, simultaneamente, tradicionais e atemporais, sempre apoiando-se em descrições muitas vezes estereotipadas das classes sociais que eram retratadas (realeza, campesinato, guerreiros), bem como das frequentes menções à paisagem natural da Ilha da Irlanda e dos temas em comum entre as diferentes histórias (BHROLCHÁINN, 2009). Ademais, observa-se que o fluxo de personagens que aparecem nas histórias é completamente difuso, com estes ora ficando restritos a somente um tipo de narrativa, ora aparecendo em todas as outras categorias. Um personagem tradicionalmente associado ao ciclo Mitológico, como Angus Mac Óg (divindade irlandesa ligada ao Amor), por exemplo, aparece em histórias dos ciclos de Ulster e Feniano, deixando claro que não há limites ou restrições para reter os personagens em cenários específicos de desenvolvimento.

ameaças externas, fossem de natureza humana ou divina. Embora comandados por seu líder, sua primeira fidelidade era ao *ard rí* [alto rei], e na ausência deste, serviam aos reis menores em troca de abrigo e sustento (MACKILLOP, 2005).

Desse modo, é possível realizar um movimento que procure estabelecer uma articulação entre os tipos narrativos produzidos no contexto irlandês e quais suas potenciais relações com outras produções literárias no continente, a exemplo dos poemas tristanianos escritos em anglo-normando do século XII. A título de possíveis correlações, é factível observar nos versos dos *Tristan* de Bérout e de Thomas d'Angleterre uma assimilação de Tristão com os *fianna*,¹⁵ representações de Isolda como uma figura “céltica” de soberania feminina e os correlatos do Outro Mundo irlandês (os montes feéricos, *sídh*e e a Terra da Eterna Juventude, *Tír na nÓg*) com a floresta do Morrois, palco do exílio de Tristão e Isolda, e um dos lares de sua jornada amorosa (BYRNE, 2016).

Logo, uma outra informação é válida de destacar: a presença de Artur e de toda a *entourage* do Ciclo Arturiano não foi uma preocupação central ou tema comum das narrativas hibernicas antigas, afinal, os irlandeses tinham suas próprias histórias para narrar e o contato com o substrato continental só foi iniciado após a invasão anglo-normanda e a subsequente conquista da Ilha por Henrique II Plantageneta, entre 1169-1171. O fato das evidências insulares de um Tristão ou de uma Isolda encontradas nas documentações galesas podem nos fazer admitir uma anterioridade das histórias envolvendo o casal, e sua subsequente autonomia dos relatos que só tardiamente serão aglutinados como pertencentes à Matéria da Bretanha, pois:

Nenhum dos romances arturianos traduzidos ou compostos na Irlanda pode ser datado antes de meados de 1400 com absoluta certeza, e pelo menos um parece ser de meados de 1600. Em muitos aspectos, as fortunas da literatura arturiana na Irlanda medieval são paralelas às de outras literaturas vernáculas estrangeiras - embora uma boa quantidade de material clássico tenha sido traduzida na Idade Média central, a tradução de textos narrativos em francês ou inglês é excepcionalmente limitada antes do século XV. No entanto, mesmo assim, o material arturiano não é tão proeminente quanto se poderia esperar. [...] apenas uma única narrativa arturiana, *A demanda do Santo Graal*, foi certamente traduzida para o irlandês. Essa falta de material traduzido torna-se ainda mais surpreendente quando o material

15 Singular *fián*, em irlandês antigo. Grupo de guerreiros vinculados ao lendário herói irlandês Fionn/Finn mac Cumhaill.

arturiano ‘indígena’ finalmente começa a ganhar proeminência no *corpus* literário irlandês. (BYRNE, 2019, p. 344)

Partindo dessas observações, alguns dos encaminhamentos possíveis desenham-se às historiadoras e historiadores que almejam uma compreensão mais totalizante e particular das relações entre as produções insulares e continentais e suas respectivas recepções, sobretudo, aquelas que foram tomadas e elaboradas em um determinado momento por sujeitos e situações de fronteira. Geraldo de Gales (c. 1146 – c. 1223) nos fornece um dos relatos contemporâneos à época da Conquista da Irlanda, escrito por volta de 1188. Sua descrição da ilha e dos irlandeses, oriundas da posição e da própria condição do autor enquanto integrante da corte Henrique II, fornece uma interessante observação acerca da visão dos conquistadores em relação à ilha recém-ocupada e seus nativos:

Para começar: quando nascem, não são cuidadosamente amamentados como é de costume. Para além do alimento com o qual são nutridos por seus pais rigorosos - para que não morram de imediato - eles são, em sua maioria, abandonados à natureza. [...] Mas embora sejam totalmente possuidores de dons naturais, suas características externas de barba e vestimenta, além do cultivo interno da mente, são tão bárbaras que não se pode dizer que tenham qualquer cultura. [...] Eles são um povo selvagem e inóspito. Vivem apenas de feras e vivem como feras. Não progrediram em nada dos hábitos primitivos de vida pastoril. Este povo é, então, um povo bárbaro, literalmente bárbaro. Julgados de acordo com as ideias modernas, eles são incultos, não apenas na aparência externa de suas roupas, mas também em seus cabelos e barbas esvoaçantes. Todos os seus hábitos são hábitos de bárbaros. Uma vez que as convenções são formadas a partir da convivência em sociedade, e uma vez que estão tão afastados do mundo comum dos homens nessas partes distantes, como se estivessem em outro mundo e, conseqüentemente, separados das pessoas bem comportadas e cumpridoras da lei, eles conhecem apenas os hábitos bárbaros em que nasceram e foram criados, e tomam-nos como uma outra natureza. Suas qualidades naturais são excelentes. Mas quase tudo adquirido é deplorável. (GERALD OF WALES, 1982 [1189], p. 101-104)¹⁶

16 No original em latim: “*Homines igitur isti cum nascuntur, non accurate, ut assolet, nutriuntur. Nam praeter alimenta, quibus, ne penitus deficiant, duris a parentibus sustentatur, per cetera fere cuncta naturae relinquuntur. [...] Ceterum, licet ad plenum naturae dotibus excolantur, barbarus tamen tam barbarum quam vestium, necnon et*

A visão de Geraldo se coloca em termos absolutos e degradantes. Em sua própria interpretação como um sujeito de fronteira – vide suas origens na aristocracia galesa e os demais serviços prestados à coroa inglesa –, os irlandeses seriam um povo primitivo (*gens barbara*), inculto, não-civilizado e incapazes de qualquer organização sociopolítica. A própria Ilha Esmeralda seria, por sua vez, uma região afastada e inóspita, longe dos principais centros e costumes modernos (*modernas novitates*). Entretanto, o discurso colonial de Geraldo e dos demais conquistadores coloca-se à prova de análise quando observamos outras descrições contemporâneas à conquista ou mesmo anteriores. Paradoxalmente, o mesmo Geraldo separa em sua *Topographia Hibernica* (1188) uma seção inteira dedicada às “maravilhas e milagres da Irlanda”,¹⁷ versando acerca da geografia, clima e demais histórias fantásticas ou não, a ele relatadas em suas pesquisas.

Ainda no século XI, o bispo de Dublin, chamado Patrício, já havia dedicado algumas linhas para falar das maravilhas naturais da ilha e de suas histórias fantásticas. Reunidas numa obra chamada *Versus sancti Patricii episcopi de mirabilibus Hiberniae* [Versos do santo bispo Patrício sobre as maravilhas da Irlanda], o texto inicia-se com um prólogo que diz que “Muitos sinais maravilhosos, que são sinais de futuro mal ou bem, / Deus nos deu em Sua Misericórdia, Senhor do mundo: / Para que Ele pudesse amedrontar aqueles que desejassem vê-los” (GWYNN, 1955, p. 57, vv. 1-3).¹⁸ Para o clérigo, o “exotismo” da Ilha é uma própria criação divina, fruto da intervenção e do desejo de Deus em confundir ou exultar os homens e mulheres diante de suas realizações fantásticas.

mentium cultus, eos nimirum reddit incultus. Est autem gens haec gens silvestres, gens inhospita; gens ex bestiis solus ex bestialiter vivens; gens a primo pastoralis vitae vivendi modo non recedens. [...] Gens igitur haec gens barbara, et vere barbara. Quia non tantum barbaro vestium ritu, verum etiam comis et barbibus luxuriantibus, juxta modernas novitates, incultissima; et omnes eorum mores barbarissimi. Sed cum a convictu mores formentur, quoniam a communi terrarum orbe in his extremitatibus, tanquam in orbe quodam altero, sunt tam remonti, et a modestis et morigeratis populistam segregati, solam nimirum barbariem in qua et nati sunt et nutriti sapiunt et assuescunt, et tanquam alteram naturam amplectuntur. Quod igitur in his naturae, illud optimum: quicquid fere industriae, illud pessimum.” (DIMOCK, 1867, p. 150-51; 153).

17 “De mirabilibus Hiberniae et miraculis” (DIMOCK, 1867, p. 74).

18 “Plurima mira malum signantia signa futurum / Siue bonum dederat clemens deus arbor orbis / Ut terreret eos quos illa lidere uolebat.” (GWYNN, 1955, p. 56, vv. 1-3).

Isso posto, a dubiedade, o fascínio e mesmo a repulsa em relação à Ilha é sopesado pela necessidade de ali se implementar as bases dos novos assentamentos coloniais que vinham agora da própria Inglaterra, Gales e mesmo de outras localidades da Europa continental. Os colonos, então, precisavam se acostumar com o novo lar, conhecer um pouco de suas histórias e tradições, além de estabelecer uma nova ordem sociopolítica de governo que mantivesse elementos aglutinadores de **reconhecimento cultural**, como no caso dos poemas, canções e romances aos quais já estavam acostumados a ouvir/consumir em suas respectivas terras natais.

É partindo dessa necessidade que Keith Busby argumenta que a identificação da Irlanda enquanto “ilha das maravilhas” tornou-se central no desenvolvimento de processo de integração entre os contextos continental e insular a partir de uma **francofonia medieval**:

A maravilhosa Irlanda tornou-se uma parte tão indispensável do mundo dos romances que resistiu por muito tempo à desmistificação e continuou a existir ao lado de uma ilha cuja geografia, habitantes e costumes reais logo se tornaram de conhecimento comum no tipo de círculos sociais que consumiam literatura e participavam da guerra política da nova terra sob colonização em curso. (BUSBY, 2017, p. 265)

Desse modo, como então **conectar** essas percepções, esses substratos culturais tão particulares com todo um conjunto de histórias e narrativas oriundas de um cenário exógeno, desconhecido, mas agora hegemônico e colonizador? Onde entram Tristão e Isolda em meio ao cenário irlandês medieval pós-conquista? E quais os possíveis impactos ou até mesmo paralelos retirados da tradição ancestral e mitológica irlandesa para o entendimento e posterior “unificação” do Ciclo Tristaniano? Examinemos duas passagens do *Tristan* de Bérroul. Em ambas, primeiro Isolda e depois Tristão, narram seus dissabores e versam acerca da natureza obsedante e avassaladora de seu amor. A jovem rainha é quem primeiro toma a palavra:

Senhor, me alegro fortemente. / Ora sabeis bem certamente, / tempo tivemos a dispor: / se ele me amasse em louco amor, / teríeis vós apercebido. / Mas sei bem que em nenhum sentido / vistes que assim se aproximasse / e me ultrajasse e me beijasse. / Isso está fora de

questão: / Não me ama, pois, de amor vilão. (BÉROUL, 2020, p. 83-85, vv. 494-502)¹⁹

Isolda se defende perante ao rei Marc das acusações de adultério a ela imputadas pelos barões do monarca, e justifica-se afirmando a natureza não-pérfida ou vilanesca (*amor vilaine*) do afeto nutrido por Tristão em relação à ela. De fato, essa passagem remete a um dos episódios mais conhecidos do *roman* de Béroul: o ardil que o rei Marc engendra para apanhar *in flagrante delicto* os amantes. Escondido em uma árvore, Marc aguarda a reunião dos jovens amantes, não contando, porém, que sua posição seria denunciada por conta do seu reflexo em uma fonte d'água logo abaixo da árvore. Isolda, percebendo o reflexo, impede que Tristão inicie o diálogo, e conduz habilmente o restante da conversa de modo a evitar qualquer ação que pudesse incriminá-los diante do rei. Logo após o episódio, Marc procura a jovem rainha e lhe pergunta se havia se encontrado com Tristão recentemente, ao passo que Isolda lhe responde prontamente que sim, proferindo as palavras mencionadas acima.

Cabe notar que, mesmo falando um conjunto de meias-verdades ao rei, a rainha faz questão de enfatizar que o amor professado por Tristão não detinha uma natureza vil. A esse argumento, o jovem cavaleiro dá o seu próprio testemunho, em uma outra passagem célebre, em que Tristão narra ao eremita Ogrin as dores de seu amor pela rainha:

Senhor, eu amo Isolda tanto, que já / Não durmo há não sei quanto!
/ A decisão eu já vos digo: / Amá-la muito e ser mendigo, / Viver só de
ervas e grão, / Que o reino ter do rei Otrão! / Falar que a deixe, isso não
posso, / Não o farei, mesmo se esforço. (BÉROUL, 2020, p. 139-141, vv.
1401-1408)²⁰

19 No original em francês antigo: « Sire, ce m'est molt buen forment. / Or savez bien certainement / molt avion bele loisor : / se il m'amast de fole amor, / asez en veisiez senblant. / Ainz, par ma foi, ne tant ne qant / ne veistes qu'il m'aprimat / ne mespreist ne me baisast. / Bien senble ce chose certaine : / ne m'amot pas d'amor vilaine. » (BÉROUL, 2020, p. 82-84).

20 « Sire, j'am Yseut a merveille, / si que n'en dor ne ne somelle. / De tot en est le conseil pris : / mex aim o li estre mendis / et vivre d'erbes et de glan / q'avoir le reigne au roi Otran. / De lié laisier parler ne ruis, / certes, quar faire ne le puis. » (BÉROUL, 2020, p. 138-140).

Nesta passagem, Tristão confessa que seu amor pela rainha é tão grande a ponto de ser impossível, mesmo se quisesse, desistir dela e negar o sentimento. A potência do amor entre os dois amantes pode suscitar questionamentos acerca da naturalidade de uma paixão tão violenta e arrebatadora. E a explicação é dada pelo próprio Tristão, quando fala a Ogrin que a rainha só “o ama em boa fé” (*en bone foi*) (BÉROUL, 2020, p. 139, v. 1382), dizendo ao eremita “não entendeis qual a razão / de ela me amar: **foi a poção! / Não posso longe dela ir / e ela de mim, não vou mentir**” (BÉROUL, 2020, p. 139, vv. 1383-1386, grifo nosso).²¹

Tristão menciona nominalmente a causa principal de seu amor por Isolda: uma poção (*la poison*). Poção esta fabricada pela mãe de Isolda, com o intuito de ser tomada apenas pela jovem princesa e seu futuro marido, o rei Marc, por conta do efeito imediato que causava: o nascimento de um amor incontável. É partindo dessas duas falas que se pode traçar alguns paralelos em relação a alguns dos substratos insulares percebidos na tessitura da história dos jovens amantes. Ambas Isoldas, mãe e filha, eram irlandesas, e detinham conhecimentos tradicionalmente atrelados às mulheres – mesmo aristocratas –, como o manejo de ervas, os cuidados paliativos e os saberes relacionados à cura e/ou tratamento de doenças e demais males do corpo.²²

Embora essa atribuição “tradicional” deva ser questionada – afinal, quantos critérios supostamente essencialistas são imputados a personagens femininas e demais mulheres não apenas na produção literária e artística de modo geral –, o fato é que em todas as versões da história, a poção, suas propriedades e efeitos, bem como a responsável por sua elaboração, pertencem ao contexto insular,

21 « Vos n'entendez pas la raison : / qu'ele m'aime, c'est pas la poison. / Ge ne me pus de lié partir, / n'ele de moi, n'en quier mentir. » (BÉROUL, 2020, p. 138).

22 Laine Doggett publicou um interessante e bem documentado trabalho acerca dessas conexões do que ela chama de “prática empírica” – relacionada aos cuidados médicos – e às propriedades de cura aventadas por determinadas agentes em narrativas literárias como os *romans*. Para a autora, o *roman* medieval “molda noções de amor e cura ao mesmo tempo que é moldado pela prática empírica. [...] No final, o romance revela que a prática empírica das mulheres é uma força de mudança na corte, mas que está fortemente ligada ao amor romântico. Essa ligação expande o papel dos discursos médicos e farmacológicos nas descrições do amor, ao mesmo tempo em que define ainda mais a medicina prática das mulheres” (DOGGETT, 2009, p. 7-8).

nominalmente e geograficamente, à Irlanda. Entretanto, qual a correlação da poção ou filtro do amor e sua pretensa “raiz” insular?

Algumas passagens do *Tristan* de Thomas são bem elucidativas em relação aos efeitos e da percepção do jovem Tristão acerca do poção (*beivre*). Narrando suas dores ao cunhado Kaherdin,²³ o jovem diz ao amigo que apenas a rainha Isolda é quem poderia colocar um fim ao extenuante sofrimento causado pela distância e ausência da amante. Afirma que “ninguém pode me curar, / com exceção da rainha Yseut: / isso é possível para ela, se ela quiser. / Ela tem o remédio e o poder para me curar / e, se soubesse, a vontade de fazê-lo” (THOMAS D’ANGLETERRE, 1995, p. 192, vv. 2560-2564).²⁴ Prosseguindo em suas lamúrias, Tristão pede ainda a Kaherdin que caso este venha a se encontrar com Isolda, que:

Descreva-lhe bem o meu sofrimento / e o mal que me atinge assim com languidez, / e insista que ela venha me socorrer. / Diga-lhe que ela se lembra / dos prazeres e das alegrias / que outrora conhecemos dia e noite, / as tristezas profundas e os momentos de tristeza, / e também as alegrias e a doçura / de nosso amor perfeito e sincero, / quando uma vez ela curou minha ferida; / da bebida que bebemos juntos, / no mar, por engano. Esta poção continha nossa morte, / nunca teremos cura dela; / nos foi dada em um momento / em que foi para nossa perda que o bebemos. / Das dores deve se lembrar / dos sofrimentos que sofri por amor a ela. (THOMAS D’ANGLETERRE, 1995, p. 194-195, vv. 2637-2654)²⁵

Tristão enfatiza que a causa primordial de sua ruína foi de fato a poção ter sido bebida por engano. Ademais, nos conta que por culpa dela e de seu amor por Isolda, perdeu “o carinho de todos os meus parentes, / do meu tio o rei e de toda sua gente. / Vilaneamente expulso

23 No poema de Thomas, Tristão parte em exílio até a Bretanha (região noroeste da atual França) e ali se casa com Isolda “das mãos brancas” (*blanchemains*). Kaherdin é seu irmão.

24 « *Car nuls hume ne me put garir, / for sulement reïne Ysolt, / e le puet fere, sil volt, / la mecine ad e le poeir, / e se le seüst, le vuleir.* »

25 « *Demustrez li bem ma dolor / e le mal dunt ai la langur, / e qu’ele conforter moi venge. / Dites li qu’ore li suvenge / des emveitures, des deduiz / que humes ja diz jors e nuiz, / des granz peines e détriturs, / e dé joies e dé dusurs / de nostre amour fine et vrai, / quant ele jadis guarri ma plai ; / del beivre qu’ensemble beuimes / en la mer, quant surpris en fummes. / El beivre fud la nostre mort, / nust n’en avrum ja mais confort. / A tel ure duné nus fu, / a nostre mort l’avum beü. / De mé dolurs li deit membrer / que suffert ai pur li amer.* »

/ e exilado em terras estrangeiras” (THOMAS D’ANGLETERRE, 1995, p. 195, vv. 2655-2658).²⁶ Os efeitos da poção são colocados em primeiro plano, delineando que, por alguma razão, a separação dos amantes causaria efeitos tão deletérios à saúde física e mental de um dos dois, algo como um efeito colateral tão brutal e proibitivo, funcionando como uma espécie de **tabu**. E é precisamente essa ideia de **tabu** que torna factível supor uma possível correlação com o conceito irlandês de *geis* (plural *gessa*, em irlandês antigo). De acordo com James Mackillop se trata do:

Tabu ou proibição idiossincrática colocada sobre heróis e personagens proeminentes nas narrativas irlandesas. Em certos contextos, a imposição de um *geis* pode exigir uma demanda positiva ou liminar ou pode especificar outras ações como proibidas ou ilegais. [...] A quebra de um *geis* muitas vezes traz morte instantânea e às vezes também um mal favor ou destruição para o povo do culpado. (MACKILLOP, 2016, p. 249)

Desse modo, um dos traços proibitivos da poção seria, justamente, o afastamento entre os amantes, embora em nenhuma das versões de Bérroul ou Thomas isso seja dito efetivamente. O período em que os amantes se exilam na floresta de Morrois (na versão de Bérroul), é, paradoxalmente, um dos mais felizes e um dos mais difíceis para os amantes. Ali puderam viver livres, longe das intrigas palacianas da corte do rei Marc, dos seus barões invejosos e desfrutaram única e exclusivamente de seu amor – e das habilidades de caça de Tristão. No poema de Bérroul, o narrador estipula um limite de três anos para o fenecimento dos efeitos causados pelo filtro – ao qual Bérroul chama de *lovendrins / li vin herbez*:

Três anos foi quanto sofreram, / sem cor estão, enfraqueceram. /
Senhores, por beber o vinho, / ouvistes que por tal caminho / de penas
tanto tempo estão / mas não sabeis – sou de opinião – / quanto o
efeito se conserva / do *lovendrinc*, vinho com ervas: / A mãe de Isolda
à infusão / três anos deu pr’a sua ação. / [...] Três anos sim de duração
/ o vinho assim prendeu Tristão / e junto com ele a rainha. / Cada um

26 « *Perdu en ai tuz mez parentz, / mun uncle le rei e ses gens. / Vilment ai esté congeiez / en altres terres eiseilleiez.* »

dizia: - Oh, sina a minha! (BÉROUL, 2020, p. 184-185, vv. 2131-2140; vv. 2143-2146)²⁷

Já o *Tristan* de Thomas não estabelece um limite temporal para os efeitos da poção, o que talvez ajude a explicar os motivos pelos quais Tristão – na versão de Thomas e nas outras por ela inspiradas – se entrega a grandes solilóquios e reflexões acerca de sua própria condição e do sofrimento causado pela quebra do tabu imposto: a separação física da amante. A poção, preparada habilmente por uma rainha irlandesa, conecta e amarra Isolda à sua ancestralidade e aos seus costumes indígenas. Embora consumida por engano, é precisamente a não-intencionalidade do ato que permeia a tragédia que recai sobre a futura rainha e seu amante, pois ambos, corroborando com o argumento de Isolda perante a Marc, nunca se amaram de “amor vilão”.

Ademais, é notado que as consequências negativas da quebra do *geis* se materializam no Ciclo Tristaniano nos variados episódios que colocam em xeque ou a estabilidade do reino da Cornualha por conta das denúncias de adultério ou mesmo a integridade física e moral de Tristão e Isolda, como atestado nas passagens em que a rainha é oferecida a um grupo de leprosos que iriam estuprá-la (BÉROUL, 2020, p. 124-129, vv. 1165-1216) ou na prova da ordália de fogo, pela qual Isolda se oferece a passar como meio de provar a sua inocência diante do reino (BÉROUL, 2020, p. 250-255, vv. 3217-3276).

Portanto, o *geis* irlandês embutido na narrativa tristaniana pode então ser interpretado como um elemento conectivo e remanescente de uma tradição antiga, repassada oralmente pelos contextos insulares e posteriormente levada ao continente devido ao fluxo intenso de pessoas, culturas, saberes e conhecimentos no pós-conquista. Outro exemplo digno de nota pode ser visualizado nas tríades irlandesas, pequenas sentenças de cunho sapiencial e pedagógico abarcando os mais variados tópicos da sociedade

27 « *Trois anz plainiers sofrirent peine, / lor char pali et devint vaine. / Seignors, du vin de qoi il burent / avez oi, por qoi il furent / en si grant paine lonctens mis ; / mais ne savez, ce m'est avis, / a combien fu determinez / li lovendrins, li vin herbez : / La mere Yseut, qui le bolli, / a trois anz d'amistié le fist. [...] / Tant com durerent li troi an, / out li vins si surpris Tristan / et la roïne ensemble o lui / que chascun disoit : - Las n'en sui. »*

irlandesa antiga.²⁸ Escritas e compiladas por volta do século IX, algumas tríades podem oferecer uma dimensão complementar acerca de alguns temas que serão reaproveitados e ressignificados nas narrativas do Ciclo Tristaniano.

Observemos um conjunto de 6 (seis tríades) acerca de alguns dos *topoi* presentes nas histórias de Tristão e Isolda:

100. Três trevas na quais as mulheres não devem entrar: a escuridão da névoa, a escuridão da noite e a escuridão de um bosque. (MEYER, 1906, p. 13)²⁹

110. Três companhias que trazem amor à boa fortuna: silêncio, diligência e sinceridade. (MEYER, 1906, p. 15)³⁰

126. Três gotas de uma mulher casada: uma de sangue, uma lágrima, uma de suor. (MEYER, 1906, p. 17)³¹

160. Três que não têm direito à renúncia de autoridade: um filho de seu pai, uma esposa de seu marido, um servo de seu senhor. (MEYER, 1906, p. 21)³²

180. Três qualidades de uma boa feminilidade: manter a língua presa, a castidade firme, e os cuidados com o lar. (MEYER, 1906, p. 25)³³

185. Três mulheres que não têm direito à multa: uma mulher que não se importa com que dorme, uma ladra, uma feiticeira. (MEYER, 1906, p. 25)³⁴

28 São cerca de 256 excertos, compilados por volta do século IX, preservados atualmente em 9 (nove) manuscritos tardios dos séculos XIV-XV. A única edição crítica é de autoria de Kuno Meyer (1858-1919), filólogo e historiador alemão, publicada em 1906, que será aqui referenciada para o uso das tríades. Meyer baseou sua tradução do texto em irlandês antigo em 6 (seis) manuscritos, mas Fergus Kelly (2004) afirmou que desde a publicação do texto de Meyer outros 4 (quatro) foram encontrados, o que traria a necessidade de uma nova tradução e edição crítica dessa documentação.

29 No original em irlandês antigo: “*Tri dorehse ná dlegat mná do imthecht: dorcha ciach, dorcha aidche, dorcha feda.*” (MEYER, 1906, p. 12)

30 “*Tri hingena herta seirc do cháintocud: túa, éscuss, idnae.*” (MEYER, 1906, p. 14).

31 “*Trí bainne eétmuintire: bainne fola, bainne dér, bainne aillse.*” (MEYER, 1906, p. 16).

32 “*Trí uá dlegat athchommu: mac 7 a atbair, ben 7 a céile, dóer 7 a thigerna.*” (MEYER, 1906, p. 20).

33 “*Tri fostai dagbanais: fosta thengad 7 gensa 7 airnbmitais.*” (MEYER, 1906, p. 24)

34 “*Tri mná ná dlegat díri: ben lasma ouma cipé las fáí, ben gatach, ben aupthach.*” (MEYER, 1906, p. 24).

A primeira tríade menciona quais lugares não devem ser frequentados pelas mulheres, casadas ou não. Ora, é sabido que Tristão e Isolda fogem do rei Marc em determinado momento da narrativa. E é precisamente esse movimento que faz menção direta ao gênero *aitheda* (“fugas”, em irlandês antigo), muito presente nas narrativas irlandesas antigas, e, ainda, ao local para onde os amantes se dirigem, a floresta de Morrois, que pode ser interpretado a partir do viés condenatório das tríades como sendo um ambiente inapropriado para uma donzela, por conta dos perigos que ali encerram.

As demais tríades, como no caso da de nº 110, versam acerca dos atributos morais esperados de uma mulher recatada: diligência, silêncio e **sinceridade**, esta última uma qualidade na qual ambos os poemas de Béroul e Thomas a todo tempo questionam e suscitam dubiedade à audiência em relação às atitudes de Isolda. Embora Béroul seja um narrador decididamente parcial e favorável aos amantes, seu *Tristan* é conhecido por destacar as habilidades retóricas de Isolda e os subterfúgios intelectuais nos quais a rainha se vale para defender ou justificar suas ações, colocando em xeque a veracidade e a honestidade dos discursos de Isolda.

A tríade 160, por sua vez, lembra ao leitor o dever atribuído e esperado de uma esposa perante a autoridade de seu marido. Comparada à uma criança ou mesmo a um servo, percebe-se aqui a necessidade de uma tutela em relação à mulher, ação essa também subvertida por Isolda ao longo de toda narrativa. Embora mantenha a cortesia e o respeito que a posição de seu marido exige, a rainha em nenhum momento deixa de expor suas visões e mantém firme seus posicionamentos mesmo quando estes são antagônicos ao de Marc. Basta citar que é a própria Isolda que diz ao rei que irá aceitar seu julgamento público e que faz questão que Artur e seus cavaleiros lá estejam como juízes e testemunhas de sua inocência.

Já as tríades 180 e 185 citam nominalmente a castidade e o adultério como antípodas comportamentais que são esperadas de uma mulher. O Ciclo Tristaniano tem como um dos motes centrais a história de um amor proibido que, independente de como foi gestado, é um amor adúltero, de cunho até incestuoso, visto a relação consanguínea de Tristão e Marc.³⁵ Portanto, a audiência é colocada

35 Claudia Bovo analisa no *Tristan* de Béroul como os laços de consanguinidade são trabalhados na narrativa do *roman*, relacionando-os

a todo tempo como testemunha ou mesmo cúmplice dos amantes desafortunados, em uma espécie de “jogo” que paulatinamente brinca com o jugo moral desse mesmo grupo de leitores/ouvintes. Por conta do seu desrespeito à castidade e a contínua manutenção de relações carnis fora do casamento, Isolda não tem, segundo a tradição de sua própria terra natal, direito algum a reclamar diante do rei. Não por acaso, Béroul narra um momento, à época do exílio na floresta, em que Isolda sonha com Marc e Tristão, lamentando-se da condição em que ela mesmo havia se colocado:

Com a rainha estava um sonho: / sozinha num mato medonho / estava em rico pavilhão / e vinham dois leões, então, / querendo logo a devorar; / Piedade! Quis ela gritar, / mas os leões com fome estão / cada um a pega pela mão... / do pavor que a Isolda afeta, / alto ela grita e bem desperta. (BÉROUL, 2020, p. 178-181, vv. 2065-2074)³⁶

Nesse sonho, cada leão pode ser identificado com os homens que disputam a **posse** pelo corpo de Isolda, Marc e Tristão. Mesmo em seus sonhos, a rainha é constantemente atormentada pela natureza proibida, adúltera e dionisíaca de sua paixão. Na iminência de ter seu corpo, espírito e moral destroçados pelos apetites famintos de seu esposo e amante, cabe a Isolda lamentar sua posição, embora não perca de vista ou se arrependa, efetivamente, do amor que nutre por Tristão. O *Tristan* de Thomas, por conta de não impor limites temporais em relação à duração do filtro, acaba por prolongar o desconforto e os efeitos colaterais do *geis* embutido na poção, embora o narrador apresente, no maior dos casos, apenas a visão do protagonista masculino em suas intermináveis lamúrias e monólogos.

Com base nas breves reflexões acima, é razoável admitir, penso, a viabilidade de se articular contextos, histórias e culturas aparentemente tão díspares, de modo a buscar compreender a partir do que determinadas tradições e produções artísticas, como no caso das literaturas medievais irlandesas e francesas. Ademais, as análises aqui propostas, longe de esgotar os assuntos relacionados à

36 « *Avis estoit a la roïne / qu'ele ert en une grant gaudine, / dedenz un riche pavillon. / A li venoient dui lion / que la voloeint devorer ; / et lor voloit merci crier, / mais li lion, destroiz de fain, / chascun la prenoit par la main. / De l'esfroi que Yseut en a / geta un cri, si s'esvella. »*

Arthuriana brasileira e internacional, propõem-se apenas enquanto contribuições a serem discutidas, criticadas e, sobretudo, dialogadas com a comunidade acadêmica e pesquisadores que de algum modo pesquisam ou se interessam pelo amplo e variado universo da Matéria da Bretanha.

Considerações Finais

Ao longo deste capítulo, objetivo foi chamar a atenção ao fato de que, embora frutos de um processo sociocultural literário específico, os textos do Ciclo Tristaniano e as narrativas insulares produzidas na e acerca da Ilha da Irlanda ajudam a decodificar e perceber um **imaginário**³⁷ elaborado em torno da dupla visão continental sobre a Irlanda – a saber, uma “ilha de maravilhas”, indispensável aos poetas cortesãos para inspirar temáticas à suas obras e a região desnudada a partir da conquista inglesa e da instauração do chamado Senhorio da Irlanda (*Dominium Hiberniae*) em 1171.

Tendo em vista esse duplo movimento e (re)descoberta da região, nota-se que tal visão estava enraizada na sociabilidade e no imaginário dos colonos ingleses, de seus ancestrais e respectivos herdeiros, na medida em que todos foram criados dentro do ambiente geral de desenvolvimento cortesão e aristocrático responsável pelo florescer da literatura em língua *d’oïl* – insular e continental – de meados do século XII em diante, processo histórico em que pesquisadores vêm se debruçando recentemente e sua relação com a “francofonia medieval”.³⁸

37 Em seu sentido mais amplo, aqui entendido como sendo um “um sistema de imagens que exerce função catártica e construtora de uma identidade coletiva ao aflorar e historicizar sentimentos profundos do substrato psicológico de longuíssima duração” (FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 70), que pode atuar como uma ferramenta teórica de um sistema de ideias construídas a partir de representações sociais.

38 Na Europa Ocidental, os trabalhos oriundos do recente projeto *Medieval Francophone Literary Culture Outside France* – MFLCOF (2011-2015) vêm demonstrando, sistematicamente, a abrangência e o escopo atingido pelas áreas sob presença direta do francês e de suas demais variantes, como nos casos da península itálica, dos Países Baixos, península ibérica e península escandinava (KLEIHENZ; BUSBY, 2010); (MORATO; SCHOENAERS, 2018); (GILBERT; GAUNT; BURGWINKLE, 2020). Fora da Europa, a presença da língua francesa foi estudada nas áreas de contato dos *franj* com as populações muçulmanas na Terra Santa e nas áreas do Levante à época do movimento cruzadístico, a partir do Mediterrâneo como ponto de intersecção da Europa medieval

Ademais, como pontuado no início, um dos aspectos interessantes acerca do Ciclo Tristaniano e sua relação com as narrativas arturianas é o seu caráter autônomo, não necessariamente dependendo de uma relação umbilical com todo o universo que engloba Artur e suas histórias. Para além dos indicativos documentais, encontrados nos documentos galeses, e da originalidade dos temas que seriam tardiamente apropriados e incorporados ao Ciclo Arturiano, as histórias envolvendo Tristão e Isolda podem – e devem – suscitar um interesse de pesquisa capaz de estabelecer avanços na compreensão total de um universo literário conectado entre o continente e os espaços insulares.

Portanto, o presente capítulo, juntamente com os demais textos que compõem este volume, pode servir como porta de entrada para futuros entusiastas, curiosos e demais interessados em pensar diacronicamente a(s) lenda(s) arturiana(s) e sua intrínseca relação com as conjunturas históricas, as bases materiais e o peso das tradições antiquíssimas que engendram uma longa tradição de estudos e conhecimentos acerca dos múltiplos medievos que aos poucos vêm sendo melhor compreendidos.

Fontes Primárias

BÉROUL. *O romance de Tristão*. [Trad.: Jacyntho Lins Brandão]. São Paulo: Editora 34, 2020.

BIELER, Ludwig (ed.). *The Irish penitentials*. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1963.

BROMWICH, Rachel (ed.). *Trioedd Ynys Prydein – the triads of the island of Britain*. 4th ed. Cardiff: University of Wales Press, 2014.

CURTIS, Renée L. (ed.). *The romance of Tristan*. New York: Oxford University Press, 1994.

DIMOCK, James F. (ed.). *Giraldi Cambrensis – opera*. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, v. 5, 1867.

GANTZ, Jeffrey (ed.). *Early Irish myths and sagas*. London: Penguin, 1981.

com o Oriente Próximo (ASLANOV, 2006).

GERALD OF WALES. *The history and topography of Ireland*. [Edited and translated by John O'Meara]. London: Penguin, 1982.

GWYNN, Aubrey. (ed.). *The writings of bishop Patrick 1074-1084*. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1955.

JACKSON, Kenneth H. (ed.). *A Celtic miscellany*. London: Penguin, 1971.

MAC CARTHY, B. (ed.). *Annala Uladh – Annals of Ulster, otherwise Annala Senait, Annals of Senait; A chronicle of Irish affairs, A.D. 431-1131: 1155-1431*. Dublin: Royal Irish Academy, 1893, v. 2, A.D. 1057-1131: 1155-1378.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane (ed.). *Tristan et Yseut : les premières versions européennes*. Paris : Gallimard, 1995.

MEYER, Kuno (ed.). *The triads of Ireland*. Dublin: Hodges, Figgis, & Co. Ltd, 1906.

THOMAS D'ANGLETERRE. Tristan et Yseut. In : MARCHELLO-NIZIA, Christiane (ed.). *Tristan et Yseut : les premières versions européennes*. Paris : Gallimard, 1995, p. 129-212.

Referências Bibliográficas

BHROLCHÁIN, Muireann Ní. *An introduction to early Irish literature*. Dublin: Four Court Press, 2009.

BINCHY, D. A. The background of Early Irish Literature. In: *Studia Hibernica*, n. 1, 1961, p. 7-18.

_____. Patrick and his biographers: ancient and moderns. In: *Studia Hibernica*, n. 2, 1962, p. 7-173.

BREATNACH, Liam. *Uraicecht na ríar: the poetic grades in early Irish law*. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1987.

BROMWICH, Rachel. The Tristan of the Welsh. In: _____; JARMAN, A. O. H.; F. ROBERTS, Brynley (eds.). *The Arthur of the Welsh – the Arthurian legend in medieval Welsh literature*. Cardiff: Wales University Press, 1991, p. 209-228.

BURGESS, Glyn S.; PRATT, Karen (eds.). *The Arthur of the French: The Arthurian legend in medieval French and Occitan literature*. Cardiff: University of Wales Press, 2006.

BUSBY, Keith. *French in Medieval Ireland, Ireland in Medieval French – the paradox of the two worlds*. Turnhout, BE: Brepols, 2017.

BYRNE, Francis John. *Irish kings and high kings*. [1973]. 3rd ed. Dublin: Fourt Court Press, 2001.

BYRNE, Aisling. *Otherworlds: fantasy & history in medieval literature*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2016.

_____. Irish translations and romances. In: LLOYD-MORGAN, Ceridwen; POPPE, Erich (eds.). *Arthur in the Celtic languages – the Arthurian legend in Celtic literatures and traditions*. Cardiff: Wales University Press, 2019, p. 344-357.

CHARLES-EDWARD, Thomas. *Early Christian Ireland*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

DILLON, Myles. *Early Irish literature*. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 1948.

DI MARTINO, Vittorio. *Roman Ireland*. London: The Collin Press, 2003.

DOGGETT, Laine E. *Love cures: healing and love magic in Old French romance*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2009.

DOHERTY, Charles. *The monastic town in Ireland*. In: CLARK, H. B.; SIMMS, Anngrét (eds.). *The comparative history of urban origins in non-Roman Europe: Ireland, Wales, Denmark, Germany, Poland and Russia from the ninth to the thirteenth century*. Oxford, UK: B.A.R., 1985.

DOWNHAM, Clare. *Medieval Ireland*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2018.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e imaginário. In: _____. *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Editora da USP, 2010, p. 49-91.

GILBERT, Jane; GAUNT, Simon; BURGWINKLE, William (eds.). *Medieval French literary culture abroad*. New York: Oxford University Press, 2020.

GRANGEIRO, Hayanne Porto; MORAIS, Luan Lucas A. O passado e o presente das literaturas: uma breve análise das produções medievais insulares. In: *História em Curso*, v. 3, n. 3, p. 13-37, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pk8zmZ>>. Acesso: 13 jul., 2022.

GRIMBERT, Joan Tasker (ed.). *Tristan and Isolde: a casebook*. New York: Routledge, 2002.

_____. Introduction. In: GRIMBERT, Joan Tasker (ed.). *Tristan and Isolde: a casebook*. New York: Routledge, 2002, p.

HEINZ, Sabine. Textual and Historical evidence for an early British Tristan tradition. In: *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium*, v. 28, p. 89-127, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/34cXgHx>>. Acesso: 12 jul., 2022.

JOHNSTON, Elva. *Literacy and identity in Early Medieval Ireland*. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2013.

_____. Ireland in Late Antiquity. A forgotten frontier? In: *Studies in Late Antiquity*, Summer, vol. 1, issue 2, p. 107-123, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3gHT5Yj>>. Acesso: 13 jul., 2022.

KELLEHER, Margaret; O'LEARY, Phillipe (eds.). *The Cambridge history of Irish literature, vol. 1: to 1890*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

KLEINHENZ, Christopher; BUSBY, Keith (eds.). *Medieval multilingualism: the Francophone world and its neighbours*. Turnhout, BEL: Brepols, 2010.

LANGER, Johnni (org.). *Dicionário de história das religiões na Antiguidade e Medievo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LLOYD-MORGAN, Ceridwen; POPPE, Erich (ed.). *Arthur in the Celtic languages: the Arthurian legend in Celtic literature and traditions*. Cardiff, UK: University of Wales Press, 2019.

LUKÁCS, György. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: _____. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. [Org. e trad.: Carlos Nelson Coutinho; José Paulo Netto]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 87-119.

MACKILLOP, James. *A dictionary of Celtic mythology*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2016.

_____. *Myths and legends of the Celts*. London: Penguin, 2005.

MCCANN, W. J. Tristan: The Celtic and Oriental Material Re-examined. In: GRIMBERT, Joan Tasker (ed.). *Tristan and Isolde: a casebook*. New York: Routledge, 2002, p. 3-35.

MELLO, Erick Carvalho de. Mitologia celta. In: LANGER, Johnni (org.). *Dicionário de história das religiões na Antiguidade e Medievo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 358-362.

MORATO, Nicola; SCHOENAERS, Dirk (eds.). *Medieval Francophone Literary Culture Outside France – studies in the moving world*. Turnhout, BEL: Brepols, 2018.

Ó CRÓINÍN, Dáibhi. *Early medieval Ireland 400–1200*. London: Longman, 1995.

OXENHAM, Helen. *Perceptions of femininity in Early Irish society*. Woodbridge, UK: The Boydell Press, 2016.

ROWLAND, Jenny. Trystan and Esyllt. In: LLOYD-MORGAN, Ceridwen; POPPE, Erich (ed.). *Arthur in the Celtic languages: the Arthurian legend in Celtic literature and traditions*. Cardiff: University of Wales Press, 2019, p. 51-63.

SANTOS, Dominique; FARRELL, Elaine Pereira. Early Christian Ireland: uma reflexão sobre o problema da periodização na escrita da história da Irlanda. In: BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos; SANT'ANNA; Henrique Modanez; SANTOS, Dominique. *História Antiga: estudos, revisões e diálogos*. Rio de Janeiro: Publit, 2011, p. 185-213.

_____. Táin Bó Cúailnge: um épico irlandês. In: SANTOS, Dominique (org.). *Grandes epopeias da antiguidade e do medievo*. Blumenau, SC: EDFURB, 2014, p. 220-241.

_____. A importância do estudo das supostas periferias: a contribuição da Irlanda para a medievalística brasileira. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 11, p. 177-193, dez. de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3gHjC86>>. Acesso: 13 jul., 2022, p. 179-180.

_____. Early Christian Ireland: uma reflexão sobre o problema da periodização na escrita da história da Irlanda. In: BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos; SANT'ANNA; Henrique Modanez; SANTOS, Dominique. *História Antiga: estudos, revisões e diálogos*. Rio de Janeiro: Publit, 2011, p. 185-213.

SANTOS, Dominique. As narrativas célticas de viagem para o Outro Mundo (Echtra; Imram; Longes e Fís): fontes históricas para uma história cultural da Irlanda antiga e medieval. In: *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, nº 38, p. 65-84, jan-jun. de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/31qXusc>>. Acesso: 12 jul., 2022.

SHEEHAN, Sarah; DOOLEY, Ann. (eds.). *Constructing gender in medieval Ireland*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

TACLA, Adriene Baron; FARRELL, Elaine Pereira. Estudos célticos no Brasil. In: *Brathair*, v. 18, n. 1, 2018, p. 1-10. Disponível em: <<https://bit.ly/2XEUhUQ>>. Acesso: 13 jul., 2022.

TACLA, Adriene Baron; JOHNSTON, Elva. Novas perspectivas em estudos célticos: para onde vamos a partir de agora? In: *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 3, set/dez 2018, p. 613-620. Disponível em: <<https://bit.ly/3ijAJxi>>. Acesso: 13 jul., 2022.

TRINDADE, W. Ann. The Celtic connections of the Tristan Story (parts one and two). In: *Reading Medieval Studies*, v. XII, p. 93-107 (part one)/ v. XIII, p. 71-80 (part two), 1986-1987. Disponível em: <<https://bit.ly/3gKwhbr>>; <<https://bit.ly/3qUD8DR>>. Acesso: 12 jul., 2022.

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. New York: Oxford University Press, 2005.

WILLIAMS, Mark. *Ireland's immortals: a history of the gods of Irish myths*. New Jersey, USA: Princeton University Press, 2016.

WOOD, Ian. *The modern origins of the Early Middle Ages*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.



SIR THOMAS MALORY E O LONGO SÉCULO XV INGLÊS

Beatriz Breviglieri Oliveira

Doutoranda em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Mestra em História Social pela Universidade de São Paulo - Brasil.
Pesquisadora do Centro de História (ULisboa), LABORA/USP e Grupo Insulæ.
Email: beatriz.oliveira2@edu.ulisboa.pt

Introdução:

Em 1934, quando o manuscrito de Winchester foi “descoberto”, a obra de Sir Thomas Malory *Le Morte d'Arthur* não era apenas conhecida no mundo inteiro mas renomada e tida como sinônimo para as lendas do Rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda. O reconhecimento e popularidade da obra iniciou-se logo após sua primeira edição realizada por William Caxton em 1485, a ponto de ter sido reeditada cerca de cinco vezes até o início do século XVI.

Mas o que torna a versão de Malory tão cativante? Antes de sua obra no final do século XV, já existiam e circulavam célebres histórias sobre a lenda arturiana, com destaque para os ciclo da Vulgata e pós-Vulgata ou seja as histórias de Merlin, Lancelot, os cavaleiros da Távola Redonda, a busca pelo Graal, o triângulo amoroso entre Arthur, Guinevere e Lancelot, a história de Tristão e Isolda, a morte de Arthur. Ao mesmo tempo, encontramos a

continuação da memória histórica de Arthur, propagada por Geoffrey de Monmouth em sua obra *História dos Reis da Bretanha*.

Os Ciclos da Vulgata e da pós-Vulgata serviram de base para a versão de Malory, assim como outras duas obras em inglês médio que estavam em circulação um pouco antes da versão de Malory, refiro-me a *Stanzaic Morte Arthur* e *Alliterative Morte Arthure*. Ambos poemas datam do século XIV e segundo muitos estudiosos arturianos como Catherine Batt (BATT, 2002), Larry Benson (BENSON, 1994) e Jennifer Goodman (GOODMAN, 1988), Malory deve muito de seus detalhes e drama aos poemas ingleses.

Mais do que compilar, editar, reorganizar e alterar as narrativas dos ciclos da Vulgata e Pós Vulgata e demais obras, Thomas Malory incorporou em sua versão dos contos arturianos aspectos singulares do momento e conjuntura social ao qual pertencia, cuja formação era politicamente e socialmente diversa e enfrentava situações e questões consideravelmente diferentes quando comparadas a seus antecessores.

Durante os séculos XIII e XIV, com a consolidação das instituições legais e políticas inglesas, não apenas o poder régio na Inglaterra mas também o poder aristocrático fundado nas figuras dos grandes barões e, posteriormente, através dos magnatas, ganharam formas mais definidas. Tal fato tem relação com o fortalecimento da monarquia e o crescimento da corte real, mesmo que ainda existissem poderes locais que eram capazes de mobilizar regiões inteiras do reino, como as poderosas famílias Neville e Percy no norte da Inglaterra. Um dos aspectos que contribuíram para a dinâmica social desse período foi a promoção de uma cultura ideal cavalheiresca¹, baseada na difusão das lendas arturianas, no *fin amour* e a renovação do código de conduta de cavalaria a partir da fundação da Ordem da Jarreteira durante o reinado de Eduardo III.

Temos também o crescimento de uma camada intermediária da população, constituída por os mercadores e parte da pequena nobreza, que mais tarde formariam o que costumamos chamar

1 No mesmo período da promoção desse ideal durante o reinado de Eduardo III, encontramos a obra *Sir Gawain and the Green Knight*. Apesar de não conhecermos o autor da obra, encontramos nela uma história arturiana que carrega em sua narrativa um lição moral e também demonstra os problemas e críticas ao mesmo ideal de cavalaria e amor cortês propagado no campo ideário da sociedade, que se mantém nesse jogo de oposições entre o cultivo e crítica ao longo dos séculos XV-XVI.

dentro da historiografia de *burguesia*. Essa camada passa a ter maior espaço dentro do reino e a ser institucionalizada, em alguns casos, através da formação de guildas e companhias de comércio com o aval real. Existem nesse período, por exemplo, *The Merchants of the Staple*, a mais antiga companhia de mercadores que recebeu sua autorização régia no início do século XIV e no final do mesmo período, tinha o monopólio do comércio da lã inglesa e demais produtos.

Esse é o contexto que a sociedade inglesa adentra o século XV. Ainda governada pelos Plantagenetas, iniciando o século com Ricardo II no trono, esse período é considerado diferente dos anteriores por seu contexto político e social único. Tal complexidade em conjuntura e estrutura social, política e econômica está centrada a alguns fatores: os conflitos dinásticos dentro da linhagem Plantageneta, a quebra da dinâmica do regime monárquico entre rei e grandes senhores de terra, perdas territoriais em França e revoltas, como a de Jack Cade, por exemplo.

Ou seja, Thomas Malory vive e por consequência escreve *A Morte de Arthur* em um período da história da Inglaterra no qual problemas sociais, políticos e econômicos, boa parte deles resultantes da Guerra dos Cem Anos, geraram um momento de ebulição de ideias e confrontos armados. As Guerras das Rosas, caracterizadas por uma série de batalhas violentas iniciadas por volta de 1450, com períodos relativamente longos de paz entre eles, dividiu a Inglaterra em duas facções e contou com ascensões e quedas na esfera do poder régio, como trataremos a seguir. E por paz, é preciso distinguir que falamos da ausência de conflito armado direto, um fato que não exclui as conspirações e alianças políticas e diplomáticas que foram realizadas nesse momentos.

Monarquia, Conflitos e Sir Thomas Malory

O modelo de realeza do século XV inglês é um tanto complexo quando comparado aos que apareceram previamente, sobretudo com a ascensão de Henrique VI ao trono, um monarca que torna-se governante ainda criança. A partir de 1450, como apontado pelo professor John Watts (WATTS, 1996), há uma quebra da norma do regime monárquico em voga, a partir da entrada de membros endinheirados como os mercadores, dentro do Conselho Real. Os

grandes senhores, que antes ocupavam tais posições e possuíam deveres regionais atrelados a terra foram, aos poucos e em parte, substituídos por pessoas que tinham maior poder aquisitivo mas que não detinham nenhuma obrigação com a legalidade e administração de certas regiões da Inglaterra.

Essa quebra, também configura-se pela questão dinástica da linhagem da Casa Plantageta e a competição pelo trono inglês. Nesse momento, as lealdades dividiram-se devido à existência de alternativas ao reinado de Henrique VI. Tal fenômeno dinástico na verdade inicia-se antes com Henrique IV — avô de Henrique VI — que destrona Ricardo II, cujo reinado e administração régia também foram considerados inadequados pela maior parte dos nobres que o rodeavam. Entende-se que esse primeiro destronamento no início do século XV é um dos fatores essenciais que contribuiu para o início das Guerras das Rosas décadas depois. A grande questão por trás disso tudo é o fato de que as famílias conflitantes de York e Lancaster eram primas, oriundas de um descendente comum — Eduardo III da Casa Plantageneta — e por conta disso, ao longo do século, temos uma sequência de disputas reais e destronamentos. Ora Lancaster, ora York encontram-se no trono.

E porque essas questões (dinastia, conflitos internos e o papel da nobreza) são tão importantes? Na árvore genealógica de Eduardo IV de York, encontramos o Arthur histórico dos séculos XI e XII, sendo então reutilizado no século XV. Retoma-se portanto, a fala de um Arthur histórico, que aparece no meio da realeza Plantageneta com Henrique II como propaganda, justificativa e reforço dinástico, além de uma forma de legitimar, de maneira incontestável, a linhagem real. Esse Arthur para Eduardo IV resgata as visões de Arthur de seus antepassados. Ele é justo e nobre, mas também beligerante quando necessário. É um ancestral que Eduardo IV pode basear-se e espelhar-se dentro da ideologia que pretende construir em prol da Casa de York. Thomas Malory, no entanto, encontrava-se no lado oposto ao de Eduardo nos conflitos entre as casas reais.

Mas quem era o autor e qual sua origem? Existem algumas teorias sobre quem teria sido o autor “Thomas Malory” já que na época em que o manuscrito foi produzido, existiam pelo menos três “*Thomas Malories*”. Especialistas, como o Peter J. C. Field (FIELD, 1993), fizeram uma análise sobre as diferentes possibilidades de autoria e foi criado um consenso entre esses estudiosos de que o autor seria

o cavaleiro Thomas Malory de Newbold Revel, em Warwickshire por conta de alguns fatores, sendo que um deles é o de que esse Thomas Malory foi investido cavaleiro em 1441 pelo rei Henrique VI e possivelmente lutou na última parte da Guerra dos Cem Anos.

Como destacado por Helen Cooper (MALORY, COOPER, 1998, p. 8), até 1450 esse Thomas Malory ocupou diversos cargos administrativos e portava-se tal como um membro da pequena-nobreza deveria, dentro da dinâmica social do período. No entanto, no curso dos conflitos das Guerra das Rosas, Malory foi preso algumas vezes e acusado de tentativa de assassinato, roubo, extorsão e tentativa de violação da mesma mulher duas vezes. É importante ressaltar, como apontado por Cooper, que na Idade Média, o um marido poderia acusar o amante de sua mulher de tentativa de estupro como uma forma de reparação pelo adultério. Esse mesmo Malory faleceu na prisão de Newgate em 1471. E na obra, o autor se auto descreve como “*Thomas Malory, cavaleiro prisioneiro*” e também nos informa a data em que a obra foi terminada no manuscrito (British Library, Add MS 59678).

Essa obra foi finalizada no nono ano do reinado do rei Eduardo IV, por Sir Thomas Malory, cavaleiro. (MALORY, COOPER, 1998, 606. Versão digital. Tradução nossa.)

Portanto, juntando todas essas informações, conclui-se que o candidato mais plausível ao posto de autor da obra seja Sir Thomas Malory de Newbold Revel. Apesar da obra ter sido terminada entre março de 1469 e março de 1470, foi publicada oficialmente apenas julho de 1485, por William Caxton, um proeminente comerciante, escritor e diplomata inglês geralmente creditado como o primeiro impressor da Inglaterra, ou seja, o primeiro a utilizar a prensa móvel em larga escala. Caxton também havia previamente traduzido e publicado em inglês a obra do século XIII do aragonês Ramon Lull “*O livro sobre a Ordem de Cavalaria*”. Na edição de Caxton, a obra foi dividida em 21 livros, com cerca de 507 capítulos no total além do prefácio feito pelo editor e o título que conhecemos hoje em dia.

Até o primeiro quarto do século XX, apenas a versão de Caxton era conhecida publicamente. No entanto, em 1934 foi “descoberto”² em um cofre da Winchester College uma cópia do

2 Coloco o termo entre aspas uma vez que o manuscrito não estava perdido mas

manuscrito original de Malory, que atualmente encontra-se na British Library. No manuscrito são identificados pequenos trechos no final de algumas das histórias em que autor fala diretamente com seus leitores. Essas anotações, assim como suas rubricas, foram originalmente omitidas por Caxton em sua edição. O manuscrito não está dividido em livros e capítulos, nem possui título específico. Acredita-se que as duas coisas tenham sido adicionadas por Caxton. O manuscrito em posse da Biblioteca Britânica foi digitalizado e tem acesso livre a todos que queria consultá-lo digitalmente.

A Narrativa de Malory em Foco: O Juramento de Pentecostes e os Modelos de Cavalaria e Gênero

A história que Malory escreve, parece em um primeiro momento apenas uma compilação dos materiais anteriores. No entanto, quando analisada a fundo encontramos narrativas inéditas e toques particulares da escrita e tempo do autor. Como aponta Christopher Dean (DEAN,1987, 91),

Malory faz mais do que recontar a história da ascensão e queda de Arthur. Ele descreve e glorifica um ideal nobre — sua própria versão da vida cavaleiresca — mas ao mesmo tempo, ele reconhece que o estilo de vida que esse ideal promove, será derrubado pelo próprio homem que deveria sustentá-lo.

Ou seja, o autor constrói em sua história o modelo cavaleiro que conhece e vive, refletindo, por consequência, sua vida e as turbulências do século XV inglês. No grande volume em prosa cujos motivos, personagens e temas são vastos e diversos, poderíamos discorrer sobre uma série de fatores que poderiam ser explorados mais profundamente. Mas determinamos para o propósito desse ensaio duas questões que permeiam a história como um todo seria destacadas: a cavalaria e os modelos de masculinidade e feminilidade. Ambos, encontram-se intimamente aliados ao contexto histórico da Inglaterra do século XV e a própria vida do

sim, fazia parte da coleção da Winchester College. No entanto, não existia nenhum conhecimento de sua importância até o seu “achado” no início do século XX.

autor. Um dos momentos principais da narrativa de Malory, que também serve de ponto central para o trabalho, é o juramento de cavalaria, realizado na Festa de Pentecostes.

A Festa de Pentecostes em si é recorrente ao longo da história e encontra-se em momentos de grande importância da trama. Aparece pela primeira vez na versão de Thomas Malory (MALORY, ROUANET, 2021) durante o trecho no qual Arthur, que ainda não era rei mas, sim um escudeiro a serviço de Sir Hector e Sir Kay, remove a espada da pedra. Nos capítulos VI e VII do Livro I, intitulados “*Como o Rei Arthur retirou a espada da pedra repetidas vezes*” e “*Como o Rei Arthur foi coroado e como nomeou seus oficiais.*”, Pentecostes é a data escolhida para que a decisão acerca da veracidade da linhagem e proeza de Arthur seja decidida. É durante os festejos de Pentecostes que Arthur volta a retirar a espada da pedra, tendo o feito anteriormente, repetidas vezes. Malory escreve que:

Foram então os três à procura do Arcebispo para lhe contar como a espada havia sido retirada da pedra e por quem. E, no décimo segundo dia, todos os varões se acercaram daquele local, e quem quis experimentar pode fazê-lo. Mas, diante de todos, só Arthur foi capaz de tal feito, o que deixou muitos nobres aborrecidos, dizendo que era uma grande afronta para eles e para o reino serem governados por um rapaz que não nascera de alta linhagem. Mais uma vez, os varões ficaram ofendíssimos e resolveram adiar a decisão para a grande festa da Páscoa. Exatamente como acontecera antes, Arthur voltou a arrancar a espada naquela ocasião e, como alguns nobres ainda estavam indignados pela perspectiva de aquele jovem tornar-se rei, resolveram adiar a decisão até o dia de **Pentecostes**. Então, o Arcebispo de Canterbury, a conselho de Merlin, mandou chamar os melhores cavaleiros que pudesse encontrar: aqueles de quem Uther Pendragon mais gostava e nos quais mais confiava. Daí em diante, até a festa de Pentecostes, Arthur viveu cercado por Sir Baudwin da Bretanha, Sir Kay, Sir Ulfius, Sir Brastias e muitos outros que o protegiam dia e noite. Nos festejos de **Pentecostes**, homens de todos os estados tentaram extrair a espada da pedra, mas nenhum deles conseguiu fazê-lo, a não ser Arthur, que a retirou dali diante de todos os senhores e plebeus que haviam comparecido ao local. Por este motivo, o povo todo gritou a uma só voz: Arthur será o nosso rei! Não vamos esperar mais, pois vemos que é a vontade de Deus que ele seja nosso rei, e mataremos quem quer que se oponha a tal decisão. Em seguida, todos se puseram de joelhos, tanto os ricos quanto os pobres, pedindo perdão a Arthur

por haverem adiado aquele momento por tanto tempo. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro I, Cap. VI e VII, 41-43. Grifo nosso.)

Pentecostes volta a aparecer quando Arthur é coroado rei em Caerleon e festas são realizadas em Gales. Aparece novamente quando Galahad remove a espada fincada no bloco de mármore que flutuava na água, e volta a parecer mais algumas vezes até ganhar sua conotação mais significativa³ para o entendimento do tema da cavalaria. Como apontado anteriormente, a Festa de Pentecostes dá-se na mesma data em que é realizado o juramento da ordem de cavalaria dos cavaleiros da Távola Redonda. O trecho em questão onde o juramento é feito encontra-se no capítulo XV do Livro III intitulado “*Como, ao chegar de volta a Camelot, jurou sobre um livro que contaria a verdade sobre a sua demanda*”. Nessa curta narrativa, encontramos Arthur e Guinevere em Camelot, celebrando seu casamento na presença de reis, cavaleiros, Merlin e a comitiva de senhores e damas. Sobre esse evento, o autor escreve:

Concluída assim a aventura do cervo branco, que coube a Sir Gawaine; a da cadela, que coube a Sir Tor, filho do Rei Pellinore, e a da dama que foi levada pelo cavaleiro, que, na ocasião, coube ao Rei Pellinore, o rei convocou todos os seus cavaleiros, dando terras aos que não as possuíam em quantidade e recomendando-lhes que jamais cometessem qualquer crime ou ultraje; que evitassem sempre a traição; que não fossem cruéis em hipótese alguma; que concedessem sua misericórdia a quem a pedisse, sob pena de perder a honra e o senhorio do Rei Arthur para todo o sempre. Recomendou-lhes também que sempre socorressem damas, donzelas e senhoras; que nenhum homem travasse combate algum envolvendo querelas injustas, por nenhuma lei, nem por bens mundanos. Todos os cavaleiros da Távola Redonda, tanto os mais velhos quanto os mais jovens, prestaram tal juramento e, a cada ano, voltaram a renová-lo na grande festa de Pentecostes. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro III, Cap. XV, 145-146. Grifo nosso)

A escolha de palavras, deveres, penalidades e consequências do juramento não são aleatórias. Como escreve Cooper (MALORY,

3 Pentecostes aparece também antes da Demanda do Santo Graal, uma segunda conotação significativa dentro na narrativa de Malory e das lendas arturianas de forma geral.

COOPER, 1996, 11) é possível que Malory tenha baseado o juramento de Pentecostes no juramento que era feito pelos cavaleiros da Ordem de Bath durante o período medieval. Na verdade, a ordem não existiu no senso de que era regida por um estatuto ou código, mas sim, através de uma prática medieval inglesa em que apontavam-se novos cavaleiros no ato da coroação de um novo monarca. Esse cavaleiros eram banhados como forma de purificação e realizavam uma série de rituais como jejum e vigília. No dia em que se tornavam cavaleiros perante o monarca, juravam entre outras coisas, obediência a Deus e ao rei, dar proteção e assistência a todas as damas e donzelas, não cometer assassinatos ou extorsões, nem aceitar injustiças, sobre pena de mancharem sua honra de cavaleiro e o nome do rei. Um juramento similar ao que Malory teria realizado quando foi investido cavaleiro em 1441 e cujas consequências para sua quebra, o autor conhecia em primeira mão.

Além de constituir um marco temporal, a Festa de Pentecostes também é um marco memorial, que remete o leitor ao juramento feito pelos cavaleiros, uma vez que suas ações deveriam refletir seu código. Segundo Catherine Batt (BATT, 2002, 71) a formação da ordem dos cavaleiros da Távola Redonda e o Juramento de Pentecostes delimita e disciplina a cavalaria e a vida cavalheiresca e institucionaliza a violência sob o controle da monarquia. No entanto, Arthur mostra-se incapaz de impedir o ciclo de violência entre seus cavaleiros, apesar de gerir o exercício contido da mesma através de torneios.

O próprio juramento é um dos pontos em que Malory nos convida a compreender a incompatibilidade do código de cavalaria e o jogo do amor cortês dentro da sociedade em que se inserem. Ele nos demonstra, ao longo das histórias dos cavaleiros, e principalmente através de Sir Lancelot e Sir Tristan, como o código de cavalaria e por consequência, o cavaleiro em si, são corrompidos. O mesmo se repete ao longo das aventuras desses homens e de suas atitudes em certos momentos dentro da corte, como nas justas e discussões entre eles ou com pessoas que encontram em suas aventuras, nos quais ao invés de seguirem o modelo ideal de um cavaleiro, portam-se da maneira contrária, com algumas exceções como Sir Percival, Sir Galahad e Sir Bors, que são cavaleiros semi-celestiais, dada sua pureza.

Encontramos dentre os distintos membros da Távola Redonda um grupo dividido em facções: temos Sir Gawain e seus irmãos, Sir Agravain, Sir Gaheris e Sir Gareth que, com a exceção do último, odeiam e invejam Sir Lancelot e assassinam Sir Lamorak pelo desejo de vingança que tinham contra ele, uma vez que a morte de seu pai deu-se através das mãos do pai de Lamorak, o Rei cavaleiro Pellinore (também assassinam outro cavaleiro, Sir Palamedes). Por serem sobrinhos de Arthur e filhos de um rei, Gawain e seu irmão não sofrem grandes punições nem são controlados por seu tio. O Rei Arthur, que deveria ser o ápice do modelo de cavaleiro e cavalaria, é substituído por Sir Lancelot como tal exemplo em muitas das narrativas arturianas, inclusive em Malory.

Podemos constatar pela análise da narrativa que Arthur segue tal modelo até seu casamento com Lady Guinevere. Entende-se que, a partir daí, e por consequência da formação dos Cavaleiros da Távola Redonda, o rei assume um papel de liderança, diplomacia e administração régia. Uma vez consolidada sua coroa, Arthur deixa de participar das batalhas e justas e assume um papel diplomático. São seus cavaleiros que fazem a manutenção bélica sob sua orientação mas que, como é exposto ao longo da obra, fogem muitas vezes de seu controle. Apesar de tudo, Arthur torna-se um juiz. É o centro de todas as decisões, mas não do combate direto. Em sua ausência, Sir Lancelot e a rainha Guinevere operam da mesma forma.

O juramento, portanto, resume os ideais de cavalaria de Malory que vão progressivamente sendo minadas ao longo da história pelos cavaleiros que compõem a Távola Redonda. Alguns são tentados sexualmente ou entregam-se a um amor adúltero/proibido; outros, deixam-se levar pela violência e matam — diretamente ou acidentalmente — homens e mulheres, muitas vezes decapitando-os. Como apontado por Christopher Dean (DEAN, 1987, 33), o século XV é uma época de instabilidade e transição violenta, não só no sentido bélico mas também no sentido social. Por isso, os cronistas e escritores dessa época, incapazes de aceitar e entender a mudança social que passavam, olhavam para o passado glorioso da cavalaria do século anterior com Eduardo III, em busca de um retorno ideal à esse modelo, mas acabavam também refletindo a existência dos confrontos em estavam inseridos, como ocorre com Malory.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que percebe-se o declínio na cavalaria inglesa, existe um sentimento de nostalgia e tentativa de retorno a esses ideais no campo cultural e do imaginário. É nesse período que torneios e justas passavam a serem realizados em maior escala na Inglaterra e o rei torna-se a estrela de tais eventos, já que era um dos poucos momentos em que ele poderia demonstrar suas virtudes não apenas de majestade mas também de cavalaria. São nesses torneios que também encontram-se relatos de imagens associadas ao Rei Arthur e aos cavaleiros da Távola Redonda de forma performática e idealizada. Muitas vezes, nobres que competiam nesses torneios usavam escudos com símbolos e cores referentes aos cavaleiros das histórias.

Na obra de Malory e dentro da lógica da cavalaria, percebemos que ao mesmo tempo em que personificações masculinas e femininas são opostas, elas também são complementares e dependentes. A honra, a valentia e o nome de um cavaleiro só poderiam ser mantida se ele exercesse atos que fossem cavaleirescos. No entanto, ao longo da narrativa maloriana, encontramos diferentes modelos do que seriam as personificações masculinas e femininas. Um dos temas centrais da *Morte de Arthur* e uma das razões pela qual a Távola Redonda despedaça é a cavalaria e o código de conduta a ela associado.

O *ethos* cavaleiresco que reúne os cavaleiros em primeiro lugar e sobre qual Camelot é construída se mostra inadequado para a manutenção do reino de forma estável. E isso também está diretamente ligado aos modelos de masculinidade e feminilidade da história. A fim de ilustrar não apenas a narrativa criada por Malory mas também como diferentes conceitos que englobam o masculino e feminino são utilizados ao longo da obra, escolhemos duas personagens centrais para analisarmos: Sir Lancelot du Lac e Morgan le Fey. Iniciaremos com o Cavaleiro do Lago.

Lancelot, mais do que Arthur durante a maior parte da narrativa e em muitas das aventuras da obra, torna-se o centro de gravidade para todos os demais cavaleiros. Na versão de Malory, encontramos a exaltação de Lancelot e sua caracterização como um cavaleiros quase perfeito. Em praticamente todos os atributos — honra, lealdade, pureza de espírito, uso da violência quando necessário, virilidade, fé — ele constitui o modelo masculino de cavalaria. Christopher Fletcher (FLETCHER, 2012) explica que os atributos

que compõem a masculinidade medieval, estreitamente associados às virtudes cardeais e teologais, apresentam-se de algumas maneiras dentro da sociedade da Baixa Idade Média. Escreve que,

A masculinidade no final da Idade Média estava fortemente ligada aos ideais de virilidade, constância, dignidade e respeito que eram opostos ao *status* e comportamento de criaturas, crianças e mulheres, os desonestos e aqueles de *status* social inferior (FLETCHER, 2012, 131).

O autor aponta que sendo assim, os papéis masculinos em voga são aqueles associados a virilidade física, a preocupação com a honra e os valores morais que incluem a constância, moderação, lealdade, verdade e o uso da violência quando necessário, mas sempre de forma moderada. O autor também define que ações viris e guerreiras que trouxessem ou de alguma forma fizessem a manutenção da honra — fosse do indivíduo ou daqueles que serviam — seriam a chave para a compreensão de tal masculinidade.

O homem da Baixa Idade Média inglesa deveria ser honroso pois só assim, seria capaz de proteger e aumentar sua masculinidade e possuir a devida dignidade e valor. Portanto, a masculinidade estava ligada a um elemento de demonstração performática, realizado através de ações guerreiras. Para além da defesa da honra, reputação e das virtudes da constância e temperança, um homem também deveria deter lealdade, fé e verdade. Aquele que é falso ou desleal é portanto, desonroso, sem virilidade e força, sendo assim, era classificado como “fora” do modelo aceito e empregado de masculinidade.

Sir Lancelot se mostra quase perfeito justamente porque possui honra e eleva-a através de suas ações como cavaleiro. Nele, concentram-se todos os valores que um cavaleiro deve ter e os modelos de masculinidade essenciais, como bravura, caridade, força, virilidade e honra e também performáticos, como o respeito dado e recebido e a manutenção do status, um reflexo da camada da pequena-nobreza da qual Malory pertencia. O Livro VI, um dos quais Malory dedica a Sir Lancelot e suas aventuras, o autor inicia o primeiro capítulo do livro dizendo:

Alguns, que eram homens de poucos méritos, destacaram-se tanto em feitos de armas e honra que sobrepujaram todos os seus companheiros em proezas e nobres façanhas. Tal se deu com muitos deles, mas

especialmente com Sir Lancelote do Lago, pois, em todos os torneios, justas e feitos de armas, em situações de vida ou morte, ele venceu todos os demais cavaleiros e não foi derrotado em nenhuma ocasião, a menos que se tratasse de traição ou de encantamentos. Cresceu assim tão maravilhosamente tanto em honra quanto em valor que é o primeiro cavaleiro que o livro francês menciona depois que o Rei Arthur retornou de sua viagem a Roma. Também por essa razão, mais do que qualquer outro, ele se tornou o favorito da Rainha Guinevere e, por certo, amou a rainha acima de todas as outras damas e donzelas de sua vida e, por ela, realizou numerosas façanhas e a salvou da fogueira com sua nobre arte da cavalaria. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro VI, Capítulo I, 230. Grifo nosso.)

Como podemos atestar pela escrita de Malory, o autor eleva Sir Lancelot a um patamar não apenas grandioso, como um dos cavaleiros do Rei Arthur, mas também o individualiza e destaca-o como o melhor dentre seus homens. Ao dizer que “cresceu assim tão maravilhosamente tanto em honra quanto em valor que é o primeiro cavaleiro que o livro francês menciona [...]”, o autor escreve sobre o caráter e feitos de Lancelot e seu favoritismo exercido tanto pelo rei, mas principalmente pela rainha, Guinevere a quem, como também aponta Malory, “amou a rainha acima de todas as outras damas e donzelas de sua vida” e por quem também coloca em cheque tudo o que lhe caracterizava como o melhor cavaleiro.

No episódio da busca pelo Graal, Lancelot quase se torna o herói da narrativa pois se recusa a desistir da jornada. Mas também não queria desistir de seu amor e desejo por Guinevere e sendo assim, não consegue cumprir a demanda. Em diversos trechos da obra, Malory escreve que Lancelot considerava Guinevere sua *dama* e que em sua concepção, não havia mulher que a superasse. Mesmo quando a rainha se enfurece e, essencialmente exila o cavaleiro após descobrir de sua relação com a Lady Elaine de Astolat, Lancelot se mantém leal à ela e por ela, luta contra diversos inimigos e a resgata de questionamentos e abduções, como foi o caso da célebre história na qual resgata a rainha Guinevere e suas damas de Sir Meliagaunt que lhes haviam capturado, usando uma carroça para entrar no castelo inimigo.

Seu amor e desejo por Guinevere é sabido por uma série de serviços da corte e também por seus companheiros cavaleiros. Sir Gawain e seu irmão Sir Agravain buscavam encontrar formas de

desmascarar o romance adúltero de ambos perante o rei Athur e sua corte. Em certo trecho, Malory escreve que, “toda noite, porém, Sir Agravaire, irmão de Sir Gawaine, aguardava pela Rainha Guinevere e por Sir Lancelote do Lago, tencionando envergonhá-los e expô-los a críticas ”(MALORY, ROUANET, 2021, Livro XIX, Capítulo XIII, p. 1009) Sedentos pelo desejo de destruir Lancelot, os sobrinhos do rei juntaram-se e formularam uma armadilha para provar ao Rei Arthur que seu estimado cavaleiro e sua esposa eram amantes. Como aponta Malory, Agravaire explicou ao seu tio que,

Por sermos filhos de vossa irmã, não podemos permitir que isso continue assim, e sabemos que estais acima de Sir Lancelote. Sois o rei que o sagrou cavaleiro e, portanto, provaremos que ele trai vossa pessoa. Se assim for, retrucou o soberano, sabeis que ele não terá privilégio algum, embora eu não pretenda tratar de tal assunto antes de ter provas do que me dizeis, pois Sir Lancelote é um cavaleiro audacioso e ninguém ignora que é o melhor de todos nós. Portanto, a menos que seja apanhado em flagrante, há de enfrentar quem quer que faça circular tais rumores, e não conheço nenhum cavaleiro capaz de vencê-lo. Assim, pois, se for verdade o que dizeis, gostaria de vê-lo apanhado em flagrante. Na verdade, como diz o livro francês, o rei estava indignado com a ideia de que surgisse algum rumor sobre Sir Lancelote e sua rainha. Tinha lá suas suspeitas, mas preferia ignorá-las, uma vez que Sir Lancelote havia feito muito por ele e pela soberana, e tantas vezes que Arthur o amava muitíssimo. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro XX, Capítulo II, 1014. Grifo nosso.)

A traição dupla de Sir Lancelot e da rainha Guinevere mais uma vez coloca em cheque todo sistema de cavalaria e amor cortês, tanto da corte arturiana quanto da época de Malory. Quando a obra por fim é concluída, com os Livros XX e XXI, “a morte de Arthur”, ao ser apanhado com a rainha por Sir Agravaire, Sir Mordred e demais cavaleiros que eram aliados dos irmãos de Sir Gawain, Malory escreve que o Cavaleiro do Lago,

Então, tomou a rainha nos braços, beijou-a e disse: Mui nobre e cristã soberana, já que fostes sempre minha boa dama e eu, vosso pobre e fiel cavaleiro por todo o tempo em que pude sê-lo, jamais deixando de defender vossa causa, fosse ela justa ou não, desde o dia em que o Rei Arthur me sagrou cavaleiro, eu vos suplico que rezeis por minha alma se eu morrer aqui, pois bem certo estou de que Sir Bors, meu sobrinho, e o

restante de meus parentes, juntamente com Sir Lavaine e Sir Urre, não deixarão de nos salvar do fogo. Portanto, minha senhora, consolai-vos. Aconteça o que acontecer comigo, recorrei a Sir Bors, meu sobrinho, e a Sir Urre, pois eles farão o melhor que puderem ou que esteja a seu alcance para que vivais como rainha em minhas terras. Não, Sir Lancelote, retrucou a soberana. Bem sabeis que não sobreviverei a vós. Se morreres, aceitarei minha própria morte por Jesus Cristo tão humildemente como jamais o fez nenhuma rainha cristã. Pois bem, senhora, disse Sir Lancelote, já que chegou o dia em que nosso amor deve terminar, sabei que venderei minha vida pelo preço mais alto que puder, e mil vezes mais lamento esta situação por vós do que por mim. (Livro XX, Capítulo III, 1016-1017. Grifo nosso.)

Portanto, Sir Lancelot, considerado o maior dentre todos os cavaleiros da Távola Redonda, falha. Lancelot falha ao quebrar o juramento, ao romper com a lealdade perante seu rei, ao manchar sua honra como cavaleiro, e ao desejar e dedicar-se a Guinevere, uma mulher casada e sua soberana, acima de sua fidelidade à Arthur e seu compromisso político e social dentro da comunidade em que se inseria ao deixar Camelot e abandonar tudo o que antes lhe era mais caro e lhe conferia seu status, terminando a história não como cavaleiro, mas como religioso, buscando absolvição por seus pecados, seguindo os mesmos passos de Guinevere.

Quanto ao conceito de feminilidade representado por Morgan le Fey, encontramos uma combinação de fatores e modelos femininos e anti-femininos. Na versão de Malory encontramos uma combinação entre Morgana de *Vita Merlini*⁴ e nos ciclos da *Vulgata e Pós-Vulgata*, criando uma personagem complexa e dupla, mesmo que ela se apresente como mais maléfica do que benevolente durante boa parte da história. Ela é poderosa, concededora das artes sobrenaturais, manipuladora, invejosa, ambiciosa e cruel, que busca de todas as maneiras prejudicar Arthur e demonstrar o quão poderosa realmente é. Mas ao mesmo tempo, encontramos na narrativa da obra alguns momentos em que apresenta traços inseridos na ótica do modelo de feminilidade, quando cuida daqueles que quer bem e no fim da vida de Arthur, está presente ao seu lado juntamente de outras três mulheres (Nimue, a rainha

4 Muitos estudiosos acreditam que sua composição tenha sido feita por Geoffrey de Monmouth, mesmo autor da História dos Reis da Bretanha, peça central da coletânea conhecida como “Matéria da Bretanha”.

de Gales do Norte e a rainha das Terras Desoladas). Malory acaba por redimir Morgan em seu último ato, mas sua natureza complexa e misteriosa se mantém não apenas na narrativa mas ao longo das diferentes versões posteriores das lendas arturianas.

Morgan tem sua primeira aparição na narrativa de Malory logo no segundo capítulo do Livro I, ao ser mencionada como uma das filhas de Igraine — a mais nova de três irmãs — que é enviada para um convento para estudar necromancia, um fato estranho mas ao mesmo tempo intrigante e revelador sobre sua caracterização. A dualidade entre sua inserção em um convento cristão e as artes da necromancia (MATTOSO, 1998) e magia, entendidas como uma corrupção da ordem natural uma vez que visa a comunicação com os mortos e o aperfeiçoamento de habilidades e crenças pagãs antigas respectivamente, desenvolve-se ao longo da trama no próprio caráter duplo de gênero de Morgan.

Dentre as personagens femininas de Malory, é a única que incorpora modelos femininos e masculinos. Morgan joga com o sistema dama-cavaleiro típicos do amor cortês e do ideário da cavalaria, quando lhe favorece, nomeadamente nas tentativas em seduzir Sir Lancelot e em seu relacionamento com Sir Accolon. Também detém atributos que seriam da esfera masculina, como o poder e agência para governar, o desejo de obter poder político, impor-se perante homens que cruzam seu caminho e também sobre o rei, fato expresso no trecho do Livro IV, Capítulo XV quando envia uma mensagem à Arthur via Manessen, um cavaleiro de Arthur, sobre o qual Malory escreve:

Manassem foi então libertado, ao passo que o outro foi amarrado e desarmado. De imediato, Manassem se armou com todo o aparato do outro, montou em um cavalo, pôs o cavaleiro à sua frente e o lançou na fonte, afogando-o. Depois, voltou a se aproximar de Morgana e lhe perguntou se queria algo para o Rei Arthur. Dizei-lhe que eu o salvei, não por amor a ele, mas por amor a Accolon, e dizei também que não tenho medo dele enquanto eu e todos os que me acompanham pudermos assumir a forma de pedras. Ele precisa saber ainda que poderei fazer muito mais quando chegar a ocasião propícia.(MALORY, ROUANET, Livro IV, Capítulo XV, 175. Grifo nosso.)

Morgan mostra-se como uma personagem complexa ao ponto que permanece um mistério para o leitor dentro na narrativa uma

vez que detém tal dualidade — masculina e feminina — em si. Diferentemente de outras personagens femininas como sua mãe Igraine, sua cunhada Guinevere e sua irmã Margawse, a feiticeira consegue se manter dentro do jogo político usando todos os meios que estão em sua disposição, inclusive sua magia, para manipular e orquestrar ações diretas ou indiretas contra os homens (via de regra) que lhe desafiam ou lhe afrontam de alguma maneira. Ela tem agência, influência e poder — real e imaterial — fator que a destaca dentre as demais personagens femininas de Malory, mesmo que não apareça com tanta proeminência dentro da história. Os desentendimentos de Morgan com a rainha Guinevere são menores e pouco explorados em Malory, fator que difere o autor de seus antecessores. O trecho mais visível de uma inimizade entre elas está marcado no Livro IX, Capítulo XLI, em que Malory escreve:

Mas, como diz o livro francês, a Rainha Morgana amava muitíssimo Sir Lancelote e não deixava de desejá-lo. Ele jamais admitiria amá-la nem fazer nada por solicitação sua, e, por este motivo, ela reuniu muitos cavaleiros para prendê-lo à força. E, como a Fada Morgana acreditava que Sir Lancelote amava a Rainha Guinevere como amante, e que esse amor era correspondido, havia mandado fazer tal escudo como uma censura a Sir Lancelote e com a intenção de que o Rei Arthur pudesse perceber o amor que havia entre os dois. Sir Tristão pegou então o escudo e prometeu levá-lo ao torneio do castelo da Dura Rocha. Ele não sabia, porém, que aquele escudo havia sido concebido para causar dano a Sir Lancelote, embora tenha vindo a saber disso mais tarde. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro IX, Capítulo XLI, 512. Grifo nosso.)

Ao ser rejeitada por Lancelot em um outro momento anterior e novamente em outras situações, Morgan tenta desmascarar os amantes, como Sir Gawain e Sir Agravain também o fazem. Mas enquanto os irmãos buscam destruir o Cavaleiro do Lago, Morgan deseja não apenas vingar-se de seu rival amorosa, Guinevere, mas também ferir Arthur, provando que seu mais leal e valoroso cavaleiro, bem como sua esposa, traem-no. Sobre os papéis feminino em Malory dentro do jogo de opostos do masculino e feminino, Dorsey Armstrong escreve que,

Em *A Morte de Arthur*, a identidade masculina cavaleira é tanto causa quanto efeito do comportamento do cavaleiro, enquanto a identidade

feminina é, de forma similar, produto e processo de sua produção [...] A onipresença e aparente necessidade da existência de personagens femininos que pedem favores, concedem presentes, intercedem, e conferem julgamentos nos cavaleiros aponta para a importância do feminino em estabelecer, moldar e confirmar a identidade do cavaleiro. (ARMSTRONG, 2003, 38. Tradução nossa)

Embora tais fatores sejam aplicáveis para os casos de Guinevere, a Dama do Lago, Isolda e demais mulheres da história de Malory, para o caso de Morgan, tal afirmação não é completa uma vez que ela além de ser produto e processo da lógica da cavalaria, e por consequência, também do amor cortês, sabendo que sua vida foi marcada pela presença e pelas ações de tais homens, é também causa e efeito para os comportamentos dos cavaleiros e do próprio rei Arthur. Morgan le Fey instiga confrontos não por favores ou intercessões, mas através do exercício de seus poderes — terrenos e fantásticos — e da multiplicidade de relacionamentos e papéis que tem em sua vida (rainha, dama, meia-irmã do rei, feiticeira, amante, mãe) para colocar-se em par de igualdade com os demais jogadores, para buscar e afirmar sua independência e autoridade no grande esquema político do reino e, de certa forma, quebrar o aparente sentimento de paz dentro de Camelot através das intrigas que causa. No evento em que conjura uma espada enfeitiçada para ser entregue ao rei, Malory escreve que,

Quando Arthur já estava montado, chegou uma das donzelas da Fada Morgana trazendo-lhe Excalibur devidamente embainhada. A Fada Morgana vos envia vossa espada pelo grande amor que tem por vós, disse ela. O monarca agradeceu acreditando que isto era fato, embora, na verdade, tudo fosse falso: tanto a espada quanto a bainha eram uma falsificação e se quebravam com facilidade. (MALORY, ROUANET, 2021, Livro IV, Capítulo VIII, 161. Grifo nosso.)

Na obra de Malory, Morgan cria e envia uma série de objetos enfeitiçados que servem como pontos de discussão e discórdia entre cavaleiros e reis. Um deles, foi o o escudo que mencionamos anteriormente e a falsa Excalibur que enviou ao Rei Arthur, como apontado acima. Houve também um corno de ouro, entregue ao Rei Mark da Irlanda.

Morgan le Fey, portanto, é uma ameaça ao sistema da cavalaria, aos homens que a rodeiam e ao modelo binário de gênero de forma geral. Ela é imprevisível, ora optando por usa atributos femininos, ora utilizando modelos tipicamente masculinos a fim de conseguir o que deseja e conquistar seu lugar dentro do mundo arturiano que é regido por reis e pela violência de seus cavaleiros. Ela não se encaixa em nenhum modelo feminino ou masculino em voga ou esperado, encontrando-se fora do lugar comum associado a ambos sexos. Guinevere, uma outra personagem feminina de grande poder, encontra-se limitada pelo seu sexo e por sua expressão de feminilidade. Morgan não encontra o mesmo problema uma vez que não pode ser definida como pertencente a um ou outro modelo de gênero.

Considerações Finais

Entre os séculos XV-XVI, o crescimento dos torneios e sua realização em maior escala na Inglaterra demonstram um *revival* ao culto da cavalaria. Com Eduardo IV, temos um novo modelo de cavalaria a partir justamente de torneios e demonstrações de devoção cavalheiresca dentro da corte. A partir de 1460, as justas tornam-se recorrentes na corte inglesa, algo que não se via desde o fim do século XIV. Esse *revival*, traz um novo otimismo à sociedade de corte frente a incapacidade do antigo rei, Henrique VI, em promover os mesmos ideais já que não era capaz de governar e representar os modelos de masculinidade desejados na cavalaria. Mas como demonstrou Malory e outros autores anteriores, só existia no plano fictício.

Malory demonstra através sobretudo de personagem de Sir Lancelot, como podemos observar através da exposição e análise ao longo desse ensaio, o fim da era da cavalaria, uma cavalaria que, na verdade, nunca existiu justamente por ser insustentável fora do campo da literatura e do imaginário sociocultural.

Os papéis executados pelos homens e mulheres narrados por Malory destacam não apenas as relações de poder na Inglaterra do século XV, mas também os perigos inseridos em uma sociedade governada pelo caos e pelas intrigas, onde mulheres na literatura tal como Morgan le Fey, e representadas na vida real por figuras como a rainha Margaret de Anjou, tomam a frente das decisões, dirigem-

se ao campo de batalhas, desafiando o modelo de feminilidade e as expectativas de seu gênero. Assim como homens tal qual o Conde de Warwick, tido como “*the kingmaker*”, um dos nobres mais poderosos do reino, rompem alianças e juramentos para benefício próprio, quebrando o modelo de cavalaria que era cultivado dentro do imaginário social e esperado, dentro da ótica da masculinidade ativa e também performática.

Fontes Primárias

MALORY, Thomas. COOPER, Helen (Ed.). *Le Morte d'Arthur. The Winchester Manuscript*. Oxford, Oxford University Press, 1998.

MALORY, Thomas. ROUANET, Maria Helena. (Trad.). *A morte de Arthur. Rei Arthur e os cavaleiros da Távola Redonda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2021.

Referências Bibliográficas

ARMSTRONG, Dorsey. *Gender and the Chivalric Communities in Malory's Morte d'Arthur*. Gainesville, University of Florida Press, 2003.

BATT, Catherine. *Malory's Morte D'Arthur. Remaking Arthurian Tradition*. Nova Iorque, Palgrave, 2002.

BENSON, Larry. *King Arthur's Death: The Middle English Stanzaic Morte Arthure and Alliterative Morte Arthure*. Kalamazoo, Medieval Institute Publications, 1994.

CARLEY, James P. *Arthur in English History*. In: BARRON, W.R.J. (Ed.). *The Arthur of the English. The Arthurian Legend in Medieval English Life and Literature*. (Arthurian Literature in the Middle Ages II). Cardiff, University of Wales Press, 2001, pp. 55-57.

CROFTS, Thomas H. *Malory's Contemporary Audience. The Social Reading of Romance in Late Medieval England*. (Arthurian Studies LXVI). Cambridge, D.S. Brewer, 2006.

DEAN, Christopher. *Arthur of England. English Attitudes to King Arthur and the Knights of the Round Table in the Middle Ages and the Renaissance*. Toronto, University of Toronto, 1987.

FIELD, Peter J.C. 'Sir Thomas Malory's Le Morte D'Arthur'. In: BARRON, W.R.J. (Ed.). *The Arthur of the English. The Arthurian Legend in Medieval English Life and Literature*. (Arthurian Literature in the Middle Ages II). Cardiff, University of Wales Press, 2001, pp. 225-246.

_____. *The Life and Times of Sir Thomas Malory*. (Arthurian Studies XXIX). Woodbridge, D.S. Brewer, 1993

FLETCHER, Christopher. 'Manhood, Kingship and the Public in Late Medieval England'. In: *EDAD MEDIA: Revista de Historia*, Madri, Ano (2012), Volume 13, pp.123-142.

GOODMAN, Jennifer R. *The Legend of Arthur in British and American Literature*. Boston, Twayne Publishers, 1988.

GRIFFITHS, Ralph A. *King and Country. England and Wales in the Fifteenth Century*. Londres, The Hambledon Press, 1991.

HIGHAM, N.J. *King Arthur. Myth-Making and History*. Londres, Routledge, 2002.

HORROX, Rosemary. 'England: Kingship and the Political Community, 1377- c.1500'. In: RIGBY, S. H. (org.). *A Companion to Britain in Later Middle Ages*. Oxford, Blackwell Publishers, 2003, pp. 224-241.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

LYNCH, Andrew. 'Malory's Morte Darthur and History'. In: FULTON, Helen. (Ed.). *A Companion to Arthurian Literature*. (Blackwell Companions to Literature and Culture). Oxford, Blackwell Publishing, 2009, pp. 297-311.

MATTOSO, José. 'Necromancia na Idade Média'. In: *HVMANITAS*, Vol. L, 1998. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas50/17_Matoso.pdf.

NALL, Catherine. *Reading and War in Fifteenth Century England. From Lydgate to Malory*. Cambridge, D.S. Brewer, 2012.

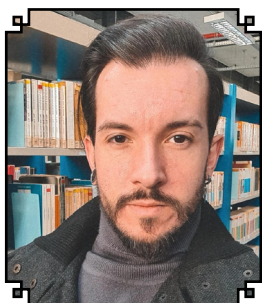
WATTS, John. *Henry VI and the politics of Kingship*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

WINDEATT, Barry. *The Fifteenth Century Arthur*. In: ARCHIBALD, Elizabeth. PUTTER, Ad.(Ed.) *The Cambridge Companion to the Arthurian Legend*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009, pp. 84-102.

SOBRE OS AUTORES

Organizadores

Mauricio da Cunha Albuquerque



Doutor em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição. Especialista em História Antiga e Medieval Pelo CEHAM (Curso de Especialização em História Antiga e Medieval) da UERJ. É integrante do POIEMA (Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade), do INSULAE (Grupo de Estudos sobre a Britânia Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e no Medievo) e do projeto Releituras do Medievo: A Recepção da Idade Média dos século XIX ao XXI. Tem experiência em pesquisas relacionadas à recepção contemporânea da Idade Média, Iconologia e História da Arte.

Roberta Bentes Surkamp



Roberta é doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Realizou bacharelado em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, bacharelado em Gravura pela Universidade Estadual do Paraná e Licenciatura em História pela Universidade do Norte do Paraná. Possui especialização em História da Arte pelo Centro Universitário Claretiano em Batatais, São Paulo. É integrante do Núcleo de Estudos Mediterrânicos - NEMED/UFPR, do Grupo de Estudos sobre a Britânia, Irlanda e as Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medievo - Insulæ e Arturus Insularum. Tem experiência em pesquisas relacionadas a literatura medieval, mulheres medievais e imagens medievais (séculos XII-XIV).

Autores



Isadora Martins Fontoura de Carvalho

Isadora é doutoranda na Universidade de Santiago de Compostela, laureada com uma bolsa das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), financiada pela União Europeia. É mestra em História Social pela Universidade de São Paulo, onde também completou os estudos de graduação. Atualmente, é integrante do consórcio doutoral AntCom (From Antiquity to Community), rede internacional de pesquisadores que investiga herança cultural europeia e suas permanências no presente. É também pesquisadora associada do CISPAC (Centro de Investigación Interuniversitario de los Paisajes Atlánticos Culturales) e desde 2020 faz parte do Insulae (Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e Medieval). Também integra o LABORA-USP (Laboratório sobre o Pensamento e a Cultura na Idade Média). Seus interesses de pesquisa envolvem a interdisciplinaridade entre a Antropologia e a História dentro do recorte dos problemas da cultura.



Ana Carolina Pedroso Alteparmakian

Ana Carolina é mestra, bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Durante sua graduação, trabalhou com temas relacionados à literatura medieval e às relações de gênero no medieval ocidental. Em seu mestrado em História Social, continuou neste campo de estudos utilizando como fonte principal de sua pesquisa o “Roman de Tristan”, de Thomas da Inglaterra (c. 1170). O documento, além de uma fonte riquíssima ao vislumbre da sociedade da qual é fruto, foi uma das versões da história de Tristão e Isolda, personagens que circundam o tema arturiano. Além de pesquisadora e medievalista, Ana atuou como tutora pedagógica na Universidade Virtual do Estado de São Paulo, prestando suporte e orientação aos alunos dos cursos de graduação em Pedagogia da referida instituição.



Matheus de Paula Campos

Matheus de Paula Campos é Licenciado Summa cum laude em História pela Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (EFPH/PUC Goiás). Mestre em Letras e Linguística/Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (PPGLL/FL/UFG) com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Na

graduação, pesquisou na área de História Antiga e Medieval, com enfoque nas representações e imaginário do Ciclo Arturiano. Desenvolveu trabalho monográfico sobre a coletânea de textos galeses intitulada Mabinogion (séculos XIV e XV). No mestrado, pesquisou o simbolismo dos dragões medievais, aplicando as análises ao dragão galês medieval por meio de textos latinos e galeses. Entre 2019 e 2020, realizou estágio na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN/GO), nas divisões de Arquivo e Biblioteca. É integrante do Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medievo (INSULAE) e do ARTURUS INSULARUM, grupo de trabalho e estudos arturianos formado a partir do INSULAE.



Luan Lucas Araújo Morais

Luan é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, tendo realizado a graduação e o mestrado em História pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. É também integrante do Núcleo Dimensões do Medievo - Translatio Studii (UFF), e do Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e no Mediev - Insulæ. Desenvolveu pesquisas na graduação e no mestrado sobre literatura medieval, Amor Cortês

e romans arturianos dos séculos XII a XIII. No doutorado, escreveu sobre os poemas tristanianos franceses (Bérout e Thomas) e suas intersecções insulares, com ênfase nos elementos irlandeses destas obras. Seus interesses de pesquisa versam sobre as relações teórico-metodológicas entre a História e Literatura; as análises realizadas a partir do Marxismo para o estudo da Literatura e da História; a literatura medieval na Idade Média Central (séculos XI a XIII); os romans arturianos, bem como a história e literatura da Irlanda medieval.



Beatriz Breviglieri Oliveira

Beatriz Breviglieri Oliveira é historiadora (licenciada e bacharela) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde também realizou seu mestrado em História Social, abordando temas ligados a História Medieval Inglesa, memória e literatura do e também sobre o período. Atualmente é doutoranda em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigadora não-doutorada do Centro de História, onde é membro do Grupo de Investigação sobre Estudos da Corte e Diplomacia, da mesma instituição. Também integra o Laboratório sobre o Pensamento e a Cultura na Idade Média (Labora - USP), o Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte (Grupo Insulæ) e o Arturus Insularum, grupo de estudos arturianos, parte do grupo Insulae. Seus interesses e pesquisas englobam as áreas de História Medieval Inglesa e Early Modern, História Cultural, Literatura, Memória e Estudos de Gênero.

Esta coletânea apresenta alguns estudos que foram desenvolvidos no Brasil sobre a Idade Média insular, com particular enfoque na Matéria da Bretanha, o conjunto de textos que forma o que hoje conhecemos como mundo arturiano. Ainda que nem todos os textos abordem diretamente o lendário monarca, a opção pela alcunha "Estudos Arturianos" se mostra valiosa na presente empreitada. Por um lado, pois o universo de Arthur é amplo e comporta uma variedade gigantesca de temas, narrativas, personagens e acontecimentos que, não raramente, se "desgarram" em tradições independentes. O que faz do termo "arturiano" um guarda-chuva pertinente para esse tipo de abordagem. Por outro, pois foi o gosto em comum pela literatura medieval concernente a este monarca que deu coesão ao grupo responsável pela obra. O *Arturus Insularum*, originado da experiência proporcionada pelo *Insulae* (Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo), mas também de vários outros grupos, núcleos e laboratórios de nosso país, nasceu deste interesse em comum. Da intenção de contribuir com a popularização desses estudos e, em dada medida, encorajar jovens medievalistas a se aventurarem numa temática que, ainda hoje, é geradora de encanto e fascínio. A(O)s autora(e)s que participam desta coletânea se encontram em vários estágios da caminhada acadêmica, com perfis profissionais e viéses teórico-metodológicos que diversificam os trabalhos aqui apresentados. Além de uma obra de divulgação científica, Estudos Arturianos presta uma singela homenagem a um nicho particular da nossa medievalística, a(o)s profissionais que têm realizado esforços para consolidar os estudos da Idade Média Insular em nosso cenário acadêmico tupiniquim.



casaletras

casaletras.com



9 786552 200051

ISBN: 978-65-5220-005-1